



Estatísticas do Ambiente

2007



Ano de edição 2008



FICHA TÉCNICA

Título

Estatísticas do Ambiente 2007

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

450 exemplares

ISSN 0872-5276
ISBN 978-972-673-967-8
Depósito Legal n° 68523/93
Periodicidade Anual

Preço: €8,00 (IVA incluído)



Impresso em papel reciclado



Apoio | ao cliente

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

808 201 808

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2008 *

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

NOTA INTRODUTÓRIA

Na presente publicação, o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta os principais dados estatísticos para 2007 na área do Ambiente.

O INE edita pela primeira vez nesta publicação um quadro de informação relativo ao sector dos bens e serviços de ambiente. A operação estatística que permitiu a recolha desta informação - “Inquérito ao Sector de Bens e Serviços de Ambiente” – surgiu em resultado das necessidades expressas pelos utilizadores e tem como objectivo caracterizar as principais áreas ou domínios de protecção do ambiente, em que actuam os produtores de bens, equipamentos, tecnologias e serviços especializados na defesa do ambiente. O “Sector de Bens e Serviços de Ambiente” compreende as actividades que produzem bens e serviços cujo objectivo principal é a protecção do ambiente independentemente de outros objectivos e dos seus efeitos. Neste sentido, procurou-se dar sequência às anteriores edições do “Inquérito às Eco-empresas” que decorreram, com periodicidade irregular, entre 1997 e 2002. Com esta nova operação estatística foi possível aprofundar igualmente a abordagem mais recente do sector em estudo, em consonância com as principais linhas de orientação ao nível da União Europeia.

A informação relativa aos resíduos não urbanos (anteriormente designados por resíduos industriais) provém do novo Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER). A informação disponibilizada refere-se aos dados de produção de resíduos não urbanos para o ano de 2006 que actualizam os dados de resíduos industriais de 2004 e 2005 disponibilizados na última publicação e ainda recolhidos no âmbito do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR).

O INE volta a associar-se ao Instituto da Água (INAG) para, em parceria, disponibilizar a informação relativa à água para abastecimento e águas residuais, recolhida através do Inventário Nacional de Sistema de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR), divulgando dados provisórios de 2007 e dados definitivos de 2006.

A informação estatística divulgada nesta publicação corresponde apenas a um resumo dos dados disponíveis. É possível facultar, não só o mesmo tipo de informação com maior desagregação geográfica, mas ainda, informação adicional que poderá ser fornecida em condições e suportes a acordar, com protecção da confidencialidade estatística, dentro do regime de prestação de serviços e mediante pedido específico dirigido ao INE.

O INE expressa os seus agradecimentos a todas as entidades que permitiram a elaboração da presente publicação, em especial à Direcção-Geral do Orçamento, Direcção Regional do Orçamento e Tesouro (Açores), Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade (Madeira), aos Municípios, às Associações e outras Entidades de Bombeiros, à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), às Organizações Não Governamentais de Ambiente, ao Instituto da Água (INAG), à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e às Empresas, esperando que a mesma possa ser um bom instrumento de trabalho para os utilizadores.

Agradecem-se antecipadamente todas as sugestões e críticas ao conteúdo desta publicação, com o objectivo de melhorar a qualidade da informação apresentada e fomentar o interesse de futuras edições.

Dezembro de 2008

RESUMO

Nesta publicação divulga-se informação relativa às estatísticas do Ambiente, organizada em 2 capítulos, sob a forma de texto e quadros estatísticos. Inclui uma análise, em termos económico-financeiros e físicos, relativa aos principais resultados do ano de 2007.

No capítulo que apresenta os principais resultados de 2007, constam os relativos às empresas produtoras de bens, tecnologias e serviços de ambiente e às despesas com a protecção do ambiente em três sectores institucionais (Administrações Públicas, Empresas e Instituições Sem Fins Lucrativos) e os dados físicos nas áreas do Abastecimento de Água, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais e Resíduos Não Urbanos e Urbanos.

Como principais resultados de 2007, salientam-se:

EM TERMOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

- A despesa da Administração Central na “Gestão de Águas Residuais” diminuiu 27%;
- A “Gestão de Resíduos” continuou a absorver a maior parte dos encargos dos Municípios em matéria de protecção ambiental;
- A produção de bens, tecnologias e serviços relacionados com o ambiente superou o valor total de 4 255 milhões de euros, dos quais 19% foram gerados pelo sector de “Captação, tratamento e distribuição de água”, 14% pela “Recolha e tratamento de outros resíduos” e 11% pela “Reciclagem de sucata e de desperdícios metálicos”;
- A “Prestação de serviços” foi o principal tipo de actividade desenvolvido pelas empresas de bens e serviços de ambiente, tendo representado cerca de 77% do respectivo volume total de negócios;
- Cerca de 92% dos trabalhadores que desempenharam funções específicas em ambiente, fizeram-no ocupando a maior parte do seu tempo de trabalho. Verifica-se um claro predomínio dos homens (78%) que atinge um máximo de 82% na actividade de “Recolha e tratamento de outros resíduos”;
- Os custos com o pessoal ligado às actividades de protecção ambiental, aumentou 13%;
- O investimento da indústria em tecnologias de redução e controlo de poluição decresceu 18%, situando-se nos 286 milhões de euros;
- O investimento das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e águas residuais totalizou 834 milhões de euros.
- Os gastos em “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, aumentaram 39%;

EM TERMOS FÍSICOS

- As captações de água à superfície constituíram a principal origem de água (59%) de um total de 974 milhões de m³ de água captados pelos sistemas urbanos de abastecimento público de água;
- Os sistemas urbanos de drenagem e tratamento de águas residuais registaram um total de 513 milhões de m³ de águas residuais rejeitadas, em que cerca de 46% teve como destino os rios e outras linhas de águas interiores;
- A quantidade de resíduos urbanos recolhidos foi de 5 milhões de toneladas, dos quais mais de metade teve como principal destino a deposição em aterro (3 milhões de toneladas). A recolha selectiva abrangeu 400 mil toneladas de resíduos.

ABSTRACT

This publication provides statistical information on Environment, organised into 2 chapters. The first chapter presents an analysis of the main economic-financial and physical findings for 2007.

The main results for 2007 are presented in several tables and refer to environmental goods and services production enterprises and environmental protection expenditure in three institutional sectors (Public Administrations, Enterprises and Non Profit Institutions Serving Households) and physical data on Public Water Supply, Sewerage, Wastewater Treatment and Non Urban and Urban Waste.

Some of the most important results for year 2007 show:

IN ECONOMIC-FINANCIAL TERMS

- Central Administration expenditure on “Wastewater Management”, decreased 27%;
- “Waste Management” continues to get a larger share of Municipalities duties;
- Environmental goods and services production reached 4 255 millions euros, from which 19% by “Collection, purification and distribution of water”, 14% by “Collection and treatment of other waste” and 11% by “Recycling of metal waste and scrap”;
- “Production of services“ was the main type of activity carried out, representing 77% of total turnover from environmental goods and services sector;
- About 92% of employees in this sector occupied most of their working time with environmental tasks. There is a clear predominance of men (78%) which reaches a maximum of 82% in the activity of “Collection and treatment of other waste”;
- Costs with staff related to environment protection activities within industrial businesses rose 13% on total costs;
- The industrial businesses investment on technologies for pollution abatement and control decreased 18%, to the amount of 286 millions euros;
- The amount of public water supply and sewage and wastewater treatment investment, by management operators, reached 834 millions euros.
- “Protection of Biodiversity and Landscapes” expenditure on Autonomous Regions of Madeira and Azores, increased 39%;

IN PHYSICAL TERMS

- Abstraction sites at surface waters accounts for the major part (59%) of the total 974 millions cubic meters of water abstracted by municipal systems for water distribution.
- The municipal systems for waste water drainage and treatment rejected a total of 513 millions cubic meters of waste water, from which around 46% was directed to rivers and other courses of inland waters.
- The amount of municipal waste collected reached 5 million tonnes, from which 3 million tonnes were disposed off on landfills and around 400 thousand tonnes were selectively collected for recycling.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Valor confidencial
ϵ	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
P ₀	Valor provisório
R _v	Valor revisto
⊥	Quebra de série/comparabilidade

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CAE – Rev. 2.1	Classificação das Actividades Económicas – Revisão 2.1
CGE	Conta Geral do Estado
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
EPS	Escalões do Pessoal ao Serviço
EUR	Euros
INAG	Instituto da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSAAR	Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais
ISFL	Instituições Sem Fins Lucrativos
kg	Kilograma
m ³	Metro cúbico
MRRRI	Mapas de Registo de Resíduos Industriais
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ONGA	Organizações Não Governamentais de Ambiente
SIRER	Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos
t	Tonelada
VVN	Volume de negócios

INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E NÃO PUBLICADA

Em condições a acordar, dentro do regime de prestação de serviços, os dados relativos às variáveis inquiridas pelos questionários em anexo (desde que não se encontrem sujeitos a segredo estatístico) poderão ser fornecidos sob pedido específico dirigido ao INE.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
SINAIS CONVENCIONAIS/SIGLAS E ABREVIATURAS	6

CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

1.1 DESPESAS COM A PROTECÇÃO DO AMBIENTE	11
1.1.1 Administrações Públicas	11
1.1.2 Empresas	18
1.1.3 Instituições Sem Fins Lucrativos	26
1.1.4 Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de águas residuais	31
1.2 Sistemas urbanos de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais	33
1.3 Resíduos não urbanos	34
1.4 Resíduos Urbanos	37

CAPÍTULO 2 - QUADROS DE RESULTADOS**Administrações Públicas**

1 - Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente, segundo os sectores institucionais	41
2 - Despesas por domínios de ambiente segundo a Administração Central e Regional	41
3 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo a Administração Central e Regional	41
4 - Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente	42
5 - Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambiente	42
6 - Despesas por domínios de ambiente segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central	42
7 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central	42
8 - Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambiente	43
9 - Despesas por domínios de ambiente, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da Madeira	43
10 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da Madeira	43
11 - Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambiente	43
12 - Despesas em protecção do ambiente da Administração Regional dos Açores, por agregados económicos	44
13 - Receitas e despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II	44
14 - Receitas e despesas dos Municípios em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo as NUTS II	44
15 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos	45
16 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos	45

Empresas

17 - Dados gerais das empresas produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas	46
18 - Distribuição do Volume de Negócios das empresas produtoras de Bens e Serviços de Ambiente pelos principais mercados por actividades económicas	46
19 - Volume de Negócios por domínios de ambiente - Gestão da poluição	46
20 - Volume de Negócios por domínios de ambiente - Gestão de recursos	47
21 - Pessoas ao serviço nas empresas produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas, segundo a ocupação em funções na área do ambiente e o sexo	47
22 - Pessoas ao serviço nas empresas produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas, segundo os grupos profissionais e o sexo	47
23 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia	48
24 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia	48
25 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	48
26 - Investimentos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	49
27 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	49
28 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	49
29 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas	50
30 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas	50
31 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	50
32 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	51
33 - Custos e perdas das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	51
34 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	51
35 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas	52

36 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	52
37 - Proveitos e ganhos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	52
38 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	53
39 - Investimentos das empresas em gestão e protecção do ambiente	53
40 - Custos e perdas das empresas em gestão e protecção do ambiente	53
41 - Proveitos e ganhos das empresas em gestão e protecção do ambiente	54
42 - Rubricas contabilísticas das empresas em gestão e protecção do ambiente, por NUTS II	54
43 - Rubricas contabilísticas das empresas por domínios do ambiente	54

Instituições Sem Fins Lucrativos

44 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros por agregados económicos, segundo as NUTS II	55
45 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos	55
46 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II	56
47 - Investimentos, custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões	56
48 - Custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente por rubricas contabilísticas, segundo as regiões	56

Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de águas residuais

49 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II	57
50 - Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo	57
51 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo	57
52 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II	57
53 - Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo	58
54 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo	58
55 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II	58
56 - Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo	58
57 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo	59
58 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II	59
59 - Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo	59
60 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo	59

Sistemas urbanos de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais

61 - Água captada segundo o tipo de origem 2006	60
62 - Água tratada segundo o tipo de instalação 2006	61
63 - Água distribuída segundo o sector/actividade 2006	62
64 - Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade 2006	63
65 - Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado 2006	64
66 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor 2006	65
67 - Índices de atendimento 2006	66
68 - Água captada segundo o tipo de origem 2007	67
69 - Água tratada segundo o tipo de instalação 2007	68
70 - Água distribuída segundo o sector/actividade 2007	69
71 - Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade 2007	70
72 - Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado 2007	71
73 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor 2007	72
74 - Índices de atendimento 2007	73
75 - Rácio de distribuição de água e de drenagem de águas residuais per capita dia	74
76 - Número de estações de tratamento de águas residuais	75

Resíduos não urbanos

77 - Total de resíduos não urbanos, por actividades económicas, segundo o nível de perigo	76
78 - Total de resíduos não urbanos, por tipo de resíduos, segundo o nível de perigo	76
79 - Total de resíduos não urbanos, remetidos para incineração	77
80 - Total de resíduos não urbanos, remetidos para valorização, excepto valorização energética	77
81 - Total de resíduos não urbanos, remetidos para eliminação, excepto incineração	78

Resíduos urbanos

82 - Resíduos urbanos por operação de gestão	79
83 - Resíduos urbanos por operação de gestão	80

METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

3.1. Metodologias	83
3.2. Conceitos	92
3.3. Nomenclaturas	98



Análise dos Principais Resultados

1.1 DESPESAS COM A PROTECÇÃO DO AMBIENTE

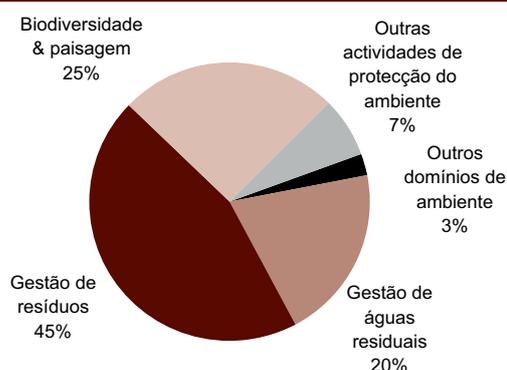
1.1.1 ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

A despesa consolidada das Administrações Públicas em actividades de protecção ambiental registou, em 2007, um acréscimo de 7% fixando-se nos 964 milhões de euros. No entanto, o impacto dos gastos em ambiente no Produto Interno Bruto não foi significativo, representando apenas 0,6%.

O domínio “Gestão de Resíduos” continua a absorver quase metade da despesa (45%), totalizando, em 2007, os 436 milhões de euros. A “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e “Gestão de Águas Residuais”, segundo e terceiro em termos de importância relativa, apresentaram comportamentos distintos: o primeiro domínio manteve-se inalterável face ao ano anterior enquanto o segundo registou um aumento de 34%, devido em parte à maior participação dos municípios no novo suporte de recolha.

Figura 1

Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente (2007)



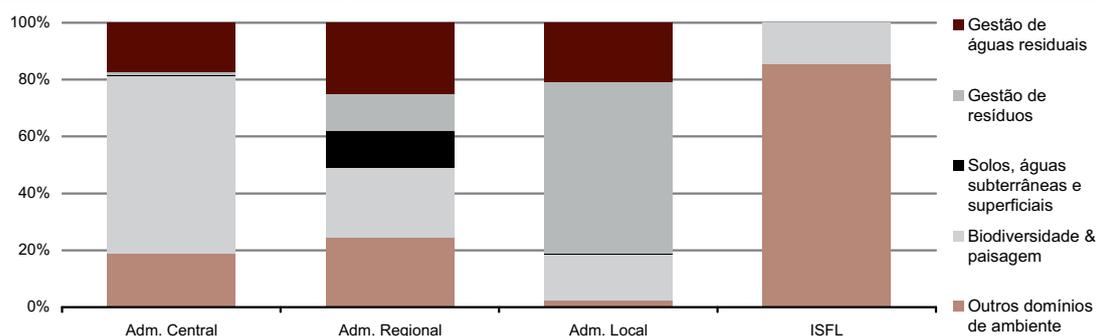
A Administração Local absorveu cerca de 3/4 da despesa em ambiente das Administrações Públicas, enquanto a Administração Central concentrou 18% da despesa. De referir que a Administração Regional contribuiu com 7%, enquanto as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) mantiveram uma participação residual.

Em termos de subsectores institucionais e domínios de ambiente, verifica-se que 3/5 dos gastos da Administração Local foram direccionados para o domínio “Gestão de Resíduos”, enquanto que a contribuição da Administração Central não ultrapassou 1%. Por outro lado, mais de 3/5 da despesa da Administração Central e 1/4 da Administração Regional foram aplicadas na “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, enquanto na “Gestão de Águas Residuais”, o peso dos gastos dos sectores institucionais foi mais homogéneo (25% da Administração Regional, 21% da Administração Local e 17% da Administração Central). De referir ainda que os subsectores da Administração Central e da Administração Regional foram responsáveis por 18% e 12% da despesa total no domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente”.

As Instituições Sem Fins Lucrativos privilegiaram os domínios de “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e das “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” com, respectivamente, 14% e 86% do total da despesa efectuada.

Figura 2

Despesa consolidada das Administrações Públicas por sectores institucionais, segundo os domínios de ambiente (2007)



Em 2007, as despesas da Administração Central em gestão e protecção do ambiente registaram uma quebra de 22% face ao ano anterior, fixando-se nos 175 milhões de euros. Numa análise sectorial verifica-se uma descida mais acentuada nos gastos dos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central (-27%), face ao ano anterior, mas a sua contribuição para a despesa total é relativamente diminuta (17%), pelo que a redução de 21% da Conta Geral do Estado acabou por determinar a tendência descendente ocorrida. Este fenómeno está associado ao corte de verbas do Orçamento de Estado que tem vindo a afectar esta área nos últimos anos.

Figura 3

Despesa consolidada da Administração Central em gestão e protecção do ambiente por sectores institucionais (2006 e 2007)

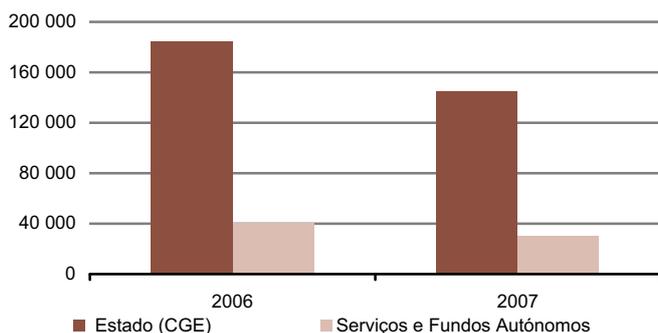
Unidade: 10³ EUR

Figura 4

Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambiente (2006 e 2007)

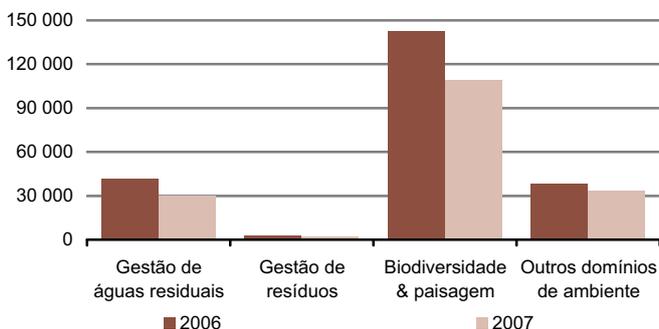
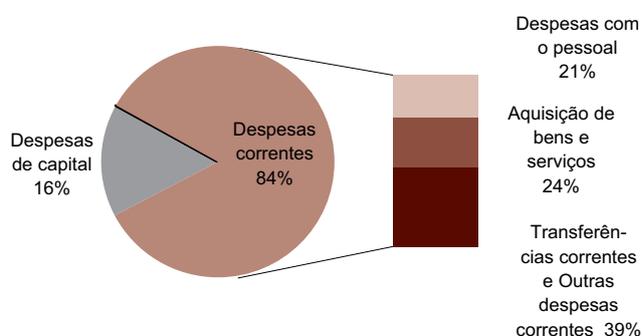
Unidade: 10³ EUR

Figura 5

Despesa consolidada da Administração Central por agregados económicos (2007)



Em termos estruturais não se verificam alterações significativas, continuando o Estado a deter a maior parcela das despesas da Administração Central em matéria de ambiente, com um total de 145 milhões de euros em 2007.

A diminuição dos gastos com o ambiente afectou os principais domínios com quebras de 27% em “Gestão de Águas Residuais” e de 24% na “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”.

A maior fatia da despesa em ambiente efectuada pela Administração Central, cerca de 2/3, foi aplicada no domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” mantendo a sua importância, face ao ano anterior. As verbas aplicadas na protecção e conservação das paisagens naturais e semi-naturais constituem o principal destino desta despesa. Cerca de 3/5 do total destes gastos enquadram-se nas transferências efectuadas para a Administração Local e para as Instituições Sem Fins Lucrativos, no âmbito das actividades desenvolvidas pelos corpos de bombeiros municipais e associativos.

O domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” passou a constituir a segunda maior fatia de despesa em termos de ambiente, relegando o da “Gestão de Águas Residuais” para o terceiro lugar. Este facto deve-se, essencialmente à diminuição dos gastos com o programa “Gestão e Ordenamento de Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras” e com as actividades de administração, gestão e regulamentação no âmbito deste domínio.

As “Despesas Correntes” (salários, despesas administrativas, etc.) tiveram um peso preponderante, cerca de 84%, na estrutura da despesa global da Administração Central em ambiente. A análise à sua composição permite destacar a rubrica “Transferências Correntes” com 39% do total da despesa corrente, seguindo-se a “Aquisição de Bens e Serviços” (24%) e as “Despesas com o Pessoal” (21%).

As “Despesas de Capital” totalizaram 16% da despesa total, prioritariamente destinadas a “Investimentos” (14%).

A análise da estrutura das despesas em ambiente da Administração Central, por domínio, permite identificar duas situações distintas: cerca de 2/3 das despesas do domínio “Gestão de Águas Residuais” são “Despesas de Capital”, resultantes de investimentos aplicados no programa “Gestão e Ordenamento de Bacias Hidrográficas e Zonas Costeiras”. Pelo contrário na “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, “Outros domínios de Ambiente” e “Gestão de Resíduos” as “Despesas Correntes” ultrapassam os 94%.

Administração Regional

No ano de 2007, a despesa em ambiente efectuada pela Administração Regional atingiu os 65 milhões de euros, mais 7% do que no anterior. Ambas as Regiões Autónomas apresentam um maior montante de despesa, face a 2006, mas a Região Autónoma da Madeira continua a deter em termos regionais a maior fatia da despesa, cerca de 2/3 do total. De referir ainda que o perfil da despesa por domínio de ambiente é diferente, com a Região Autónoma da Madeira a orientar maioritariamente a despesa para o domínio “Gestão de Águas Residuais” enquanto a Região Autónoma dos Açores privilegia o domínio da “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”.

Região Autónoma da Madeira

Em 2007, as despesas totais em ambiente da Região Autónoma da Madeira registaram um ligeiro acréscimo (+2%), totalizando os 39 milhões de euros. Este montante foi, sobretudo, empregue em dois domínios: o domínio da “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” que cresceu 34% com as verbas a serem aplicadas na valorização das florestas e áreas protegidas; o domínio da “Gestão de Águas Residuais” que registou um aumento de 24% e cujos montantes foram canalizados em infra-estruturas ligadas à drenagem e tratamento de águas residuais. De referir que o domínio “Gestão de Resíduos” registou uma diminuição de 24%, devido sobretudo à quebra registada nas transferências para a concessionária do sistema de gestão de resíduos da Região.

A “Gestão de Águas Residuais” reforçou a sua importância e continuou a dominar com 42%, seguida pela “Gestão de Resíduos” e pela “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” (ambas com 21%) e “Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais” (13%), totalizando no conjunto 97% da despesa.

Mais de 3/5 das despesas totais da Região, em ambiente, continuaram a ser aplicados em “Despesas de Capital”. Mas as “Despesas Correntes” reforçaram o seu peso na estrutura, face ao ano anterior, com destaque para as “Transferências Correntes” (27%), que ultrapassaram largamente a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Despesas com o Pessoal”.

Figura 6

Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2007)

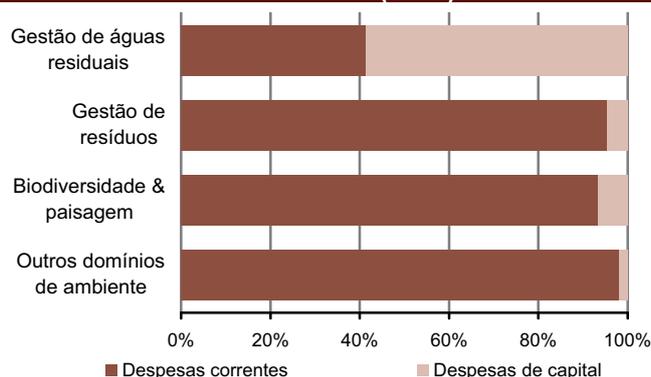


Figura 7

Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambiente (2006 e 2007)

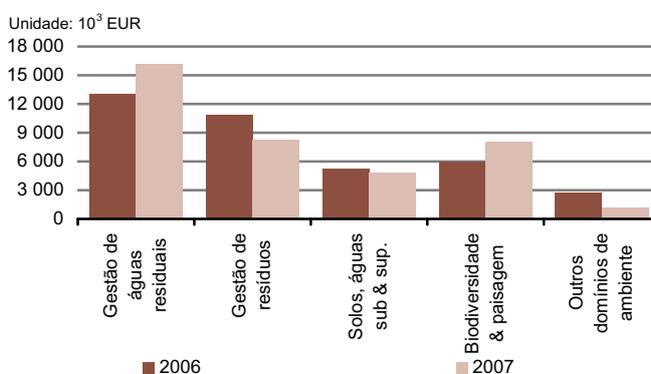


Figura 8

Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por agregados económicos (2007)

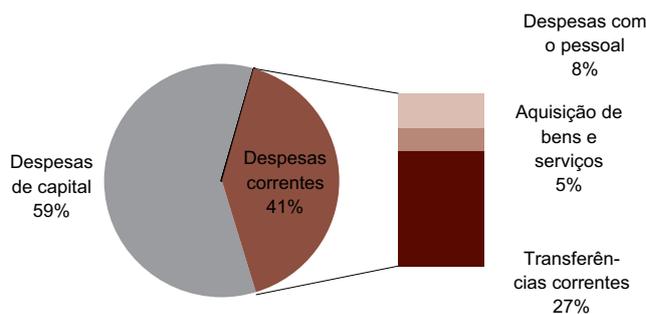


Figura 9

Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2007)

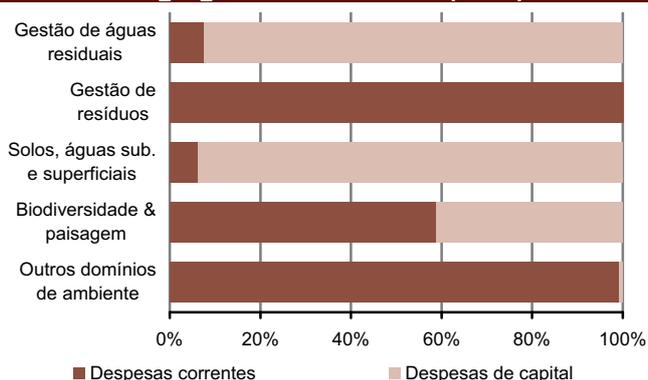


Figura 10

Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambiente (2006 e 2007)

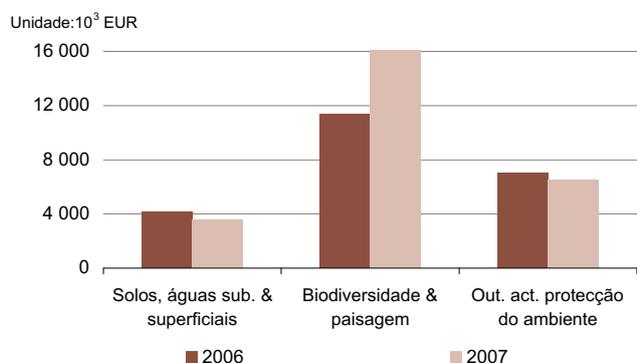


Figura 11

Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por agregados económicos (2007)

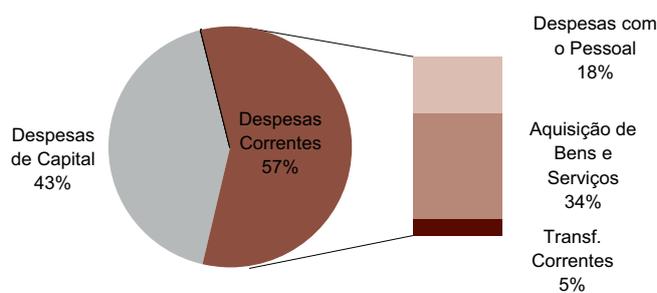
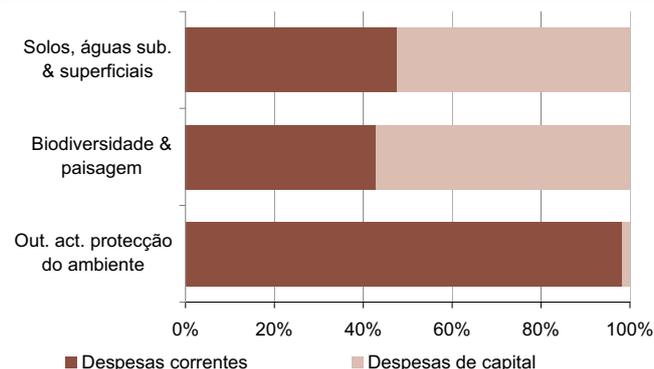


Figura 12

Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2007)



O perfil da despesa consolidada da Administração Regional da Madeira continua a evidenciar duas realidades. Os domínios relativos à “Gestão de Resíduos” e “Outros Domínios de Ambiente” cujas despesas são sobretudo correntes, em oposição à “Gestão de Águas Residuais” e “Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais”. De referir, ainda, que à semelhança de 2006, 3/5 da despesa com a “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” foi dominada pelas “Despesas Correntes” que engloba gastos com a administração geral, gestão, formação, informação e actividades de educação ambiental no âmbito deste domínio.

Região Autónoma dos Açores

A Região Autónoma dos Açores gastou 26 milhões de euros em actividades com o ambiente, mais 17% do que no ano anterior. Esta tendência não foi comum a todos os domínios em que a Região Autónoma efectuou despesas em ambiente. O domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” registou um acréscimo de 42%, em contraste com os da “Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais” e de “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” que diminuíram, respectivamente 13% e 7%. Desta forma, o domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” reforçou a sua posição com mais de 2/3 da despesa em ambiente, seguindo-se as “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” e por último a “Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais”.

Os gastos efectuados no domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” foram direccionados para a conservação e limpeza dos caminhos florestais, inventariação e monitorização de habitats e de biodiversidade, bem como para a execução de empreitadas de construção de infra-estruturas de apoio à visitação de áreas protegidas.

Cerca de 2/3 da despesa da Região foi aplicada em “Despesas Correntes”, com realce para a “Aquisição de Bens e Serviços” e “Despesas com o Pessoal” com, respectivamente, 34% e 18%.

As “Despesas de Capital” contribuíram com mais de 2/5 da despesa total, com destaque para “Investimentos” e “Transferências de Capital” com, 26% para a primeira rubrica e 12% para a segunda.

Também o perfil da despesa da Região Autónoma dos Açores evidencia duas realidades distintas. O domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” em que predominam as “Despesas Correntes” em oposição à “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e à “Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais” em que a repartição dos gastos foi mais equilibrada, com o predomínio das “Despesas de Capital” que representaram mais de metade da despesa total.

Administração Local

Municípios

À semelhança do ano anterior, o INE mantém a utilização de dados administrativos para a caracterização económico-financeira dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, provenientes do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR). Por este facto, a informação relativa ao domínio Gestão de Águas Residuais foi incluída no capítulo 1.1.4 Entidades gestoras dos sistemas públicos urbanos de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais.

A partir desta edição, a informação relativa aos municípios passa a ter como suporte o “Inquérito aos Municípios – Protecção do Ambiente” substituindo o “Inquérito ao Ambiente – Financiamento das Actividades de Gestão e Protecção”.

No ano de 2007, os gastos dos Municípios, por administração directa, em actividades relacionadas com a gestão e protecção do ambiente, totalizaram 581 milhões de euros.

O domínio “Gestão de Resíduos” constitui a principal despesa em ambiente, absorvendo mais de 3/4 dos gastos dos Municípios, correspondente a 439 milhões de euros. O domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” ocupa a segunda posição em termos de importância, tendo em 2007 contribuído com 21% do total da despesa.

Mais de 4/5 da despesa dos Municípios foi aplicada em “Despesas Correntes”, com destaque para a “Aquisição de Bens e Serviços” e “Despesas com o Pessoal”, ambas com 35%.

As “Despesas de Capital” contribuíram com 12% da despesa total, das quais cerca de 7% corresponderam a “Investimentos”.

Analisando os domínios de gestão e protecção do ambiente mais importantes em 2007, no domínio “Gestão de Resíduos” as rubricas mais significativas foram “Despesas com o Pessoal” e “Aquisição de Bens e Serviços”, ascendendo a 313 milhões de euros, no seu conjunto, e representando 71% do total da despesa. Estas despesas incluem as verbas relativas ao pessoal do quadro e pessoal contratado dos Municípios e aos pagamentos a organismos públicos ou a entidades privadas pela recolha indiferenciada e/ou selectiva, transporte e tratamento de resíduos urbanos e limpeza e higiene pública. Por outro lado, mais de metade das despesas do domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” foram aplicadas em “Despesas com o Pessoal”, onde estão incluídos os gastos com os Bombeiros Municipais, absorvendo as “Transferências Correntes e de Capital”, destinadas principalmente às Associações Humanitárias de Bombeiros, 24% do total da despesa. De referir que 4/5 das despesas com “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” foram direccionados para as “Despesas com o Pessoal” e “Aquisição de Bens e Serviços”, nomeadamente com os departamentos/serviços/gabinetes de planeamento e coordenação da área do ambiente.

Figura 13

Despesas dos Municípios por domínios de ambiente (2007)

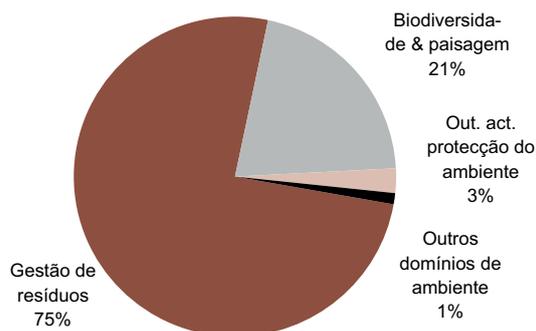


Figura 14

Despesas dos Municípios por agregados económicos (2007)

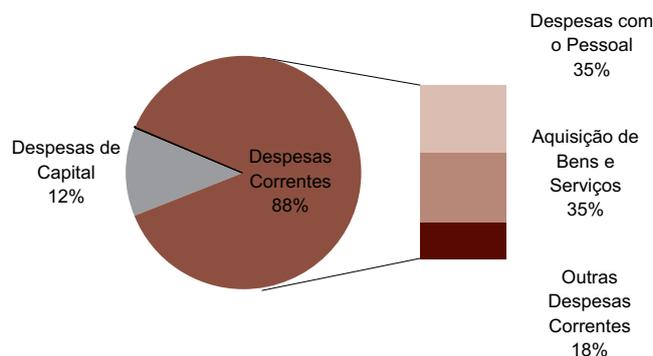


Figura 15

Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2007)

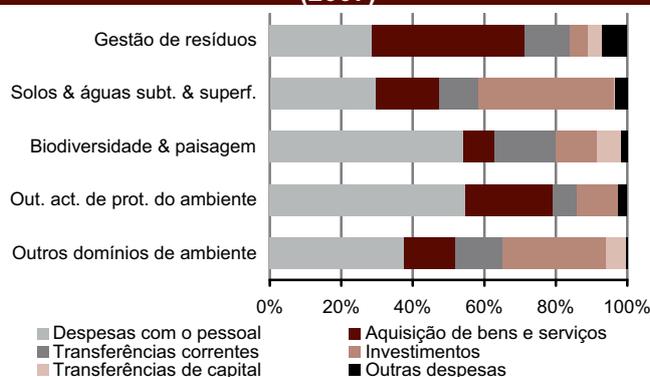
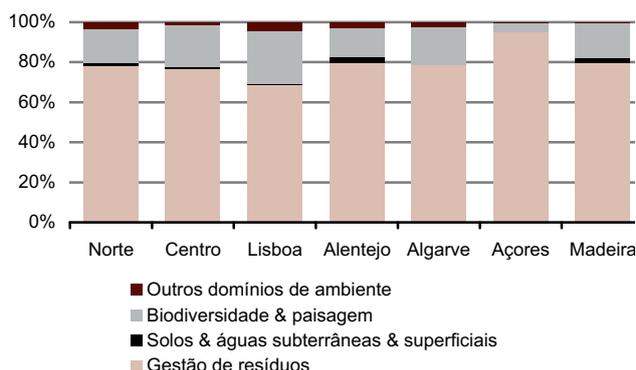


Figura 16

Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II (2007)

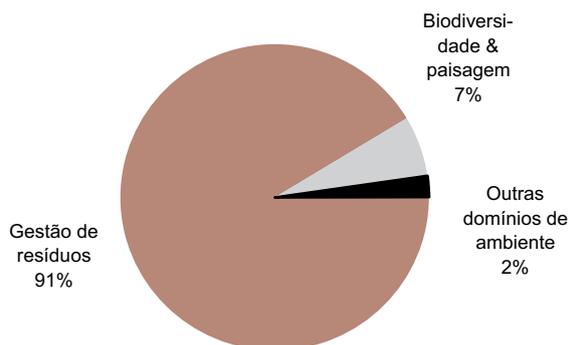


Os Municípios das regiões do Norte, Centro e Lisboa detêm a maior parte dos encargos em ações de protecção ambiental, totalizando 78% da despesa total. A distribuição regional da despesa por domínios de ambiente coloca a “Gestão de Resíduos” como o domínio mais relevante. Em termos regionais, este domínio assume a menor importância na estrutura de encargos da região de Lisboa (69%) e a maior nos Açores, com cerca de 95% do total da despesa. Por outro lado, o domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” representa cerca de 27% das despesas da região de Lisboa e 21% dos encargos da região Centro.

As receitas dos municípios em ambiente fixaram-se, em 2007, nos 169 milhões de euros, tendo o domínio “Gestão de Resíduos” contribuído com 91% do total, em resultado das verbas oriundas do serviço prestado relativo à recolha, venda, depósito e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Figura 17

Receitas dos Municípios por domínios de ambiente (2007)

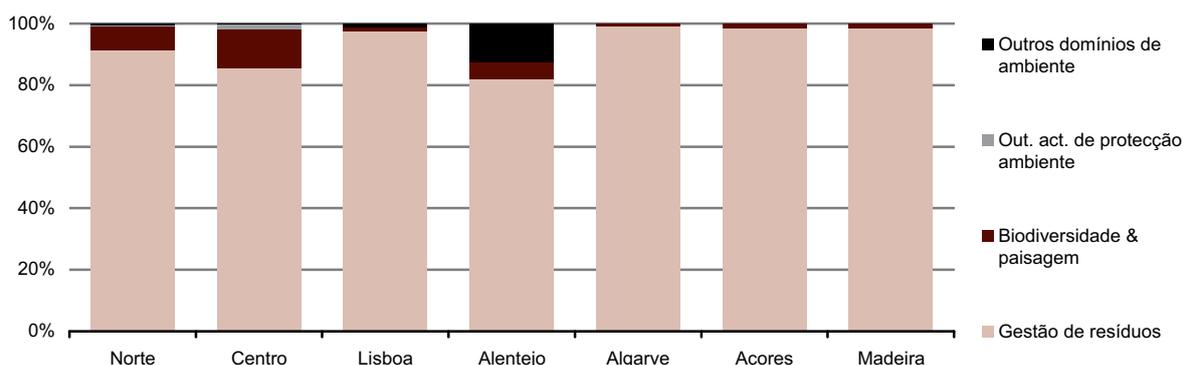


As receitas geradas pelas actividades de protecção do ambiente estão concentradas (69%) nos Municípios das regiões do Norte (50 milhões de euros), Centro (45 milhões de euros) e Lisboa (22 milhões de euros), resultantes principalmente do domínio “Gestão de Resíduos”.

Analisando as receitas pelos vários domínios de ambiente, verifica-se que em todas as regiões do País, os recursos provêm, essencialmente, do domínio “Gestão de Resíduos”. Em Lisboa, Algarve, Açores e Madeira, a quase totalidade das receitas foram geradas por este domínio, enquanto no Norte e no Centro a participação do domínio “Gestão de Resíduos” foi, respectivamente, de 91% e 86% e a parte remanescente foi proveniente, essencialmente, da “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” que contribuiu com 8%, para a primeira região e 12%, para a segunda.

Figura 18

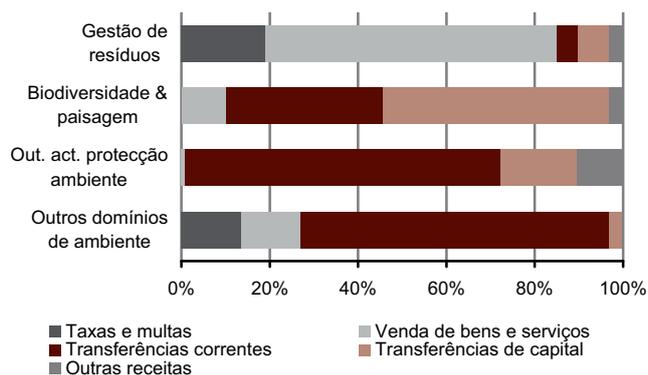
Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II (2007)



Por domínios de ambiente e agregados económicos, verificam-se situações distintas, enquanto no domínio “Gestão de Resíduos” cerca de 4/5 das receitas dos municípios são provenientes da “Venda de Bens e Serviços” e “Taxas e multas”, na “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, as “Transferências de Capital” e as “Transferências Correntes” assumem pesos significativos, 51% para a primeira rubrica, e 36% para a segunda, devido, essencialmente às transferências recebidas da Administração Central, compostas por receitas provenientes do Orçamento do Estado e da União Europeia destinadas à comparticipação nacional e comunitária nos projectos financiados.

Figura 19

Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2007)



1.1.2 EMPRESAS

1.1.2.1. Empresas de Bens e Serviços de Ambiente

Informação recolhida junto das empresas dos sectores industriais que visa a obtenção de dados sobre as actividades de protecção do ambiente realizadas. Estas actividades incidem essencialmente sobre a produção de bens e prestação de serviços com o fim de promover a protecção ambiental, isto é, reduzir o impacto poluente da actividade industrial que desenvolvem e/ou reduzir a depleção dos recursos naturais.

Figura 20

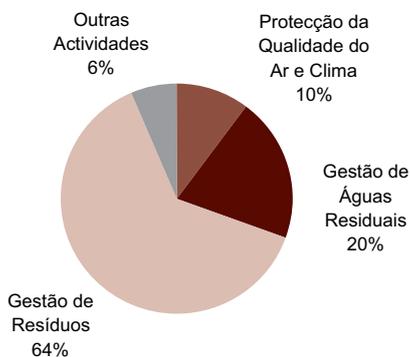
Volume de negócios em ambiente segundo as principais actividades económicas (2007)



No âmbito das actividades relativas à produção de bens, tecnologias e serviços relacionados com o controlo e gestão da poluição e/ou recursos, as empresas do sector de bens e serviços de ambiente desenvolveram, no ano de 2007, negócios na área ambiental que em valor superaram os 4 255 milhões de euros. A “Captação, tratamento e distribuição de água” contribuiu com cerca de 19% do total, seguida da “Recolha e tratamento de outros resíduos” (14%) e da “Reciclagem de sucata e de desperdícios metálicos” com 11%. De realçar que 38% do volume total de negócios em ambiente resultou da actividade de um conjunto disperso de sectores não centrais de ambiente, nomeadamente os sectores da “Produção de Electricidade” e “Actividades de Engenharia e Técnicas Afins” aqui classificados em “Outras actividades”.

Figura 21

Volume de negócios em ambiente por domínios do grupo “Gestão da poluição” (2007)



Os negócios relacionados com o grupo “Gestão da Poluição” ascenderam a 2 336 milhões de euros (55% do valor total conseguido) destacando-se o domínio “Gestão de Resíduos” que contribuiu com 1 471 milhões de euros, ou seja cerca de 64% do total do volume de negócios em ambiente. No grupo “Gestão dos Recursos”, cujo volume de negócios totalizou 1 918 milhões de euros, os domínios “Gestão da Água” e “Materiais e Produtos Recicladoss” representaram, no seu conjunto, cerca de 76% do total do grupo, ou seja, 1 455 milhões de euros.

Figura 22

Volume de negócios em ambiente por domínios do grupo “Gestão de recursos” (2007)

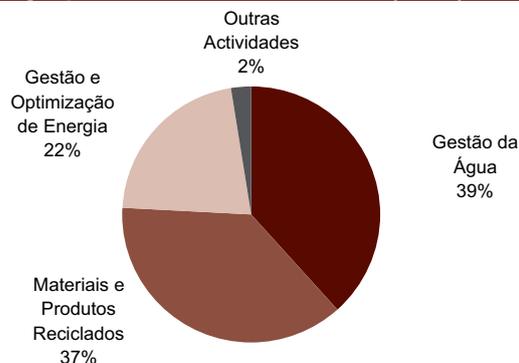
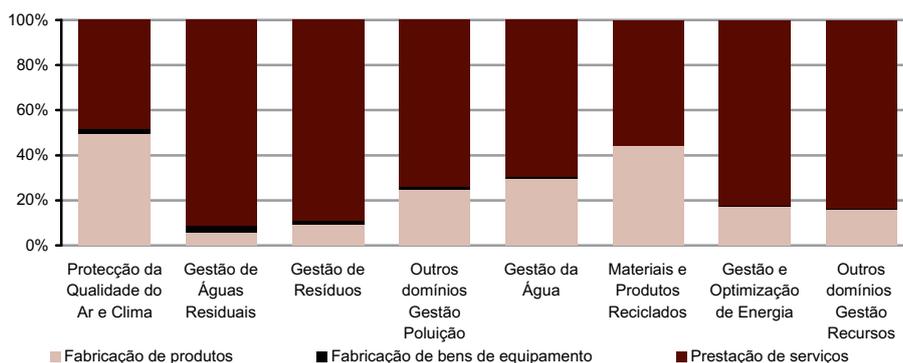


Figura 23

Volume de negócios em ambiente por tipo de actividade desenvolvida, segundo os domínios de ambiente (2007)



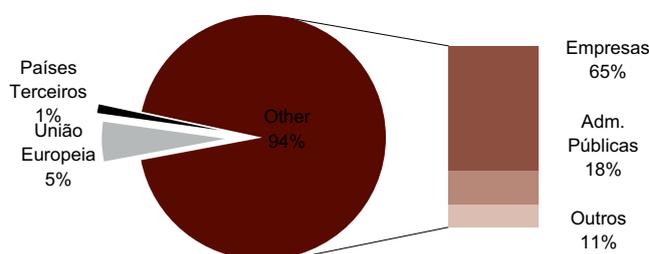
A “Prestação de serviços” foi a principal actividade ambiental desenvolvida pelas empresas do sector em análise, tendo representado cerca de 77% do volume total de negócios ambiental conseguido em 2007. O valor apurado com a “Fabricação de produtos” atingiu os 22% e a “Fabricação de bens de equipamento” quedou-se por valores inferiores a 2%. A prestação de serviços assumiu especial relevo nos domínios “Gestão das Águas Residuais” e “Gestão de Resíduos”, tendo representado 91% e 89% dos respectivos volumes totais de negócios. Por outro lado, a actividade de “Fabricação de produtos” foi relevante nos domínios “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” (50%) e “Materiais e produtos reciclados” (44%).

Figura 24

Volume de negócios total segundo os mercados e sectores institucionais (2007)

As Empresas e a Administração Pública constituem os principais clientes da generalidade dos bens e serviços produzidos pelas empresas do sector analisado, tendo representado, respectivamente, 65% e 18% do volume de negócios total em 2007.

As vendas para o mercado externo superaram 341 milhões de euros, ou seja, cerca de 6% do valor total transaccionado. Os países da União Europeia constituíram o principal destino das exportações destas empresas.



Analisando o emprego das empresas de bens e serviços de ambiente em 2007, constata-se que, das 42 038 pessoas ao serviço, 25 809 desempenharam funções específicas na área do ambiente e destas, 23 668 (92%) fizeram-no ocupando a maior parte do seu tempo de trabalho. Verifica-se um claro predomínio dos homens (78%) no exercício deste tipo de funções, que atinge um máximo de 82% na actividade de “Recolha e tratamento de outros resíduos”.

Figura 25

Pessoal ao serviço segundo o sexo e a ocupação em funções na área do ambiente (2007)

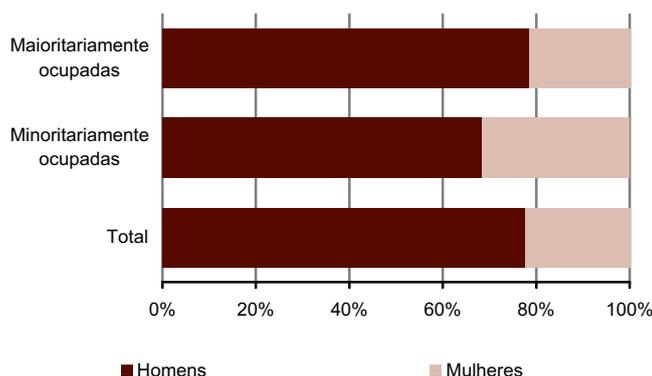
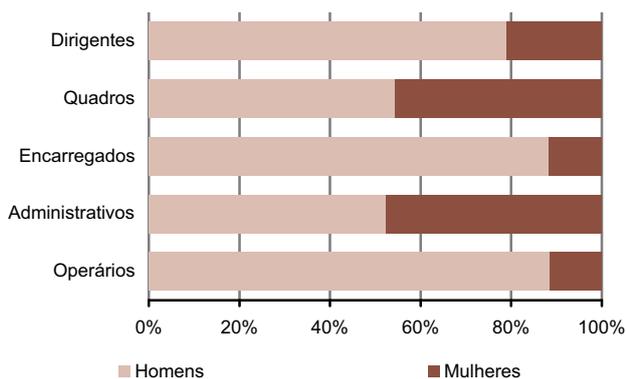


Figura 26

Pessoal ao serviço segundo o sexo e os grupos profissionais na área de ambiente (2007)

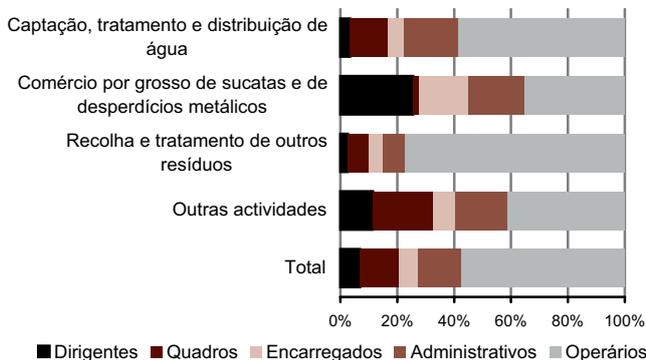


Relativamente à tipologia das funções por grupo profissional, destacam-se os “Operários, Aprendizes e Praticantes” que correspondem a 14 818 trabalhadores, ou seja, 57% do total. Esta categoria é dominada claramente pelo género masculino – 89% dos operários são homens – facto este também observado no caso dos “Dirigentes” (79%) e “Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa” (89%). Para as mulheres existe uma distribuição mais equitativa de funções nas categorias de “Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços” (48%) e “Quadros e Técnicos, Médios e Superiores” (46%).

Os sectores de actividade económica mais representativos em termos de pessoal ao serviço com funções em ambiente são a “Recolha e tratamento de outros resíduos” (32%), e a “Captação, tratamento e distribuição de água” (29%). Como já se referiu anteriormente, verifica-se um predomínio dos operários na generalidade dos sectores de actividade, especialmente na “Recolha e tratamento de outros resíduos” (77%).

Figura 27

Pessoal ao serviço em funções de ambiente segundo o grupo profissional e o sector de actividade económica (2007)



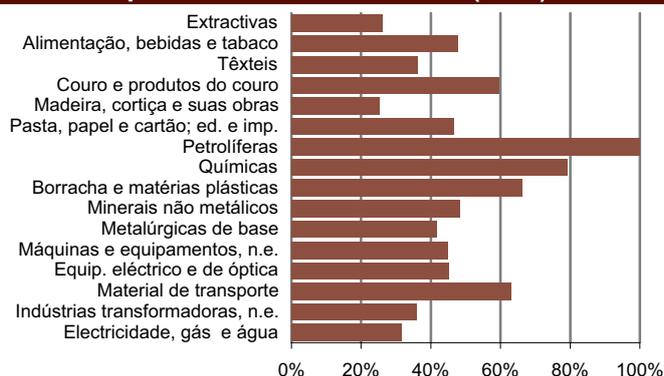
Em contrapartida e para o conjunto das restantes actividades verifica-se uma distribuição mais uniforme dos recursos humanos pelos diferentes grupos profissionais representando os “Quadros e Técnicos, Médios e Superiores” e os “Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços” cerca de 21% e 19%, respectivamente.

1.1.2.2 Empresas com actividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição

A informação recolhida junto das empresas dos sectores industriais permite identificar aquelas que, em 2007, realizaram actividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição, ou de outros factores de degradação do ambiente inerentes aos processos produtivos. Para estas é efectuada uma análise com base na variável “Investimentos” que em termos globais ascendeu a 286 milhões de euros. A variável “Custos e Perdas” registou um valor de 206 milhões de euros e a variável “Proveitos e Ganhos”, totalizou 138 milhões de euros.

Figura 28

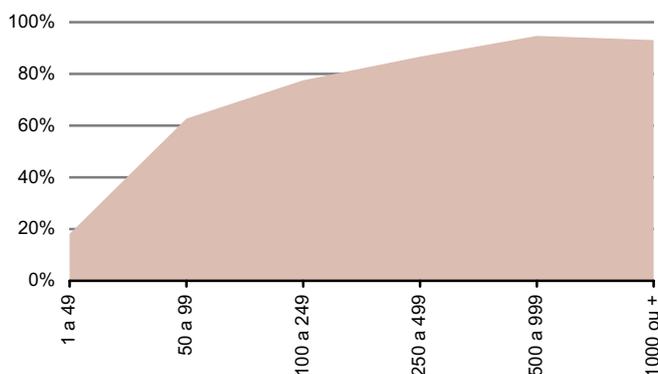
Empresas com actividades na luta contra a poluição por sectores de actividade (2007)



Para as empresas, a actividade de protecção ambiental está dependente de diversos factores, entre os quais, a natureza do processo e técnicas de produção adoptadas nos diversos sectores de actividade em que se inserem. No ano de 2007 constata-se que, na generalidade dos sectores, menos de metade das empresas afirma ter realizado investimentos ou despesas com medidas de protecção ambiental. À excepção das “Indústrias petrolíferas”, em que se promovem acções de controlo e redução da poluição, realçam-se os sectores de “Indústrias químicas” e “Indústrias de borracha e matérias plásticas” que registam um maior número relativo das empresas que adoptam medidas de protecção ambiental, respectivamente 79% e 66% do total de empresas em cada sector. Como “pouco amigas” do ambiente, realçam-se as empresas dos sectores das “Indústrias da madeira, cortiça e suas obras” e das “Indústrias extractivas”, em que apenas 1/4 das empresas existentes, em cada um dos sectores, afirma ter realizado acções de controlo e gestão de poluição. A comparação com o ano anterior permite verificar que o número de empresas que responderam afirmativamente, no que diz respeito a aplicar meios e/ou realizar investimentos com o fim de protecção do ambiente, não sofreu alteração para a generalidade dos sectores, ainda que se tenham observado melhorias nos sectores da “Electricidade, gás e água”, “Fabricação de produtos químicos” e “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco”.

Figura 29

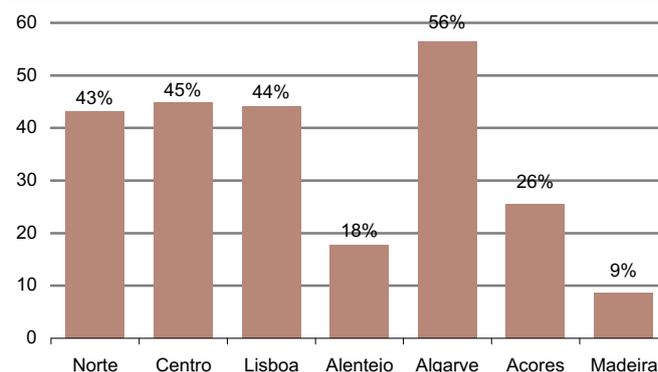
Empresas com actividades na luta contra a poluição por escalões de pessoal ao serviço (2007)



Para as empresas que efectuaram, em 2007, acções de controlo e redução da poluição, observa-se que, em termos relativos, nas empresas de maior dimensão, mais de metade das unidades revelam ter desenvolvido medidas de protecção ambiental. Destaque para as empresas posicionadas no escalão de 50 a 99 pessoas ao serviço, a partir do qual quase 2/3 das unidades industriais desenvolvem algum tipo de actividade de protecção do ambiente.

Figura 30

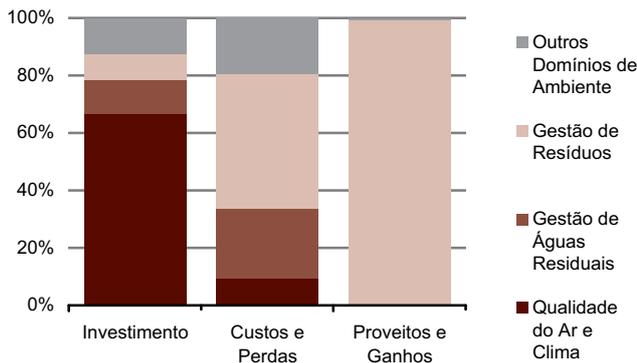
Empresas com actividades na luta contra a poluição por NUTS II (2007)



Em termos regionais, o Algarve lidera com mais de metade das empresas (56%) a exercerem actividades de controlo e redução da poluição. Seguem-se as regiões de Centro, Lisboa e Norte, com 45% das empresas, para a primeira, e 44% para a segunda e 43% para a terceira regiões. De referir que as empresas da Região Autónoma da Madeira se destacam pela menor preocupação com a qualidade do ambiente, apenas 9% do parque empresarial realiza medidas de protecção ambiental.

Figura 31

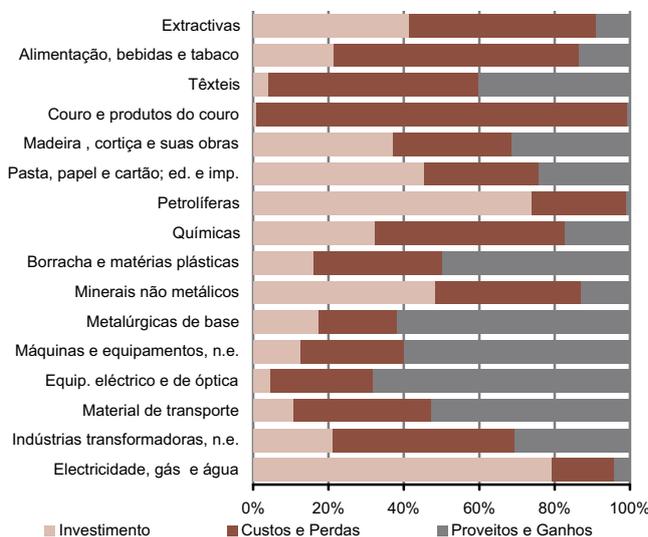
Principais variáveis das empresas por domínios de ambiente (2007)



Em 2007, o “Investimento” do parque empresarial, no âmbito da protecção do ambiente, foi aplicado maioritariamente (67%), no domínio da “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” através sobretudo da construção de chaminés e aquisição de equipamento de filtragem e tratamento de emissões gasosas para a atmosfera. Os “Custos e Perdas”, por seu turno, incidiram sobretudo no domínio da “Gestão de Resíduos” decorrentes da actividade industrial, por via da sua eliminação ou minimização. A quase totalidade dos “Proveitos e Ganhos” das empresas em análise foram obtidos através, essencialmente, da “Venda de Resíduos e/ou Materiais Reciclados” que ascendeu a 138 milhões de euros.

Figura 32

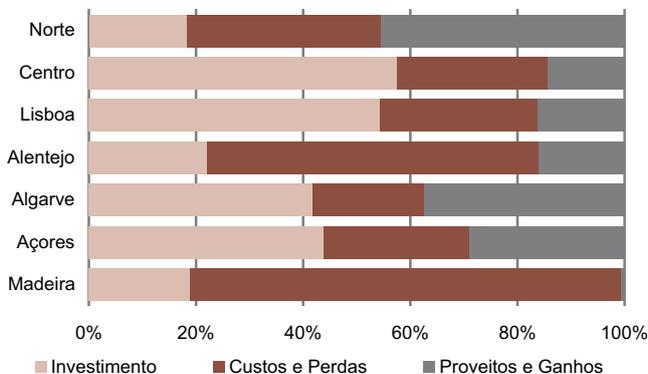
Principais variáveis das empresas por sectores económicos (2007)



Quando se comparam as variáveis económicas recolhidas junto das empresas, por sector de actividade, verifica-se que cerca de 2/3 dos investimentos realizados foram efectuados pelo sector “Electricidade, gás e água”. A “Indústria petrolífera”, habitualmente caracterizada pelos fortes investimentos decorrentes da utilização de equipamentos mais complexos, pesados e dispendiosos, embora mantendo a segunda posição em termos de importância relativa, está contudo muito abaixo com 9%. Ao nível dos custos assumem maior preponderância o sector de “Electricidade, gás e água” e as “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco”. As receitas são geradas essencialmente nas actividades de “Indústrias de metalúrgicas de base”, “Indústrias de equipamento eléctrico e de óptica” e “Indústrias de material de transporte”, actividades potencialmente geradoras de resíduos comercializáveis.

Figura 33

Principais variáveis das empresas, por NUTS II (2007)



Em termos regionais, as empresas de Lisboa geraram cerca de metade do investimento total nacional, ascendendo a 130 milhões de euros. No que respeita à rubrica de “Custos e perdas”, destacam-se as empresas sediadas nas regiões de Lisboa e Norte, que suportaram, respectivamente, 34% e 27% do total desta rubrica no cômputo nacional. Em termos de receitas provenientes da actividade ambiental, destacam-se as empresas da região Norte que atingiram 61 milhões de euros e da região de Lisboa com 39 milhões de euros, perfazendo ambas as regiões cerca de 72% do total nacional.

Em 2007, o investimento da indústria em tecnologias de redução e controlo de poluição alcançou os 286 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 18%, comparativamente ao investimento registado no ano anterior. Esta evolução negativa resulta da quebra observada no sector das “Indústrias petrolíferas”, que no exercício anterior já havia integrado no seu processo produtivo, equipamentos com selagem dupla e biocomponentes, o que lhe permitiu reduzir a carga poluente. Representando 84% do total, o investimento efectuado em tecnologias de fim-de-linha, foi superior em quase todos os sectores de actividade, com excepção das “Indústria do couro e dos produtos de couro”, “Indústria de pasta, de papel e de cartão”, “Fabricação de material de transporte” e “Indústrias transformadoras, n.e”. A análise por domínios de ambiente permite identificar o domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” como o mais beneficiado, com 74% do investimento em tecnologias fim-de-linha e 27% em tecnologias integradas.

Relativamente à incidência do investimento efectuado, por domínios de ambiente, nos diversos sectores de actividade económica, o sector da “Electricidade, gás e água” assume-se como o principal sector com investimento no domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima”. A aquisição de equipamento diverso, onde se incluem os sistemas de dessulfuração de gases, ou despoeiradores com sistemas de filtragem e monitorização de emissões gasosas, constituiu a maior parte da carteira de encomendas neste domínio. No que se refere ao domínio “Gestão de Águas Residuais”, destacam-se as “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco” e “Indústria de pasta, de papel e de cartão” que conjuntamente realizaram cerca de 2/5 do investimento a nível nacional. No âmbito da “Gestão de Resíduos”, os sectores das “Indústrias de minerais não metálicos” e “Indústria de pasta, de papel e de cartão” foram responsáveis por 2/5 do investimento global efectuado neste domínio.

Analisando a variável “Custos e Perdas” desagregada por algumas rubricas contabilísticas, destaca-se a importância da verba despendida com a “Contratação de Trabalhos Especializados”, que atinge 7/10 do total nacional e que inclui as contrapartidas pagas às entidades gestoras, nomeadamente à Sociedade Ponto Verde, pela gestão dos resíduos de embalagem, e à Valorcar, pela valorização dos veículos automóveis em fim de vida, e dos seus componentes e materiais. No que se refere às despesas associadas com actividades de protecção ambiental desenvolvidas com meios próprios da empresa, verifica-se que estes absorveram 36% dos custos e perdas globais com a protecção do ambiente. Finalmente as “Taxas” correspondentes ao pagamento a serviços municipais de recolha, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos, representaram um valor residual.

Figura 34

Investimentos das empresas por tipo de tecnologia, segundo os domínios de ambiente (2007)

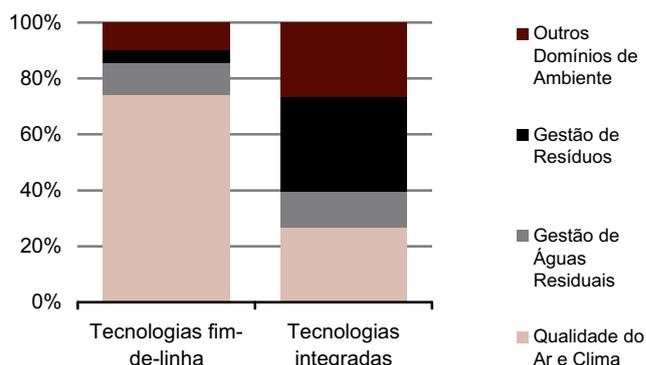


Figura 35

Investimentos das empresas por sectores económicos, segundo os domínios do ambiente (2007)

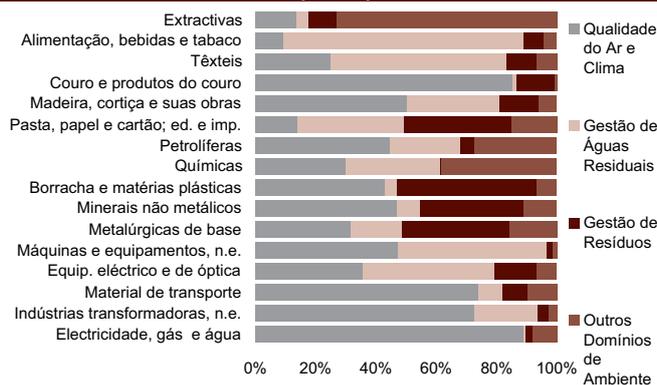


Figura 36

Custos e perdas das empresas por domínios de ambiente (2007)

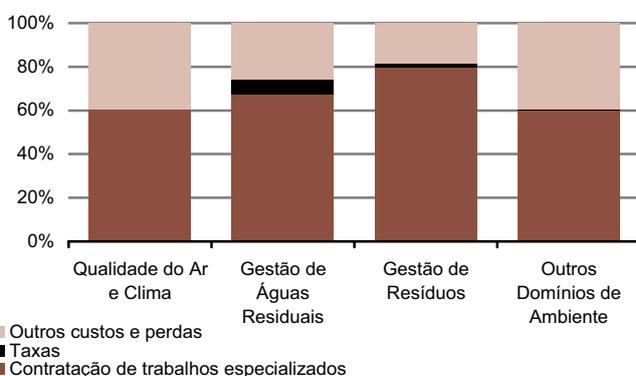
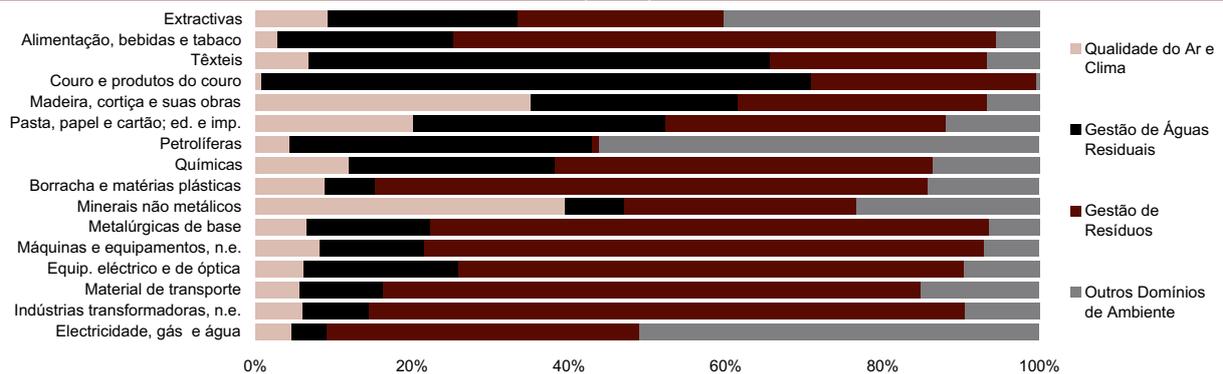


Figura 37

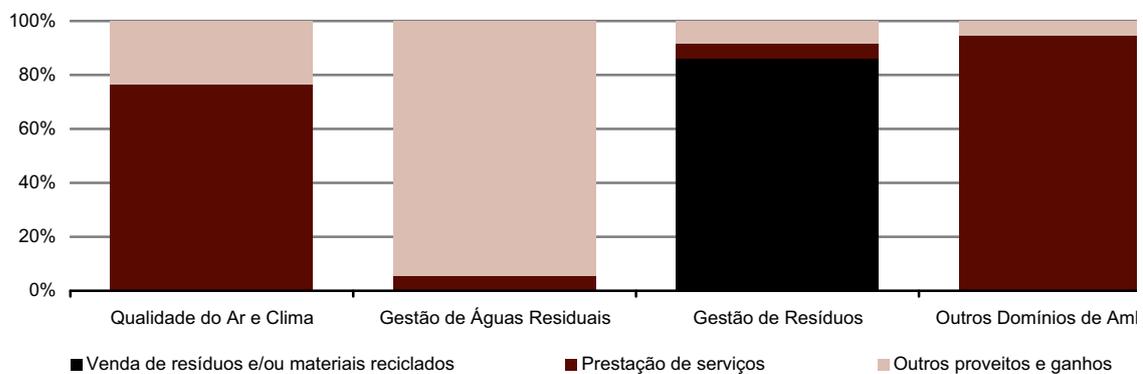
Custos e perdas das empresas por sectores económicos, segundo os domínios do ambiente (2007)



A “Gestão de Resíduos”, na generalidade dos sectores de actividade, revela-se como o domínio que mais custos envolve, seguindo-se o domínio “Gestão de Águas Residuais”, representando respectivamente em termos globais, 47% e 24% do total de custos e perdas.

Figura 38

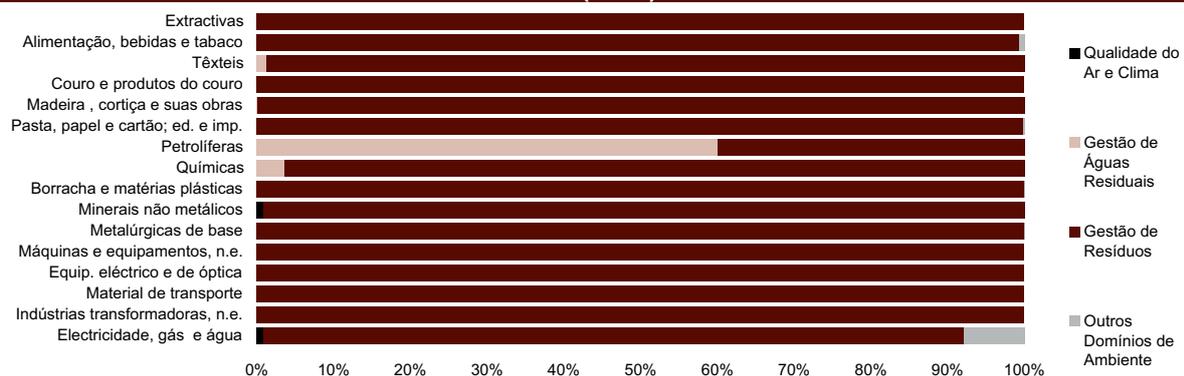
Proveitos e ganhos das empresas por domínios de ambiente (2007)



No domínio “Gestão de Resíduos”, a quase totalidade das receitas das empresas associadas a medidas de protecção ambiental provêm, fundamentalmente, da “Venda de Resíduos e/ou materiais Reciclados”.

Figura 39

Proveitos e ganhos das empresas por sectores económicos, segundo os domínios do ambiente (2007)



É claramente predominante a capacidade que as empresas de qualquer dos sectores de actividade possuem para gerar receitas no domínio “Gestão de Resíduos”, com excepção das “Indústrias petrolíferas” em que 3/5 dos proveitos foram gerados no domínio da “Gestão de Águas Residuais”.

Para o conjunto dos sectores económicos, os “Custos com pessoal ligados às actividades de protecção ambiental” ascenderam a 45 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 13%, face ao ano anterior. A análise do tempo de trabalho do pessoal ocupado com actividades de protecção ambiental, revela que apenas 14% dos indivíduos ocupa mais de metade do tempo de trabalho em actividades relacionadas com o ambiente. Em termos de pessoas “equivalentes a tempo completo”, verifica-se que as “Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco” e “Indústrias metalúrgicas de base” se revelam como os sectores mais intensivos na utilização de pessoas para o desenvolvimento de acções de protecção ambiental, representando respectivamente, 17% e 12% do total das 4 732 pessoas estimadas. Em termos do custo médio por pessoa ao serviço na protecção do ambiente, destacam-se os sectores de “Indústrias petrolíferas” e “Electricidade, gás e água” que registaram respectivamente, valores de 95 052 e 24 461 euros por pessoa, situados muito acima do valor médio de 9 668 euros para o conjunto dos sectores.

Quadro 1

Pessoas ao serviço nas empresas que desenvolvem actividades de protecção ambiental, por actividades económicas, segundo o regime de afectação e respectivos custos

2007

Regime de afectação dos recursos humanos e custos associados	Número médio de pessoas que ocupam		Emprego “equivalente a tempo completo” em actividades de ambiente	Custos com o pessoal, afectos às actividades de protecção ambiental
	Mais de metade do tempo de trabalho em actividades de ambiente	Menos de metade do tempo de trabalho em actividades de ambiente		
Actividades económicas (CAE - Rev.2.1)	N.º			10 ³ EUR
Total	3 020	18 997	4 732	45 750
10-14 Extractivas	157	527	212	1 590
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco	419	2 432	803	4 702
17-18 Têxteis	301	1 803	395	2 768
19 Couro e produtos do couro	73	236	91	191
20 Madeira, cortiça e suas obras	33	639	101	506
21-22 Pasta, papel e cartão; ed. e imp.	204	1 875	435	5 058
23 Petrolíferas	45	6	46	4 372
24 Químicas	416	2 528	482	7 131
25 Borracha e matérias plásticas	140	837	218	1 752
26 Minerais não metálicos	197	2 386	402	4 175
27-28 Metalúrgicas de base	371	1 914	576	3 278
29 Máquinas e equipamentos, n.e.	143	751	212	1 358
30-33 Equip. eléctrico e de óptica	113	1 089	200	1 899
34-35 Material de transporte	156	1 290	227	2 168
36 Indústrias transformadoras, n.e.	103	442	158	546
40-41 Electricidade, gás e água	151	244	174	4 255

1.1.3 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

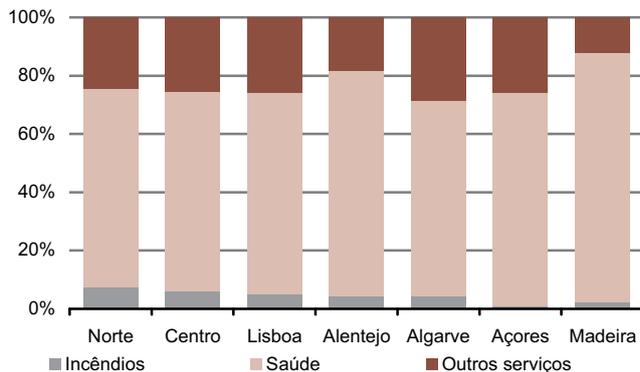
Associações e Outras Entidades de Bombeiros

Na presente edição, o INE inicia a parceria com a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) para a disponibilização de informação relativa às actividades desenvolvidas pelas Associações Humanitárias de Bombeiros.

A principal actividade desenvolvida em 2007 pelos Corpos de Bombeiros foi o “Serviço de Saúde”, com cerca de 1 milhão de serviços prestados, o que corresponde a uma média de 2 028 serviços prestados por cada Corpo de Bombeiros. Esta situação é transversal a todas as regiões com as participações em serviços de saúde a rondar os 70% do total dos serviços prestados, com destaque para a Madeira, cuja importância deste serviço se fixou nos 86% do total de serviços prestados.

Figura 40

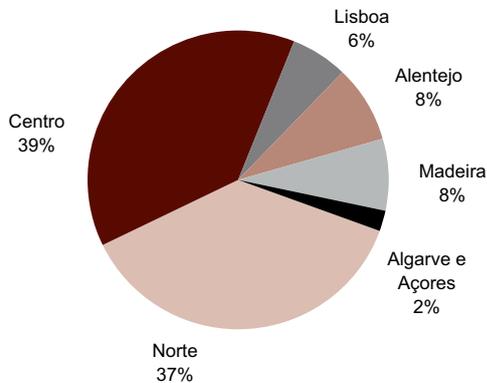
Participação dos Corpos de Bombeiros por NUTS II, segundo o tipo de serviço (2007)



Os “Outros Serviços” representaram 24% dos serviços prestados pelos bombeiros, perfazendo um total de 318 mil acções, provenientes de actividades relacionadas com a assistência a acidentes nos diversos meios de transporte, serviços de prevenção e protecção à população, resolução de conflitos, entre outras. A Madeira e o Alentejo foram as regiões em que estas actividades assumiram menor importância com, respectivamente 12% e 18% do total das acções realizadas.

Figura 41

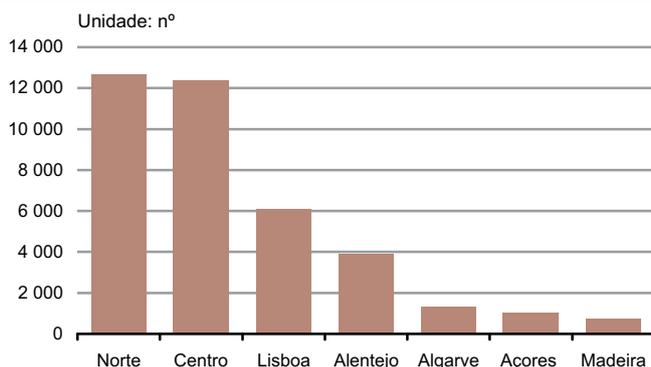
Participação dos Corpos de Bombeiros no combate a incêndios florestais, por regiões (2007)



Em 2007, registaram-se no país 72 mil incêndios, dos quais 15% tiveram origem em povoamentos florestais. A participação dos Corpos de Bombeiros das regiões do Norte e do Centro no combate a incêndios florestais foram as mais significativas com, respectivamente 37% e 39%.

Figura 42

Corpos de Bombeiros do quadro de comando e do quadro activo, por NUTS II (2007)

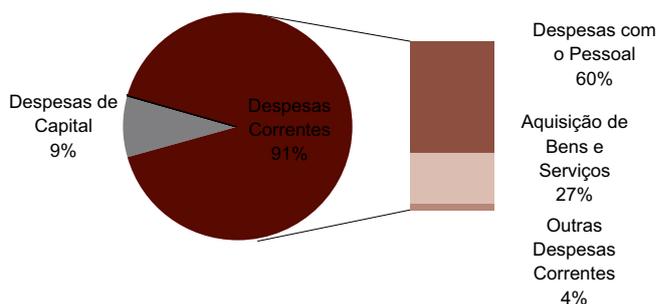


Com uma média de 82 elementos por Corporação de Bombeiros, 38 141 indivíduos desenvolveram actividades em 2007 no âmbito do quadro de comando e quadro activo dos Corpos de Bombeiros. As regiões Norte e Centro detêm, em conjunto, 66% do efectivo do país, por oposição às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira cuja contribuição não ultrapassam os 2%, para a primeira região e 3%, para a segunda.

Em 2007, as despesas totais dos Corpos de Bombeiros mantiveram-se estáveis face ao ano anterior, fixando-se nos 322 milhões de euros. Não obstante este facto, a rubrica “Despesas com o Pessoal” registou um aumento de 7% enquanto a “Aquisição de Bens e Serviços” manteve-se estável. Assim, em termos estruturais, as “Despesas com o Pessoal” reforçaram a sua importância relativa, contribuindo com 60% do total das despesas e a “Aquisição de Bens e Serviços” desceu um ponto percentual, face ao ano transacto, fixando-se nos 27%. A despesa média nacional subiu para 689 milhares de euros por Corpo de Bombeiros contra os 687 milhares de euros do ano anterior, com destaque para “Despesas com o Pessoal” que absorveram em média 627 milhares de euros por Corpo de Bombeiros.

Figura 43

Despesas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos (2007)

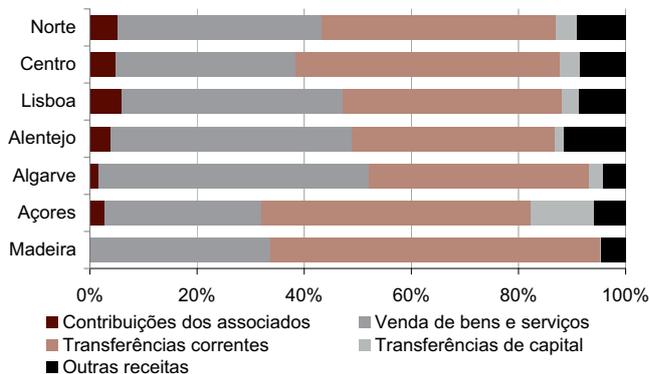


A nível regional, as despesas dos Corpos de Bombeiros concentraram-se, sobretudo, nas regiões de Lisboa, Norte e Centro, totalizando 73% das despesas totais. No entanto, o comportamento destas regiões foi distinto: as despesas da região de Lisboa estabilizaram, embora se tenha registado um decréscimo nos “Investimentos” que no entanto, foi compensado pelo aumento verificado na “Aquisição de Bens e Serviços” e nas “Despesas com o Pessoal”; o Norte e o Centro apresentaram decréscimos de, respectivamente 3% e 7% que em ambas as regiões resultaram de quebras nos investimentos de 33% para o Norte e de 48% para o Centro. De salientar que a região do Alentejo registou um aumento de 14%, explicada, essencialmente, pela subida de 50% nos “Investimentos”.

As receitas destas instituições registaram um aumento de apenas 1%, atingindo, em 2007, 263 milhões de euros. Cerca de metade da verba foi obtida através de “Transferências Correntes e de Capital”, nomeadamente da Administração Central e da Administração Regional e Local. Para além desta rubrica, destaca-se a “Venda de Bens e Serviços” como a segunda fonte de receitas, com 39% do total.

Figura 44

Receitas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II (2007)



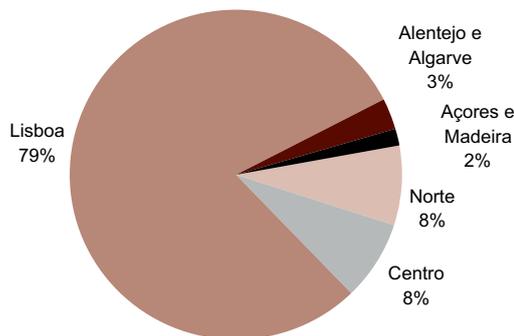
Em termos regionais, as receitas aumentaram em todas as regiões do País, com excepção do Norte e do Centro que registaram quebras de 4% e de 1%, respectivamente. O decréscimo registado na região Norte ficou a dever-se à diminuição de, respectivamente 12% e 6%, nas “Contribuições dos Associados” e nas “Transferências Correntes” e “Vendas de Bens e Serviços”.

Analisando as várias fontes de receitas, verifica-se que em todas as regiões do País, os recursos provêm, essencialmente, das “Transferências Correntes” e da “Venda de Bens e Serviços”. Enquanto na Região Autónoma da Madeira as “Transferências Correntes” contribuíram com mais de 60% das receitas da região, no Alentejo representaram apenas 38%. Por sua vez, a “Venda de Bens e Serviços” foi responsável por cerca de 50% dos proveitos do Algarve, em contraste com os 29% da Região Autónoma dos Açores.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)

Figura 45

Associados das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2007)



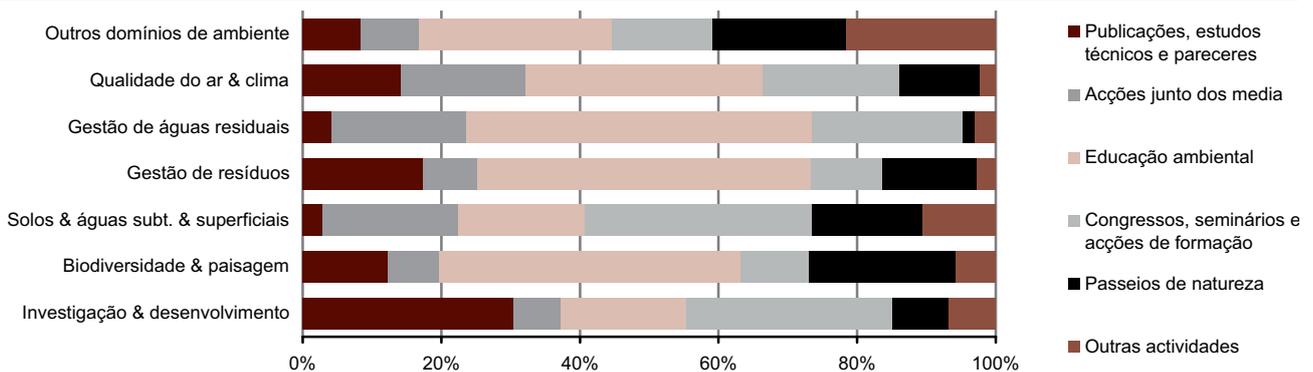
Na presente edição, o INE apresenta o suporte de recolha do “Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente” reformulado em ambas as vertentes, física e financeira, com a finalidade de satisfazer novas necessidades de informação e adequar as rubricas contabilísticas ao Plano Oficial de Contabilidade das empresas.

Em 2007, mais de 4/5 do total de membros das ONGA do País pertenciam a associações sediadas na região de Lisboa. À semelhança dos anos anteriores, os “Particulares” constituem os principais associados, quer a nível nacional, quer a nível regional.

Em Portugal e para o ano em análise, estavam inscritos 187 mil associados, o que perfaz uma média de 1 674 pessoas por instituição. O número de empresas associadas das ONGA, ainda que com uma importância pouco significativa, traduziu-se numa média de 10 empresas por ONGA. A nível regional, as ONGA sediadas em Lisboa têm uma média de 21 empresas associadas enquanto que, por exemplo, as do Norte ultrapassaram as 6 empresas.

Figura 46

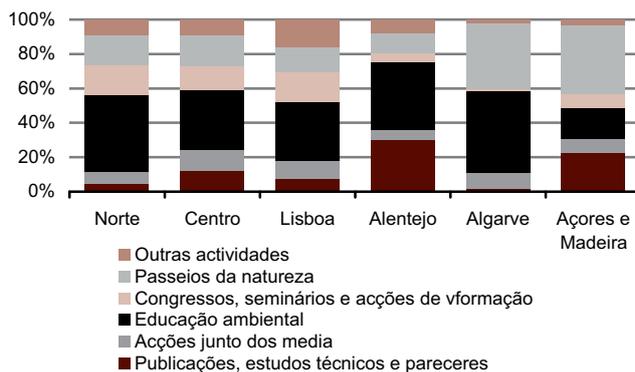
Actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, por domínios de ambiente (2007)



A principal actividade desenvolvida pelas ONGA foi a “Educação Ambiental” junto das populações, que registou 2 975 acções em 2007, correspondentes a mais de 1/3 do total das actividades. Os “Passeios de Natureza” e os “Congressos, Seminários e Acções de Formação” foram também significativos, representando respectivamente, 18% e 14% do total das actividades. Cerca de metade das actividades do domínio “Gestão de Águas Residuais” e “Gestão de Resíduos” e mais de 2/5 das de “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” foram desenvolvidas em “Educação Ambiental”, ao contrário das de “Investigação e Desenvolvimento” em que cerca de 1/3 das actividades foram dirigidas para “Publicações, Estudos Técnicos e Pareceres” e outro terço para “Congressos, Seminários e Acções de Formação”. De referir que no domínio “Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais”, os “Congressos, Seminários e Acções de Formação” representaram 33% do total do domínio.

Figura 47

Actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2007)

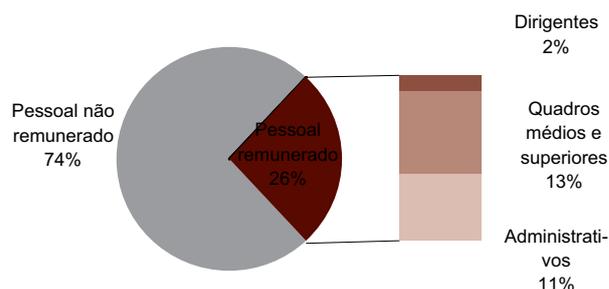


O conteúdo das actividades desenvolvidas pelas ONG de Ambiente apresenta fortes assimetrias regionais. Cerca de metade das ocorrências desenvolvidas pela região do Norte foram direccionadas para “Educação Ambiental”, ao contrário das restantes regiões em que a repartição pelas acções foi mais equilibrada. As associações sediadas no Algarve privilegiaram a “Educação Ambiental” e os “Passeios de Natureza”, que representaram, respectivamente, 48% e 38%, do total das acções da região; já na região do Alentejo, os destaques vão, igualmente, para a “Educação Ambiental” e “Publicações, Estudos Técnicos e Pareceres” que congregaram mais de 2/3 das actividades desenvolvidas a nível local.

Figura 48

Pessoal ao serviço das Organizações Não Governamentais de Ambiente (2007)

O regime de voluntariado continua, à semelhança dos anos anteriores, a caracterizar o funcionamento destas organizações, tendo abrangido 74% do total de indivíduos. Do pessoal remunerado, 26% do total, predominam os quadros e técnicos médios e superiores e administrativos, com respectivamente 13% e 11%, enquanto os dirigentes não ultrapassam os 2%.



Mais de metade dos indivíduos eram do sexo masculino, com predomínio do pessoal não remunerado (61%), enquanto no pessoal remunerado, a participação feminina foi maioritária, com 64% do total. Analisando em termos de nível de escolaridade, 57% dos indivíduos concluíram o ensino superior (bacharelato e licenciatura), repartidos equitativamente entre homens e mulheres e 23% o ensino secundário, com destaque para a participação do sexo masculino, com 63% do total do nível.

Da análise da estrutura regional do pessoal das ONGA, assinala-se a região do Norte com uma forte componente de voluntariado (91%), por oposição à região do Alentejo onde a sua importância não ultrapassa os 32%. A região de Lisboa que lidera em número de pessoas a prestar serviço nas ONGA (43%), remunera 1/4 destas, o que a coloca a par da média nacional. De referir que, no Alentejo, cerca de 3/5 do pessoal remunerado é formado por quadros e técnicos médios e superiores.

Figura 49

Pessoal das Organizações Não Governamentais de Ambiente por regime de prestação de serviço, segundo o nível de escolaridade (2007)

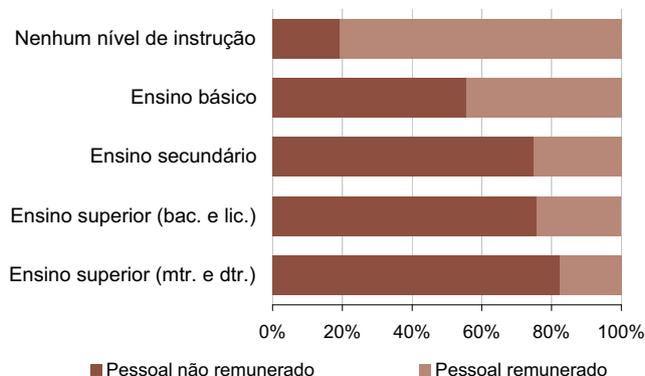


Figura 50

Principais variáveis das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2007)

Os “Investimentos” destas organizações ascenderam a 1 milhão de euros, com destaque para a região de Lisboa que absorveu mais de 3/5 do total.

Em 2007, os “Custos e Perdas” das ONG de Ambiente atingiram 22 milhões de euros, dos quais cerca de 3/5 foram gastos com “Fornecimentos e Serviços Externos” e 1/4 nos “Custos com o Pessoal”, correspondentes a 13 milhões de euros, para a primeira rubrica, e 5 milhões de euros, para a segunda.

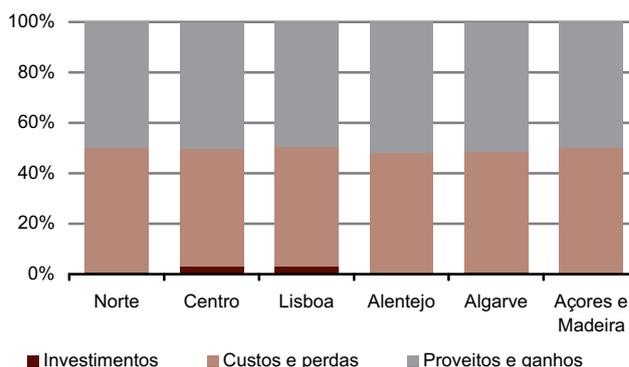


Figura 51

Custos e perdas das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2007)

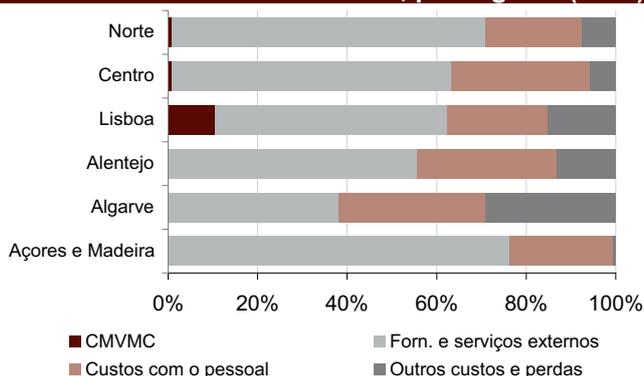
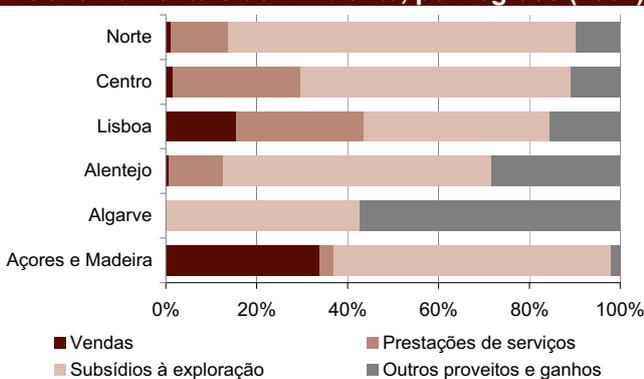


Figura 52

Proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2007)



Mais de 2/3 das verbas das regiões do Norte e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira foram aplicadas nos “Fornecimentos e Serviços Externos”, enquanto nas restantes regiões a repartição foi mais equilibrada, com destaque par ao Algarve: “Fornecimentos e Serviços Externos” representaram 38%, os “Custos com o Pessoal” 33% e os “Outros Custos e Perdas” 29%. Nas despesas com o pessoal remunerado, destaca-se a região do Norte que registou 30 995 euros por pessoa, muito acima do valor médio nacional de 14 136 euros para o conjunto das ONGA, por oposição às Regiões Autónomas que se situaram nos 6 810 euros por pessoa.

Os “Proveitos e Ganhos” destas organizações totalizaram 23 milhões de euros, dos quais mais de metade foram obtidas através de “Subsídios de Exploração”, nos quais se destaca os provenientes do “Estado e Outros Entes Públicos” com 41% do total. Para além desta rubrica, realça-se a de “Prestações de Serviços” como a segunda rubrica em termos de importância, com cerca de 22% do total dos recursos.

A nível regional, os “Subsídios de Exploração” constituíram a rubrica mais significativa para todas as regiões do País, tendo representado 77% do total das receitas do Norte, por oposição à região de Lisboa e do Algarve onde o seu peso não ultrapassou os 41%, para a primeira região e 43%, para a última. De salientar que mais de 1/5 dos proveitos da região de Lisboa provêm das “Prestações de Serviços”, enquanto no Algarve cerca de 3/5 do financiamento teve origem nos “Outros Proveitos e Ganhos”.

1.1.4 ENTIDADES GESTORAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS

O Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR) constitui o suporte de recolha da informação caracterizadora dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais. Para este efeito foi estabelecida uma parceria em 2006 entre o INE e o Instituto da Água (INAG), entidade detentora do INSAAR.

A informação apresentada está repartida de acordo com a natureza do serviço prestado pelas entidades gestoras – abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais – e a localização geográfica das mesmas. Estas entidades possuem diversas naturezas jurídicas, sendo constituídas por associações de municípios, associações de utilizadores, empresas municipais ou intermunicipais, empresas privadas, empresas públicas ou de capitais públicos, municípios e serviços municipalizados.

Abastecimento de água

Em 2007, os “Investimentos” em infra-estruturas associadas aos serviços de abastecimento de água totalizaram 379 milhões de euros, com destaque para as entidades gestoras da região Norte, com mais de 2/5 do total realizado. Mais de 1/3 dos “Custos” (onde se incluem os “Custos gerais administrativos” e os “Custos de exploração e gestão”) foram suportados pelas entidades gestoras localizadas em Lisboa, enquanto que as do Norte e Centro contribuíram, cada uma delas, com cerca de 1/5 das despesas. De referir que mais de 4/5 dos “Proveitos” das entidades gestoras se concentraram nas regiões de Lisboa, Norte e Centro.

Mais de 2/3 dos “Investimentos” foram efectuados por empresas públicas ou de capitais públicos, seguidos pelos municípios e serviços municipalizados com, respectivamente, 10% e 8%.

Analisando a estrutura da variável “Custos” destaca-se a importância da verba despendida com “Custos de exploração e gestão” na maioria das regiões, à excepção da Região Autónoma dos Açores em que esta variável detém apenas 20% do total dos custos. Em oposição, os “Custos de exploração e gestão” das entidades gestoras sediadas no Centro e no Algarve, representaram, respectivamente, 68% e 63% do total da região.

Mais de 90% dos “Proveitos” das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água provêm dos “Proveitos do tarifário”, resultantes da aplicação das componentes variável e fixa da estrutura tarifária. Em termos estruturais, as entidades gestoras de Lisboa cobraram mais de 1/3 das receitas, seguidas pelas do Norte com 1/4 do total.

Figura 53

Principais variáveis do serviço de abastecimento de água por NUTS II (2007Po)

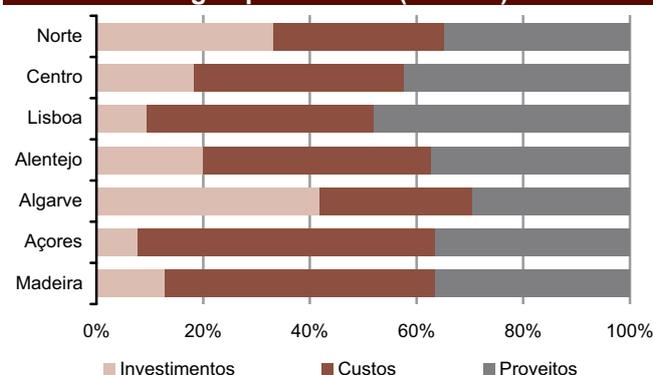


Figura 54

Custos com o serviço de abastecimento de água por NUTS II (2007Po)

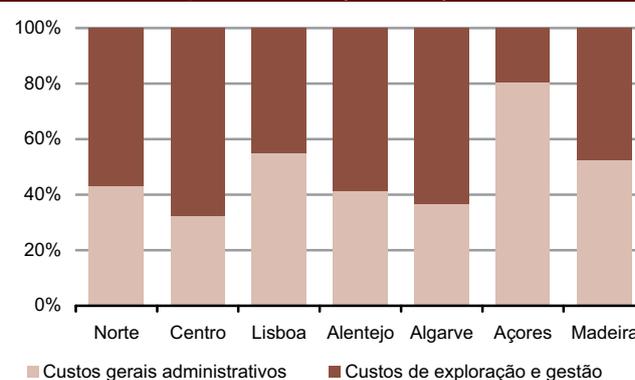
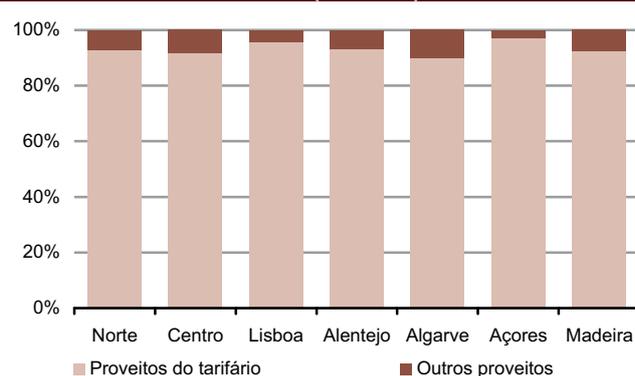


Figura 55

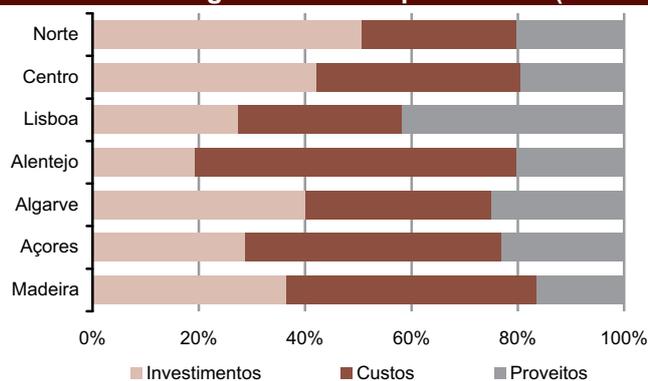
Proveitos do serviço de abastecimento de água por NUTS II (2007Po)



Drenagem e tratamento de águas residuais

Figura 56

Principais variáveis do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II (2007Po)

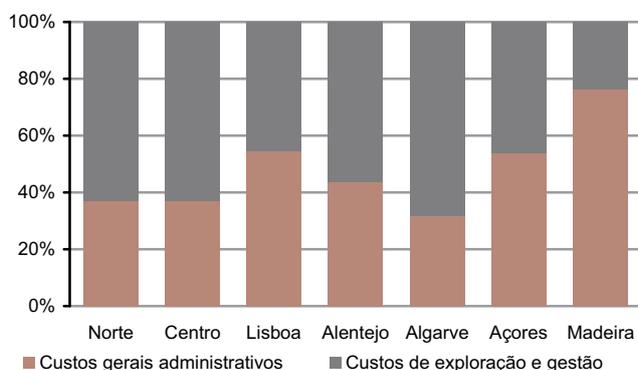


No ano de 2007, os “Investimentos” das entidades gestoras em infra-estruturas de drenagem e tratamento de águas residuais foram superiores aos de abastecimento de água, tendo atingido 454 milhões de euros. Mais de 2/5 das verbas foram investidas pelas entidades sediadas na região do Norte, seguidas pelas do Centro com 1/4 do investimento total. No que se refere aos “Custos” e aos “Proveitos”, mais de 4/5 das verbas foram realizadas pelas entidades gestoras do Norte, Centro e Lisboa.

Mais de 2/3 das despesas em infra-estruturas de drenagem e tratamento de águas residuais foram realizadas pelas empresas públicas ou de capitais públicos e a parte restante foi repartida por municípios (10%), empresas municipais ou intermunicipais e empresas privadas (ambas com 8%) e pelos serviços municipalizados que asseguraram 6% do investimento total.

Figura 57

Custos com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II (2007Po)

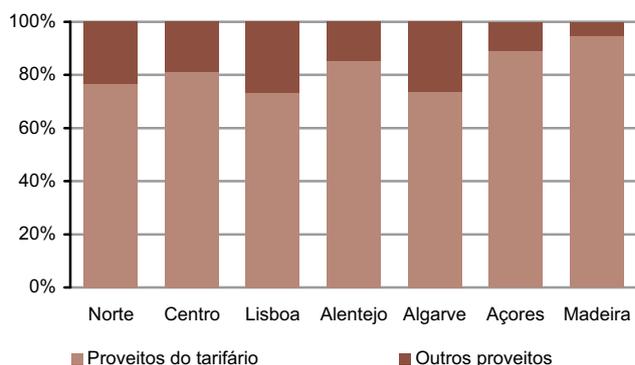


Relativamente à incidência dos “Custos” com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, os “Custos de exploração e gestão” superaram os “Custos gerais administrativos” em 14%, alcançando na globalidade 392 milhões de euros.

Em termos regionais, os “Custos de exploração e gestão” predominaram na maioria das regiões, com exceção de Lisboa e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em que os “Custos gerais administrativos” representaram, respectivamente, 55% para a primeira região, 54% para a segunda e 76% para a última.

Figura 58

Proveitos do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II (2007Po)



À semelhança do serviço de abastecimento de água, os “Proveitos do tarifário” do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais sobrepõem-se aos “Outros proveitos”, constituídos essencialmente por proveitos resultantes da prestação de serviços associados, nomeadamente à desobstrução da rede de esgotos, execução de ramais de ligação e limpeza de fossas sépticas individuais. Os “Proveitos” fixaram-se nos 308 milhões de euros, dos quais 3/4 dizem respeito aos “Proveitos do tarifário”.

Em todas as regiões do país cerca de 3/4 das verbas provêm dos “Proveitos do tarifário”, com exceção de Lisboa e Algarve em que 1/4 dos proveitos são provenientes de “Outros proveitos”. Em termos estruturais, Lisboa liderou com quase metade do total dos proveitos.

1.2 SISTEMAS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O volume de água captada em 2007 pelas entidades gestoras dos sistemas públicos de abastecimento, segundo os dados apurados pela operação INSAAR, foi de 974 milhões de m³. A água captada foi maioritariamente (59%), de origem superficial.

De referir que 91% do captado, correspondente a 884 milhões de m³, sofreu tratamento prévio antes de entrar nas redes de distribuição, com 68% a ser efectuado por Estações de Tratamento de Água (ETA) e 32% por Postos de Cloragem (PC).

A água consumida em Portugal, distribuída pelos sistemas públicos urbanos, ascendeu a 900 milhões de m³, correspondente, em média, a um gasto diário de 206 litros de água per capita.

Em termos regionais, dada a concentração populacional e também industrial, surge em primeiro lugar a região de Lisboa com o nível de consumo absoluto mais elevado, que atingiu 204 milhões de m³ representando cerca de 1/3 do total da água distribuída.

No âmbito da actividade de gestão de águas residuais, o volume de águas residuais tratadas ascendeu a 471 milhões de m³, correspondente a 91% do total de 513 milhões de m³ de águas residuais rejeitadas.

No que diz respeito às águas residuais tratadas por nível de tratamento, constata-se que cerca de 67% (mais de 2/3 do total) foram submetidas ao nível de tratamento secundário e/ou terciário, assumindo maior expressão o nível secundário que representa 44% do total de 471 milhões de m³ registado.

No que se refere à rejeição de águas residuais não tratadas, verifica-se que a maior parte ocorre na região de Lisboa e ascende a 18 milhões de m³, cerca de 40% do total de 46 milhões de m³.

Figura 59

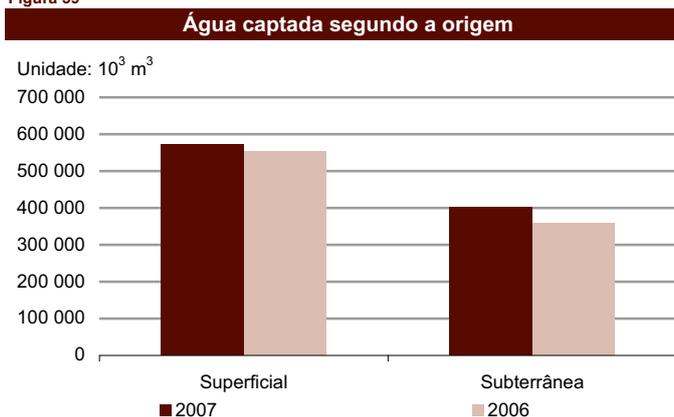


Figura 60

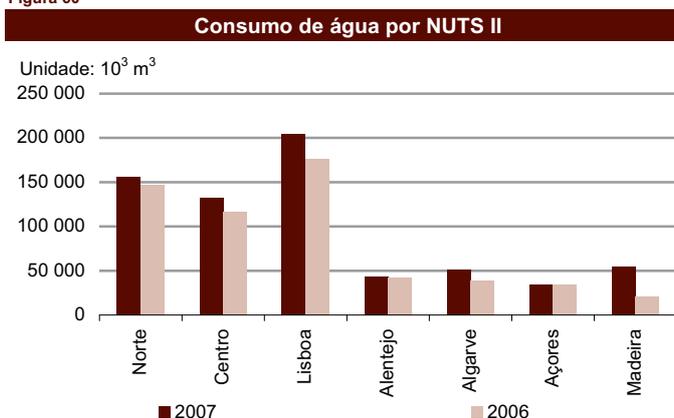
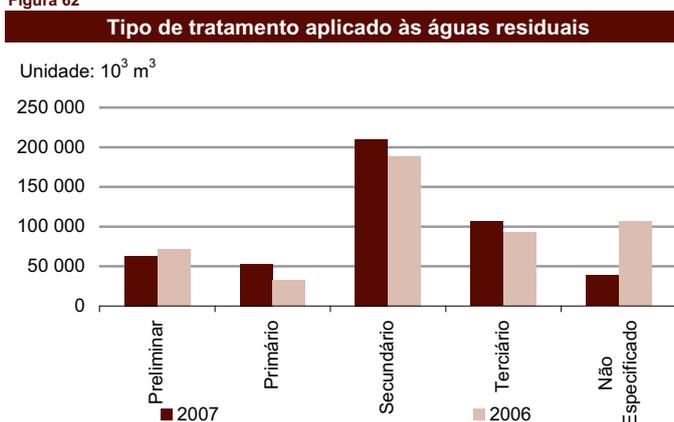


Figura 61



Figura 62



1.3 RESÍDUOS NÃO URBANOS

Quadro 2

Total de resíduos não urbanos por actividades económicas

Unidade: 10³ t

Actividades económicas (CAE Rev. 2.1)	Total de resíduos não urbanos		
	2004	2005	2006 Po
Total	24 692	31 083	30 285
A : Agricultura, Pecuária e Florestas	676	711	195
B : Pescas	18	21	14
C : Extractiva	4 761	4 968	3 563
DA : Alimentares, Bebidas e Tabaco	1 051	1 085	1 036
DB + DC : Têxteis e Peles	1 885	1 944	1 936
DD : Madeira e Cortiça	1 457	1 837	896
DE : Papel, Cartão e Impressão	1 616	1 542	1 124
DF : Petrolíferas	61	19	25
DG + DH : Químicas, Borracha e Plásticos	285	341	346
DI : Produtos Minerais Não Metálicos	2 550	2 461	3 438
DJ : Metalúrgicas de Base e Produtos Metálicos	700	803	969
DK + DL + DM : Máquinas, Material de Transporte, Eléctrico e de Óptica	388	396	938
DN : Outras Indústrias (a)	134	131	203
E : Electricidade, Gás e Água	815	1 021	462
F : Construção	2 626	5 213	3 607
G a Q : Comércio e Serviços (b)	4 202	7 368	10 352
37 : Reciclagem	113	110	517
51.57 : Comércio de Sucatas e Desperdícios	16	173	26
90 : Recolha e Tratamento de Águas Residuais e Resíduos	1 339	938	637

Fonte: 2004 e 2005 MRRI, INR / 2006 SIRER, APA.

(a) Não inclui divisão "37 Reciclagem".

(b) Não inclui classe "51.57 Comércio de sucatas e desperdícios" e divisão "90 Recolha e tratamento de águas residuais e resíduos".

A produção de resíduos gerada pelo tecido empresarial no território continental atingiu em 2006 cerca de 30 milhões de toneladas, valor que corresponde a um decréscimo de cerca de 2,5%, face à quantidade registada no ano anterior, destacando-se os sectores da industria extractiva e da construção com o registo das maiores quebras em valores absolutos.

As actividades de exploração mineira, indústrias de transformação de pedra, indústrias de cimento e betão pronto, construção e o conjunto de actividades de comércio e serviços, constituem os principais sectores geradores de resíduos.

Para os anos em análise, constata-se que estes sectores contribuíram com mais de metade do total de resíduos gerados, tendo inclusivamente reforçado a sua posição relativa com 57% em 2004, 64% em 2005 e 69% em 2006.

No quadro 3 apresenta-se a produção de resíduos industriais no território continental no período em análise, de acordo com a tipologia de resíduos definida pela classificação EWCSat Rev. 3.0 (agregados constituídos segundo a substância principal ou natureza do resíduo), estabelecida nos termos do Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho 2150/2002 de 25 de Novembro, sobre as Estatísticas dos Resíduos.

Quadro 3

Total de resíduos não urbanos por tipo de resíduos segundo o nível de perigo

Tipo de resíduos (EWCStat Rev. 3.0)	Total de resíduos não urbanos		
	2004	2005	2006 Po
Total	24 692	31 083	30 285
01.1 : Solventes usados	71	60	61
01.2 : Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos	98	83	226
01.3 : Óleos usados	88	91	2 296
01.4 : Catalisadores químicos usados	0	0	3
02 : Resíduos de reações químicas	221	205	485
03.1 : Depósitos e resíduos químicos	958	1 412	2 306
03.2 : Lamas de efluentes industriais	1 036	1 325	466
05 : Resíduos de prestação de cuidados de saúde e biológicos	16	0	242
06 : Resíduos metálicos	659	1 140	2 365
07.1 : Resíduos de vidro	296	335	476
07.2 : Resíduos de papel e cartão	709	937	2 380
07.3 : Resíduos de borracha	94	96	1 066
07.4 : Resíduos de plásticos	234	323	996
07.5 : Resíduos de madeira	2 661	2 895	1 232
07.6 : Resíduos têxteis	964	964	476
07.7 : Resíduos contendo PCB	0	0	0
08 : Equipamento fora de uso (a)	74	198	225
08.1 : Veículos fora de uso	12	4	10
08.41 : Resíduos de pilhas e acumuladores	11	16	198
09 : Resíduos de origem animal e vegetal (b)	2 368	2 491	729
09.11 : Resíduos de origem animal de preparados e produtos alimentares	417	697	318
09.3 : Fezes, urina e estrume de animais	154	94	136
10.1 : Resíduos domésticos e similares	772	480	2 009
10.2 : Materiais mistos e não diferenciados	463	748	778
10.3 : Resíduos de triagem	124	93	424
11 : Lamas comuns (c)	777	1 205	892
11.3 : Lamas de dragagem	0	4	0
12 : Resíduos minerais (d)	10 127	14 133	9 292
12.4 : Resíduos de combustão	1 092	934	187
12.6 : Solos contaminados e lamas de dragagem poluídas	11	18	7
13 : Resíduos solidificados, estabilizados ou vitrificados	181	103	4

Fonte: 2004 e 2005 MRRI, INR / 2006 SIRER, APA.

(a) Não inclui resíduos do item "08.1 Veículos fora de uso" e do item "08.41 Resíduos de pilhas e acumuladores".

(b) Não inclui resíduos do item "09.11 Resíduos de origem animal de preparados e produtos alimentares" e do item "09.3 Fezes, urina e estrume de animais".

(c) Não inclui resíduos do item "11.3 Lamas de dragagem".

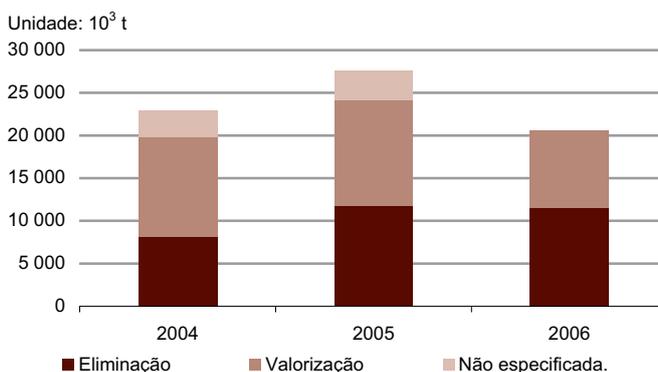
(d) Não inclui resíduos do item "12.4 Resíduos de combustão" e do item "12.6 Solos contaminados e lamas de dragagem poluídas".

O grupo de "12 Resíduos minerais" constituiu o principal agregado gerado, representando em termos médios, no período de 2004 a 2006, quase 1/3 do total de resíduos produzidos.

Quanto ao destino final dos resíduos, as operações de valorização surgem como a principal forma de gestão dos resíduos apurados nos anos de 2004 e 2005. Não obstante, salienta-se o aumento que as operações de eliminação registaram nos anos em análise, ascendendo em termos absolutos a 11,7 milhões de toneladas em 2005, valor que se aproxima da quantidade atingida pelas operações de valorização, 12,3 milhões de toneladas.

Figura 63

Resíduos não urbanos por principais operações de destino final



Em 2006, a quantidade de resíduos eliminados acaba por ultrapassar o montante de resíduos valorizados em cerca de 2 milhões de toneladas. Esta alteração estrutural deve-se essencialmente a um decréscimo, de aproximadamente 9 milhões de toneladas, dos resíduos remetidos para valorização.

Segundo as diferentes operações de destino final destaca-se que, em termos médios no período em análise, cerca de 47% dos resíduos não perigosos foram remetidos para valorização.

Figura 64



Em termos globais, regista-se em 2006 uma quebra nas quantidades estimadas de resíduos no conjunto das operações consideradas ¹, surgindo as maiores quebras absolutas, em termos de resíduos não perigosos, nas outras operações de valorização menos 3,5 milhões de toneladas em 2006 comparativamente a 2005, e nas outras operações de eliminação (que inclui a deposição em aterro, lagunagem e injeção de resíduos no solo) com menos 1,5 milhões de toneladas em 2006 face a valores de 2005.

Figura 65



O destino final dos resíduos perigosos apresenta um padrão e evoluções estruturais distintas das verificadas para os resíduos não perigosos.

De facto, nos dois primeiros anos do período em análise são as outras operações de eliminação de resíduos que predominam, totalizando mais de 2/3 do destino final dos resíduos perigosos.

Em contrapartida, em 2006 a quantidade de resíduos perigosos valorizados assume-se como o seu principal destino e ultrapassa a quantidade de resíduos perigosos eliminados, em cerca de 100 000 toneladas.

¹ Tendo em conta o estipulado pelo Regulamento do PE e Conselho 2150/2002 de 25 de Novembro sobre as Estatísticas dos Resíduos, não inclui as operações de eliminação de "tratamento biológico não especificado em outras operações" (D8), "tratamento físico-químico não especificado em outras operações" (D9), "incineração no mar" (D11), "mistura de resíduos anterior à execução de outras operações de eliminação" (D13), "reembalagem de resíduos anterior à execução de outras operações de eliminação" (D14), "armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das restantes operações de eliminação" (D15), e das operações de valorização "troca de resíduos para posterior remessa para uma outra operação de valorização" (R12) e "acumulação de resíduos destinados a uma outra operação de valorização" (R13).

1.4 RESÍDUOS URBANOS

Desde o ano de 2002 que o INE tem publicado dados referentes à produção e gestão de Resíduos Urbanos em Portugal, com base na apropriação de dados administrativos.

Os dados agora divulgados reportam-se aos períodos de referência de 2006 e 2007 uma vez que na edição anterior não foi possível a sua divulgação, quer pela alteração da entidade nacional com competências nesta área, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) que acumulou as funções do anterior Instituto dos Resíduos, quer pela descontinuidade do sistema de recolha de dados, o Sistema de Gestão de Informação dos Resíduos (SGIR).

A adaptação a estas alterações e a consolidação do novo sistema de informação ainda não se encontra estabilizado, pelo que os dados apresentados devem ser considerados como provisórios circunscrevendo-se a divulgação dos resultados aos conteúdos disponibilizados pela APA para as entidades gestoras de sistemas de gestão de resíduos urbanos.

No ano de 2006, Portugal 2 gerou um total de 4,6 milhões de toneladas de resíduos o que corresponde a uma capitação de 1,3 kg por dia.

Em termos regionais observam-se algumas assimetrias de valores, destacando-se a região do Algarve em que produção média diária por habitante quase duplica, atingindo 2,1 kg dia por habitante residente, o que é revelador da importância que o turismo e a inerente “população flutuante” assumem neste contexto.

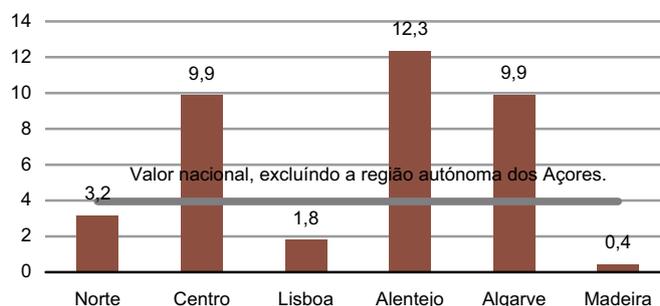
O depósito em aterro continua a ser o principal destino dos resíduos urbanos. Em Portugal, no ano de 2006, por cada quilograma de resíduos recuperados através de recolha selectiva e valorização orgânica, foram depositados em aterro 4 kg de resíduos urbanos.

A Região Autónoma da Madeira é a que apresenta melhor “comportamento ambiental”, já que por cada quilograma de resíduo recuperado através das operações citadas, menos de metade de quilograma são remetidos para aterro.

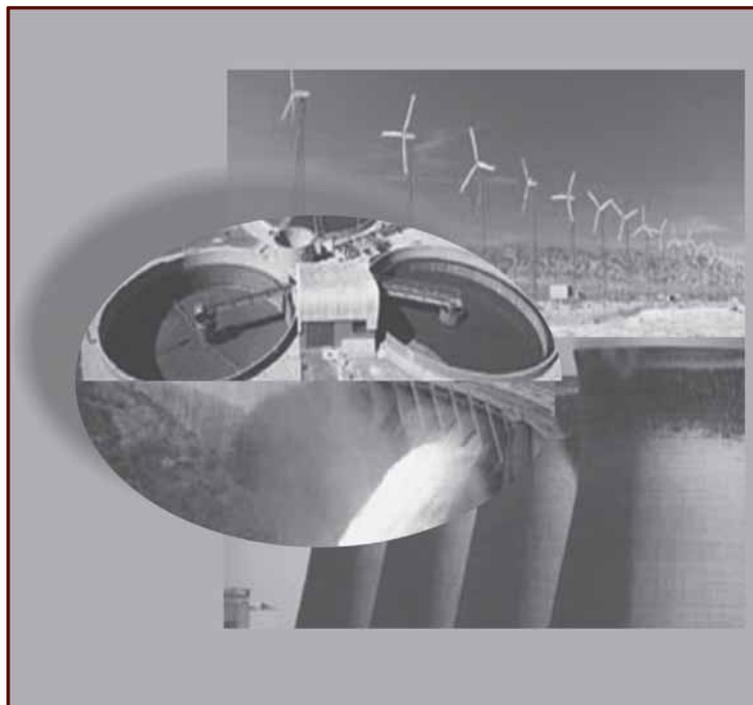
No Continente, a região com melhor desempenho em termos ambientais, é Lisboa onde por cada quilograma de resíduo recuperado, são remetidos para aterro 1,8 kg. Pela negativa, destaca-se a região do Alentejo onde por cada quilograma de resíduos recuperados, são remetidos para aterro cerca de 12 kg, seguida de muito perto pelas regiões do Algarve e do Centro, com um valor de 10 kg de resíduos para aterro por cada quilograma recuperado.

Figura 66

Rácio de quilogramas de resíduos urbanos colocados em aterro por quilogramas de resíduos recuperados por valorização orgânica e recolha selectiva (2006)



² Não inclui dados da Região Autónoma dos Açores.



Quadros de Resultados

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Quadro 1

Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente, segundo os sectores institucionais

2007

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Total	Administrações Públicas			ISFL
		Central	Regional	Local	
Total	964 334	174 897	64 860	710 476	14 100
Qualidade do ar & clima	239	149	41	49	0
Gestão de águas residuais	195 213	30 361	16 248	148 604	0
Gestão de resíduos	436 096	1 779	8 276	426 041	0
Solos, águas subterrâneas & superficiais	12 073	388	8 436	3 249	0
Ruído & vibrações	9 354	0	8 045	1 309	0
Biodiversidade & paisagem	243 880	109 140	16 080	116 623	2 037
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	1 779	1 247	4	527	0
Outras actividades de protecção do ambiente	65 701	31 833	7 731	14 074	12 063

Quadro 2

Despesas por domínios de ambiente segundo a Administração Central e Regional

2007

Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Administração Central		Administração Regional		
	Conta Geral do Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Madeira		Açores
			Governo Regional	Serviços e Fundos	Governo Regional
Total	182 835	30 023	36 360	2 438	26 244
Qualidade do ar & clima	77	73	41	0	0
Gestão de águas residuais	28 739	3 007	16 248	0	0
Gestão de resíduos	1 709	70	8 276	0	0
Solos & águas subterrâneas e superficiais	77	311	4 826	0	3 610
Ruído & vibrações	0	0	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	121 704	22 613	5 789	2 438	16 080
Protecção contra radiações	0	1 247	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	4	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	30 529	2 703	1 176	0	6 555

Quadro 3

Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo a Administração Central e Regional

2007

Unidade: 10³ EUR

Agregados Económicos	Administração Central		Administração Regional		
	Conta Geral do Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Madeira		Açores
			Governo Regional	Serviços e Fundos Autónomos	Governo Regional
Total	182 835	30 023	36 360	2 438	26 244
Despesas Correntes	142 483	25 345	13 862	2 052	15 074
Despesas com o Pessoal	23 267	13 322	1 787	1 401	4 781
Aquisição de Bens e Serviços	33 012	9 847	1 665	410	8 866
Transferências Correntes	84 199	2 057	10 410	241	1 427
Outras Despesas Correntes	2 005	118	0	e	0
Despesas de Capital	40 352	4 679	22 498	386	11 170
Investimentos	20 285	4 650	21 710	139	6 700
Transferências de Capital	20 067	29	788	247	3 029
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	1 440

Quadro 4

Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambienteUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos		
	2005	2006	2007
Total	919 341 (Rv)	903 077(Rv)	964 334
Qualidade do ar & clima	283	260	239
Gestão de águas residuais	246 341 (Rv)	146 024	195 213
Gestão de resíduos	389 691	411 987	436 096
Solos & águas subterrâneas e superficiais	5 225	14 344	12 073
Ruído & vibrações	864	690	9 354
Biodiversidade & paisagem	208 190 (Rv)	243 458	243 880
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	1 119	2 315	1 779
Outras actividades de protecção do ambiente	70 628 (Rv)	83 998(Rv)	65 701

Quadro 5

Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambienteUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos		
	2005	2006	2007
Total	224 612	225 162	174 897
Qualidade do ar & clima	74	0	149
Gestão de águas residuais	54 502	41 663	30 361
Gestão de resíduos	4 697	2 901	1 779
Solos & águas subterrâneas e superficiais	0	335	388
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	129 265	142 691	109 140
Protecção contra radiações	0	0	1 247
Investigação & desenvolvimento	793	2 040	0
Outras actividades de protecção do ambiente	35 282	35 531	31 833

Quadro 6

Despesas por domínios de ambiente segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração CentralUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Conta Geral do Estado			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Total	245 039	240 269	182 835	38 081	40 915	30 023
Qualidade do ar & clima	0	0	77	74	0	73
Gestão de águas residuais	53 487	41 984	28 739	4 380	4 242	3 007
Gestão de resíduos	4 658	2 755	1 709	75	146	70
Solos & águas subterrâneas e superficiais	0	283	77	0	52	311
Ruído & vibrações	0	0	0	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	152 186	160 387	121 704	29 743	31 329	22 613
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	1 247
Investigação & desenvolvimento	0	0	0	793	2 040	0
Outras actividades de protecção do ambiente	34 708	34 860	30 529	3 016	3 106	2 703

Quadro 7

Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração CentralUnidade: 10³ EUR

Agregados económicos	Conta Geral do Estado			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Total	245 039	240 269	182 835	38 081	40 915	30 023
Despesas Correntes	161 721	187 692	142 483	30 108	30 449	25 345
Despesas com o Pessoal	25 941	25 688	23 267	13 974	12 939	13 322
Aquisição de Bens e Serviços	60 290	50 819	33 012	12 739	12 518	9 847
Transferências Correntes	75 487	111 185	84 199	3 312	4 924	2 057
Outras Despesas Correntes	3	e	2 005	84	68	118
Despesas de Capital	83 318	52 577	40 352	7 972	10 467	4 679
Investimentos	42 992	27 498	20 285	6 936	6 945	4 650
Transferências de Capital	40 326	25 079	20 067	1 037	3 521	29
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0

Quadro 8

Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambienteUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos		
	2005	2006	2007
Total	34 972	37 991	38 616
Qualidade do ar & clima	61	139	41
Gestão de águas residuais	13 030	13 084	16 248
Gestão de resíduos	11 200	10 887	8 276
Solos & águas subterrâneas e superficiais	2 423	5 230	4 826
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	5 994	6 010	8 045
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	21	2	4
Outras actividades de protecção do ambiente	2 242	2 639	1 176

Quadro 9

Despesas por domínios de ambiente, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da MadeiraUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Governo Regional			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Total	32 717	34 614	36 360	2 638	4 015	2 438
Qualidade do ar & clima	61	139	41	0	0	0
Gestão de águas residuais	13 030	13 084	16 248	0	0	0
Gestão de resíduos	11 200	10 887	8 276	0	0	0
Solos & águas subterrâneas e superficiais	2 423	5 230	4 826	0	0	0
Ruído & vibrações	0	0	0	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	3 737	2 610	5 789	2 622	4 015	2 438
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	5	2	4	16	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	2 260	2 662	1 176	0	0	0

Quadro 10

Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da MadeiraUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Governo Regional			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Total	32 717	34 614	36 360	2 638	4 015	2 438
Despesas Correntes	10 033	12 434	13 862	1 757	1 725	2 052
Despesas com o Pessoal	1 708	1 779	1 787	1 322	1 324	1 401
Aquisição de Bens e Serviços	3 502	2 285	1 665	367	260	410
Transferências Correntes	4 823	8 182	10 410	68	141	241
Outras Despesas Correntes	0	189	0	0	e	e
Despesas de Capital	22 683	22 180	22 498	881	2 290	386
Investimentos	19 922	17 570	21 710	336	594	139
Transferências de Capital	2 136	3 985	788	546	1 696	247
Outras Despesas de Capital	625	625	0	0	0	0

Quadro 11

Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambienteUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos		
	2005	2006	2007
Total	20 809	22 508	26 244
Qualidade do ar & clima	0	0	0
Gestão de águas residuais	0	0	0
Gestão de resíduos	0	0	0
Solos & águas subterrâneas e superficiais	3 863	4 135	3 610
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	10 520	11 362	16 080
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	6 425	7 011	6 555

Quadro 12

Despesas em protecção do ambiente da Administração Regional dos Açores, por agregados económicos

Unidade: 10⁵ EUR

Agregados económicos	Anos		
	2005	2006	2007
Total das Despesas	20 809	22 508	26 244
Despesas correntes	13 774	15 114	15 074
Despesas com o pessoal	4 508	4 905	4 781
Aquisição de bens e serviços	8 657	8 287	8 866
Transferências correntes	609	1 922	1 427
Outras despesas correntes	0	0	0
Despesas de capital	7 035	7 394	11 170
Investimentos	4 712	2 295	6 700
Transferências de capital	2 323	2 492	3 029
Outras despesas de capital	0	2 607	1 440

Quadro 13

Receitas e despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II

2007

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total das Receitas	169 275	50 145	45 411	21 950	15 265	9 886	10 094	16 523
Qualidade do ar & clima	0	0	0	0	0	0	0	0
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±	±	±	±	±	±
Gestão de resíduos	154 521	45 753	38 887	21 401	12 470	9 806	9 933	16 269
Solos & águas subterrâneas & superficiais	1 966	5	69	0	1 891	0	0	0
Ruído & vibrações	446	181	7	248	8	0	1	0
Biodiversidade & paisagem	11 160	3 942	5 637	248	840	80	160	254
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	1 184	264	810	54	56	0	0	0
Total das Despesas	580 596	150 348	114 757	187 529	44 391	36 531	13 495	33 545
Qualidade do ar & clima	49	26	3	20	0	0	0	0
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±	±	±	±	±	±
Gestão de resíduos	438 949	117 863	88 252	129 049	35 334	28 779	12 872	26 799
Solos & águas subterrâneas & superficiais	4 923	1 903	921	119	1 254	0	1	726
Ruído & vibrações	1 323	656	106	539	2	20	0	0
Biodiversidade & paisagem	119 929	25 855	24 050	50 229	6 496	6 851	558	5 890
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	527	103	63	352	0	0	9	0
Outras actividades de protecção do ambiente	14 896	3 941	1 363	7 220	1 307	881	54	129

(*) Os dados de 2007 tem como fonte de informação a base de dados administrativa "INSAAR \ Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais" gerida pelo Instituto da Água, I.P. e preenchida pelas entidades gestoras dos sistemas urbanos de abastecimento de água e de águas residuais.

Quadro 14

Receitas e despesas dos Municípios em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo as NUTS II

2007

Unidade: 10³ EUR

Agregados económicos	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total das Receitas	169 275	50 145	45 411	21 950	15 265	9 886	10 094	16 523
Receitas correntes	149 288	46 867	38 865	21 944	14 115	9 886	6 980	10 630
Taxas	29 835	4 965	9 510	8 386	3 315	2 393	642	624
Multas	102	21	15	34	8	0	13	11
Transferências correntes	13 774	963	3 384	71	3 877	55	3 660	1 764
Vendas de bens e serviços	103 204	40 254	24 688	13 281	6 796	7 429	2 538	8 218
Outras receitas correntes	2 373	664	1 269	172	118	9	128	14
Receitas de capital	19 987	3 279	6 546	6	1 150	0	3 114	5 893
Transferências de capital	16 875	3 042	5 583	0	927	0	2 508	4 816
Outras receitas de capital	3 113	237	963	6	223	0	606	1 077
Total das Despesas	580 596	150 348	114 757	187 529	44 391	36 531	13 495	33 545
Despesas correntes	508 740	128 329	100 330	172 641	38 026	33 327	7 640	28 447
Despesas com o pessoal	200 857	40 957	28 043	82 613	17 325	13 182	3 485	15 251
Aquisição de bens e serviços	202 573	66 885	49 822	40 408	17 916	18 319	2 649	6 573
Transferências correntes	78 508	14 665	9 197	49 345	2 107	1 484	948	762
Subsídios	6 534	4 262	1 016	0	38	0	440	778
Outras despesas correntes	20 268	1 559	12 252	274	641	341	118	5 083
Despesas de capital	71 856	22 020	14 427	14 889	6 365	3 204	5 855	5 097
Investimentos	39 332	7 735	9 150	8 957	4 419	3 182	1 067	4 822
Transferências de capital	26 116	13 183	3 606	3 999	1 570	2	3 712	45
Outras despesas de capital	6 407	1 101	1 670	1 933	376	20	1 076	230

Quadro 15

Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos

2007

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Agregados económicos						
	Total geral	Total das receitas correntes	Taxas	Multas	Transferências correntes	Venda de bens e serviços	Outras receitas correntes
Total	169 275	149 288	29 835	102	13 774	103 204	2 373
Qualidade do ar & clima	1	0	0	0	0	0	0
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±	±	±	±	±
Gestão de resíduos	154 521	140 698	29 507	88	7 283	101 752	2 068
Solos & águas subterrâneas & superficiais	1 966	1 896	0	0	1 674	222	0
Ruído & vibrações	446	446	322	6	14	98	5
Biodiversidade & paisagem	11 160	5 364	6	8	3 959	1 120	271
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	1 184	884	0	0	844	11	29

Domínios de Ambiente	Agregados económicos		
	Total das receitas de capital	Transferências de capital	Outras receitas de capital
Total	19 988	16 875	3 113
Qualidade do ar & clima	0	0	0
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±
Gestão de resíduos	13 823	10 890	2 932
Solos & águas subterrâneas & superficiais	69	69	0
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	5 796	5 711	85
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	300	205	95

(*) Os dados de 2007 tem como fonte de informação a base de dados administrativa "INSAAR \ Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais" gerida pelo Instituto da Água, I.P. e preenchida pelas entidades gestoras dos sistemas urbanos de abastecimento de água e de águas residuais.

Quadro 16

Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos

2007

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Agregados económicos						
	Total geral	Total das despesas correntes	Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Transferências correntes	Subsídios	Outras despesas correntes
Total	580 596	508 740	200 857	202 573	78 508	6 534	20 268
Qualidade do ar & clima	49	32	6	22	3	0	2
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±	±	±	±	±
Gestão de resíduos	438 949	394 666	125 645	187 166	56 133	6 534	19 189
Solos & águas subterrâneas & superficiais	4 923	2 884	1 460	878	535	0	11
Ruído & vibrações	1 323	846	671	169	0	0	5
Biodiversidade & paisagem	119 929	96 832	64 877	10 610	20 606	0	739
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	527	367	39	78	250	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	14 896	13 114	8 159	3 651	982	0	322

Domínios de Ambiente	Agregados económicos			
	Total das despesas de capital	Investimentos	Transferências de capital	Outras despesas de capital
Total	71 856	39 332	26 116	6 407
Qualidade do ar & clima	18	18	0	0
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±	±
Gestão de resíduos	44 282	21 677	17 750	4 856
Solos & águas subterrâneas & superficiais	2 039	1 869	7	163
Ruído & vibrações	477	471	6	0
Biodiversidade & paisagem	23 097	13 529	8 214	1 355
Protecção contra radiações	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	161	61	100	0
Outras actividades de protecção do ambiente	1 781	1 708	40	33

(*) Os dados de 2007 tem como fonte de informação a base de dados administrativa "INSAAR \ Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais" gerida pelo Instituto da Água, I.P. e preenchida pelas entidades gestoras dos sistemas urbanos de abastecimento de água e de águas residuais.

Quadro 17

Dados gerais das empresas produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas

Actividades Económicas (CAE-Rev.2.1)	Empresas (nº)		VVN (10 ³ EUR)				NPS (nº)		
	Total	VVN ambiental >=50%	Total	Ambiental			Total	Maioritariamente em funções ambientais	
				Total	Gestão da Poluição	Gestão de Recursos		Homens	Mulheres
Total	1 715	1 562	5 412 052	4 255 006	2 336 069	1 918 937	42 038	18 560	5 108
Actividades Centrais de Ambiente									
25120 - Reconstrução de pneus	32	22	64 985	43 425	8 502	34 923	877	341	61
37100 - Reciclagem de sucata e de desperdícios metálicos	93	90	467 208	462 202	315 259	146 943	1 066	745	140
37200 - Reciclagem de desperdícios não metálicos	142	130	169 932	161 332	51 203	110 128	1 497	777	323
41000 - Captação, tratamento e distribuição de água	107	102	863 565	826 222	223 619	602 603	11 235	5 402	1 439
51571 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	505	494	341 525	335 748	295 234	40 514	1 311	923	158
51572 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	113	113	49 756	49 715	37 999	11 716	519	261	197
51573 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	68	66	28 402	28 391	26 138	2 253	219	139	41
90010 - Recolha e tratamento de águas residuais	32	30	115 645	110 267	108 997	1 270	1 266	621	228
90020 - Recolha e tratamento de outros resíduos	170	164	604 932	595 224	467 448	127 776	8 840	6 715	1 429
90030 - Limpeza pública, despoluição e actividades similares	63	57	25 276	22 597	21 695	902	501	199	126
Outras actividades das quais:	390	294	2 680 826	1 619 883	779 975	839 909	14 707	2 437	966
40110 - Produção de electricidade	5	5	354 870	354 870	128 776	226 094	745	33	6
45212 - Construção e engenharia civil	8	7	102 519	66 431	32 069	34 362	753	230	22
74202 - Actividades de engenharia e técnicas afins	69	56	161 562	106 726	66 571	40 156	1 933	341	249

Quadro 18

Distribuição do Volume de Negócios das empresas produtoras de Bens e Serviços de Ambiente pelos principais mercados por actividades económicas

Actividades Económicas (CAE-Rev.2.1)	Economia Nacional						Resto do Mundo			
	Empresas		Adm. Pública		Outros		União Europeia		Países terceiros	
	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%
Total	3 492 001	64,8	959 922	18,3	618 854	10,5	285 288	5,6	55 984	0,8
Actividades Centrais de Ambiente										
25120 - Reconstrução de pneus	48 846	75,2	1 090	1,7	5 767	8,9	8 721	13,4	561	0,9
37100 - Reciclagem de sucata e de desperdícios metálicos	404 070	86,5	1 940	0,4	7 364	1,6	51 143	10,9	2 691	0,6
37200 - Reciclagem de desperdícios não metálicos	146 644	86,3	3 462	2,0	2 667	1,6	14 788	8,7	2 370	1,4
41000 - Captação, tratamento e distribuição de água	150 087	17,4	287 687	33,3	425 549	49,3	242	0,0	0	0,0
51571 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	297 282	87,0	463	0,1	5 668	1,7	37 551	11,0	562	0,2
51572 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	35 585	71,5	102	0,2	390	0,8	12 548	25,2	1 130	2,3
51573 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	24 370	85,8	64	0,2	253	0,9	3 647	12,8	67	0,2
90010 - Recolha e tratamento de águas residuais	35 262	30,5	80 008	69,2	374	0,3	1	0,0	0	0,0
90020 - Recolha e tratamento de outros resíduos	319 609	52,8	263 250	43,5	16 851	2,8	5 182	0,9	40	0,0
90030 - Limpeza pública, despoluição e actividades similares	17 714	70,1	5 234	20,7	1 474	5,8	853	3,4	0	0,0
Outras actividades das quais:	2 012 532	75,1	316 622	11,8	152 497	5,7	150 612	5,6	48 563	1,8
40110 - Produção de electricidade	285 940	80,6	21 825	6,2	47 104	13,3	0	0,0	0	0,0
45212 - Construção e engenharia civil	20 757	20,2	18 426	18,0	40 735	39,7	13 604	13,3	8 998	8,8
74202 - Actividades de engenharia e técnicas afins	78 176	48,4	42 474	26,3	29 065	18,0	3 593	2,2	8 254	5,1

Quadro 19

Volume de Negócios por domínios de ambiente - Gestão da poluição

Domínios de Ambiente	Nº de empresas (*)	VVN ambiental (10 ³ EUR)				
		Total	%	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão da Poluição	1 736	2 336 068	100,0	321 677	42 961	1 971 429
Protecção da Qualidade do Ar e Clima	109	241 741	10,3	120 128	4 492	117 121
Gestão de Águas Residuais	252	473 267	20,2	26 691	14 836	431 740
Gestão de Resíduos	985	1 470 658	63,0	137 566	21 981	1 311 111
Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	93	36 353	1,6	17 564	342	18 447
Redução de Ruído e Vibrações	68	17 756	0,8	3 446	0	14 310
Protecção da Biodiversidade e Paisagem	48	11 122	0,5	331	0	10 791
Investigação e Desenvolvimento	37	14 681	0,6	9 935	32	4 714
Protecção Contra as Radiações	11	873	0,0	145	0	728
Outras Actividades de Gestão da Poluição	133	69 617	3,0	5 871	1 278	62 467

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que actuam

Quadro 20

Volume de Negócios por domínios de ambiente - Gestão de recursos

Domínios de Ambiente	Nº de empresas (*)	VVN ambiental (10 ³ EUR)				
		Total	%	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão de Recursos	760	1 918 938	100,0	615 434	7 592	1 295 911
Gestão da Água	204	737 142	38,4	217 050	6 096	513 995
Materiais e Produtos Reciclados	355	717 594	37,4	318 502	0	399 092
Gestão e Optimização de Energia	87	417 983	21,8	72 492	1 318	344 173
Gestão dos Recursos Florestais	25	9 877	0,5	25	0	9 852
Outras Actividades de Gestão de Recursos	89	36 342	1,9	7 365	178	28 799

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que actuam.

Quadro 21

Pessoas ao serviço nas empresas produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas e o sexo, segundo a ocupação em funções na área do ambiente

Unidade: nº

Actividades Económicas (CAE-Rev.2.1)	Total	Com funções na área do ambiente					
		Total	Maioritariamente ocupadas		Minoritariamente ou ocasionalmente ocupadas		
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Total	42 038	25 809	18 560	5 108	1 466	675	
Actividades Centrais de Ambiente							
25120 - Reconstrução de pneus	877	571	341	61	145	24	
37100 - Reciclagem de sucata e de desperdícios metálicos	1 066	981	745	140	68	28	
37200 - Reciclagem de desperdícios não metálicos	1 497	1 250	777	323	117	33	
41000 - Captação, tratamento e distribuição de água	11 235	7 360	5 402	1 439	326	193	
51571 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 311	1 168	923	158	67	20	
51572 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	519	480	261	197	16	6	
51573 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	219	194	139	41	12	2	
90010 - Recolha e tratamento de águas residuais	1 266	961	621	228	75	37	
90020 - Recolha e tratamento de outros resíduos	8 840	8 301	6 715	1 429	105	52	
90030 - Limpeza pública, despoluição e actividades similares	501	375	199	126	35	15	
Outras actividades	14 707	4 168	2 437	966	500	265	
das quais:							
40110 - Produção de electricidade	745	51	33	6	11	1	
45212 - Construção e engenharia civil	753	294	230	22	39	3	
74202 - Actividades de engenharia e técnicas afins	1 933	713	341	249	64	59	

Quadro 22

Pessoas ao serviço nas empresas produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas e o sexo, segundo os grupos profissionais

Unidade: nº

Actividades Económicas (CAE-Rev.2.1)	Total	Com funções na área do ambiente											
		Total	Dirigentes		Quadros		Encarregados		Administrativos		Operários		
			H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Total	42 038	25 809	1 419	376	1 932	1 623	1 503	198	2 063	1 877	13 109	1 709	
Actividades Centrais de Ambiente													
25120 - Reconstrução de pneus	877	571	25	6	25	20	27	0	77	25	332	34	
37100 - Reciclagem de sucata e de desperdícios metálicos	1 066	981	82	26	25	34	65	2	136	58	505	48	
37200 - Reciclagem de desperdícios não metálicos	1 497	1 250	119	35	60	32	75	10	107	101	533	178	
41000 - Captação, tratamento e distribuição de água	11 235	7 360	181	67	508	478	342	62	701	720	3 996	305	
51571 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 311	1 168	259	40	16	8	174	26	158	77	383	27	
51572 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	519	480	60	25	10	8	33	15	45	32	129	123	
51573 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	219	194	42	7	2	4	20	4	19	7	68	21	
90010 - Recolha e tratamento de águas residuais	1 266	961	40	12	113	133	50	12	107	84	386	24	
90020 - Recolha e tratamento de outros resíduos	8 840	8 301	179	40	328	301	355	38	334	323	5 624	779	
90030 - Limpeza pública, despoluição e actividades similares	501	375	35	12	14	20	30	5	20	32	135	72	
Outras actividades	14 707	4 168	397	106	831	585	332	24	359	418	1 018	98	
das quais:													
40110 - Produção de electricidade	745	51	5	1	17	4	2	0	0	2	20	0	
45212 - Construção e engenharia civil	753	294	11	1	42	10	46	2	15	11	155	1	
74202 - Actividades de engenharia e técnicas afins	1 933	713	71	25	205	165	47	14	35	86	47	18	

Quadro 23

Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia

2007

Unidade: 10³ EUR

Actividades económicas (CAE - Rev.2.1)	Tipo de tecnologia	Investimento em tecnologias de protecção do ambiente		
		Total	Fim-de-linha	Integradas
Total		286 469	240 757	45 712
10-14 Extractivas		3 392	2 565	827
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco		11 539	9 761	1 777
17-18 Têxteis		839	740	99
19 Couro e produtos do couro		170	34	136
20 Madeira , cortiça e suas obras		2 608	2 466	142
21-22 Pasta, papel e cartão; ed. e imp.		18 514	8 901	9 614
23 Petrolíferas		25 324	15 704	9 620
24 Químicas		11 392	7 520	3 872
25 Borracha e matérias plásticas		2 795	2 353	442
26 Minerais não metálicos		21 574	14 315	7 259
27-28 Metalúrgicas de base		11 392	5 921	5 471
29 Máquinas e equipamentos, n.e.		1 686	1 213	474
30-33 Equip. eléctrico e de óptica		1 006	708	298
34-35 Material de transporte		3 206	1 497	1 710
36 Indústrias transformadoras, n.e.		683	243	440
40-41 Electricidade, gás e água		170 348	166 817	3 531

Quadro 24

Coefficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia

2007

Unidade: %

Actividades económicas (CAE - Rev.2.1)	Tipo de tecnologia	Investimento em tecnologias de protecção do ambiente		
		Total	Fim-de-linha	Integradas
Total		0,4	0,5	0,0
10-14 Extractivas		2,3	3,0	0,0
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco		0,0	0,0	0,0
17-18 Têxteis		3,8	4,3	0,0
19 Couro e produtos do couro		0,0	0,0	0,0
20 Madeira , cortiça e suas obras		0,0	0,0	0,0
21-22 Pasta, papel e cartão; ed. e imp.		0,0	0,0	0,0
23 Petrolíferas		0,0	0,0	0,0
24 Químicas		0,0	0,0	0,0
25 Borracha e matérias plásticas		0,0	0,0	0,0
26 Minerais não metálicos		0,0	0,0	0,0
27-28 Metalúrgicas de base		9,5	18,2	0,0
29 Máquinas e equipamentos, n.e.		0,0	0,0	0,0
30-33 Equip. eléctrico e de óptica		0,0	0,0	0,0
34-35 Material de transporte		0,2	0,0	0,4
36 Indústrias transformadoras, n.e.		1,5	4,1	0,0
40-41 Electricidade, gás e água		0,3	0,3	0,2

Quadro 25

Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2007

Unidade: 10³ EUR

Actividades económicas (CAE - Rev. 2.1)	Total	Escalões de dimensão das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Total	286 469	110 718	6 821	20 644	26 234	18 105	103 947
10-14 Extractivas	3 392	2 580	230	251	0
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco	11 539	3 853	1 093	2 524	3 222	699	147
17-18 Têxteis	839	0	197	481	59
19 Couro e produtos do couro	170	0	15	10	0
20 Madeira , cortiça e suas obras	2 608	514	425	426	42
21-22 Pasta, papel e cartão; ed. e imp.	18 514	4 621	215	2 976	6 349	4 352	0
23 Petrolíferas	25 324	0	0	0	0	0	25 324
24 Químicas	11 392	286	817	3 037	7 229	23	0
25 Borracha e matérias plásticas	2 795	431	647	1 352	...	0	...
26 Minerais não metálicos	21 574	304	583	5 893	...	9 492	...
27-28 Metalúrgicas de base	11 392	7 160	1 113	1 313	118
29 Máquinas e equipamentos, n.e.	1 686	47	1 013	108	306
30-33 Equip. eléctrico e de óptica	1 006	0	32	467	300	170	37
34-35 Material de transporte	3 206	117	215	479	811	44	1 541
36 Indústrias transformadoras, n.e.	683	44	152	484
40-41 Electricidade, gás e água	170 348	90 760	73	844	0	2 368	76 303

Quadro 26

Investimentos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão							
2007							
Unidade: 10 ³ EUR							
NUTS II	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal	286 469	110 718	6 821	20 644	26 234	18 105	103 947
Norte	24 508	6 940	1 370	537	530
Centro	118 476	97 418	2 906	5 000	322
Lisboa	130 202	2 348	1 177	6 060	7 660	9 879	103 076
Alentejo	8 818	3 424	709	497	3 851
Algarve	1 262	547	1	714	0
Açores	2 649	17	656	54	8	1 914	0
Madeira	553	23	0	0	0

Quadro 27

Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente						
2007						
Unidade: 10 ³ EUR						
Actividades económicas (CAE - Rev. 2.1)	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente	
					Domínios de ambiente	
Total	286 469	190 964	33 345	26 550	35 610	
10-14 Extractivas	3 392	460	140	313	2 479	
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco	11 539	1 076	9 182	792	489	
17-18 Têxteis	839	210	488	84	56	
19 Couro e produtos do couro	170	145	3	21	1	
20 Madeira, cortiça e suas obras	2 608	1 313	800	342	153	
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão	18 514	2 571	6 568	6 585	2 790	
23 Petrolíferas	25 324	11 353	5 835	1 222	6 913	
24 Químicas	11 392	3 420	3 549	59	4 364	
25 Borracha e matérias plásticas	2 795	1 203	109	1 300	183	
26 Minerais não metálicos	21 574	10 135	1 687	7 378	2 374	
27-28 Metalúrgicas de base	11 392	3 615	1 921	4 067	1 790	
29 Máquinas e equipamentos, n.e.	1 686	798	832	33	23	
30-33 Equip. eléctrico e de óptica	1 006	357	442	141	66	
34-35 Material de transporte	3 206	2 375	260	255	316	
36 Indústrias transformadoras, n.e.	683	496	145	25	18	
40-41 Electricidade, gás e água	170 348	151 435	1 384	3 934	13 594	

Quadro 28

Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente						
2007						
Unidade: %						
Actividades económicas (CAE - Rev. 2.1)	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente	
					Domínios de ambiente	
Total	4,6	0,6	20,0	42,6	0,4	
10-14 Extractivas	5,1	16,8	52,2	0,3	5,6	
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco	57,6	0,0	72,4	29,4	0,0	
17-18 Têxteis	4,5	14,9	4,2	1,2	1,4	
19 Couro e produtos do couro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
20 Madeira, cortiça e suas obras	18,8	0,0	61,1	0,0	0,0	
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão	0,5	0,0	0,0	1,5	0,0	
23 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
24 Químicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
25 Borracha e matérias plásticas	17,0	0,0	0,0	36,7	0,0	
26 Minerais não metálicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
27-28 Metalúrgicas de base	99,6	29,9	0,0	277,8	0,0	
29 Máquinas e equipamentos, n.e.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
30-33 Equip. eléctrico e de óptica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
34-35 Material de transporte	1,0	0,3	0,0	11,8	1,1	
36 Indústrias transformadoras, n.e.	7,6	2,1	4,4	194,2	0,0	
40-41 Electricidade, gás e água	0,3	0,3	8,6	4,4	0,0	

Quadro 29

Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

2007 Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Contratação de trabalhos e serviços de ambiente	Taxas	Outros custos e perdas
Actividades económicas (CAE - Rev.2.1)				
Total	206 523	146 878	5 259	54 385
10-14 Extractivas	4 037	2 165	15	1 857
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco	35 436	27 942	2 605	4 889
17-18 Têxteis	11 609	8 195	403	3 011
19 Couro e produtos do couro	18 977	18 707	75	196
20 Madeira , cortiça e suas obras	2 207	1 391	33	783
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão	12 450	6 840	153	5 456
23 Petrolíferas	8 622	2 024	0	6 598
24 Químicas	17 743	9 267	330	8 146
25 Borracha e matérias plásticas	5 987	4 105	94	1 788
26 Minerais não metálicos	17 338	10 250	403	6 686
27-28 Metalúrgicas de base	13 805	10 037	124	3 644
29 Máquinas e equipamentos, n.e.	3 730	2 251	84	1 395
30-33 Equip. eléctrico e de óptica	5 983	3 345	428	2 209
34-35 Material de transporte	11 038	8 672	62	2 303
36 Indústrias transformadoras, n.e.	1 574	980	34	561
40-41 Electricidade, gás e água	35 986	30 705	417	4 863

Quadro 30

Coefficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

2007 Unidade: %

Rubricas contabilísticas	Total	Contratação de trabalhos e serviços de ambiente	Taxas	Outros custos e perdas
Actividades económicas (CAE - Rev.2.1)				
Total	1,2	1,6	1,2	2,0
10-14 Extractivas	7,7	5,8	0,3	14,6
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco	4,2	4,7	1,0	14,6
17-18 Têxteis	1,5	1,8	4,3	2,8
19 Couro e produtos do couro	1,0	1,0	68,1	0,9
20 Madeira , cortiça e suas obras	22,4	4,8	0,0	62,5
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão	2,7	4,4	1,3	2,6
23 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0
24 Químicas	2,0	1,7	2,2	3,9
25 Borracha e matérias plásticas	25,9	37,5	4,3	3,3
26 Minerais não metálicos	4,6	7,7	0,0	1,3
27-28 Metalúrgicas de base	2,8	3,6	7,1	3,6
29 Máquinas e equipamentos, n.e.	11,1	7,2	0,4	27,5
30-33 Equip. eléctrico e de óptica	0,4	0,8	0,0	0,0
34-35 Material de transporte	0,4	0,3	1,8	1,5
36 Indústrias transformadoras, n.e.	16,7	12,6	52,1	39,7
40-41 Electricidade, gás e água	1,5	1,8	0,2	1,2

Quadro 31

Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2007 Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Actividades económicas (CAE - Rev. 2.1)					
Total	206 523	19 428	50 141	96 810	40 143
10-14 Extractivas	4 037	373	979	1 061	1 625
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco	35 436	1 013	7 928	24 514	1 981
17-18 Têxteis	11 609	791	6 826	3 213	779
19 Couro e produtos do couro	18 977	139	13 314	5 449	75
20 Madeira , cortiça e suas obras	2 207	776	583	700	148
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão	12 450	2 511	4 009	4 439	1 491
23 Petrolíferas	8 622	380	3 322	83	4 837
24 Químicas	17 743	2 117	4 674	8 537	2 415
25 Borracha e matérias plásticas	5 987	530	387	4 219	851
26 Minerais não metálicos	17 338	6 838	1 333	5 115	4 052
27-28 Metalúrgicas de base	13 805	910	2 163	9 838	894
29 Máquinas e equipamentos, n.e.	3 730	306	496	2 667	261
30-33 Equip. eléctrico e de óptica	5 983	371	1 176	3 857	579
34-35 Material de transporte	11 038	623	1 176	7 570	1 667
36 Indústrias transformadoras, n.e.	1 574	96	133	1 195	150
40-41 Electricidade, gás e água	35 986	1 653	1 642	14 352	18 339

Quadro 32

Coefficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2007

Unidade: %

Actividades económicas (CAE - Rev. 2.1)	Domínios de ambiente				
	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Total	1,2	4,4	1,4	2,4	0,7
10-14 Extractivas	7,7	13,2	8,9	30,8	4,3
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco	4,2	82,9	5,4	4,7	0,0
17-18 Têxteis	1,5	0,6	1,0	4,8	0,5
19 Couro e produtos do couro	1,0	0,5	0,4	3,5	1,1
20 Madeira , cortiça e suas obras	22,4	0,0	84,7	2,0	0,0
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão	2,7	0,0	0,0	7,5	0,0
23 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
24 Químicas	2,0	0,0	0,2	4,1	0,0
25 Borracha e matérias plásticas	25,9	0,0	0,0	36,6	0,0
26 Minerais não metálicos	4,6	0,6	0,0	15,5	0,0
27-28 Metalúrgicas de base	2,8	0,0	0,0	3,9	0,0
29 Máquinas e equipamentos, n.e.	11,1	0,0	0,0	15,5	0,0
30-33 Equip. eléctrico e de óptica	0,4	0,0	0,0	0,7	0,0
34-35 Material de transporte	0,4	0,0	0,0	0,6	0,0
36 Indústrias transformadoras, n.e.	16,7	4,6	1,9	21,9	0,0
40-41 Electricidade, gás e água	1,5	6,3	7,9	3,0	1,6

Quadro 33

Custos e perdas das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2007

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
			1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal		206 523	37 819	18 556	56 031	39 545	28 931	25 641
Norte		48 428	6 070	6 493	7 363	5 091
Centro		57 713	13 902	6 463	2 634	1 571
Lisboa		71 041	3 182	3 120	10 127	21 800	13 864	18 948
Alentejo		24 717	13 905	1 779	2 426	3 826
Algarve		630	276	82	223	49
Açores		1 641	392	309	287	6	648	0
Madeira		2 352	92	310	43	0

Quadro 34

Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2007

Unidade: 10³ EUR

Actividades económicas (CAE - Rev.2.1)	Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
			1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Total		206 523	37 819	18 556	56 031	39 545	28 931	25 641
10-14 Extractivas		4 037	1 855	833	290	0
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco		35 436	3 631	4 770	10 439	7 653	5 063	3 880
17-18 Têxteis		11 609	175	1 703	5 076	1 483
19 Couro e produtos do couro		18 977	356	857	17 618	2
20 Madeira , cortiça e suas obras		2 207	354	408	283	104
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão		12 450	1 120	1 370	1 834	1 574	6 552	0
23 Petrolíferas		8 622	0	2	0	0	0	8 620
24 Químicas		17 743	1 737	2 526	4 461	8 778	240	0
25 Borracha e matérias plásticas		5 987	1 291	931	1 509	...	48	...
26 Minerais não metálicos		17 338	1 317	723	2 316	...	8 303	...
27-28 Metalúrgicas de base		13 805	618	2 088	2 926	200
29 Máquinas e equipamentos, n.e.		3 730	372	974	853	737
30-33 Equip. eléctrico e de óptica		5 983	161	214	1 362	1 484	1 188	1 574
34-35 Material de transporte		11 038	249	621	4 611	3 120	755	1 681
36 Indústrias transformadoras, n.e.		1 574	550	436	250
40-41 Electricidade, gás e água		35 986	24 033	101	2 201	111	2 295	7 244

Quadro 35

Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

2007 Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Vendas de resíduos e/ou materiais reciclados	Prestação de serviços	Outros proveitos e ganhos
Actividades económicas (CAE - Rev.2.1)				
Total	138 694	118 379	8 374	11 940
10-14 Extractivas	737	624	112	0
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco	7 258	4 617	2 534	107
17-18 Têxteis	8 358	1 783	27	6 548
19 Couro e produtos do couro	118	107	10	2
20 Madeira, cortiça e suas obras	2 198	2 194	2	3
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão	9 853	9 728	23	103
23 Petrolíferas	312	125	0	188
24 Químicas	6 022	1 292	394	4 336
25 Borracha e matérias plásticas	8 718	8 118	224	375
26 Minerais não metálicos	5 706	2 681	2 959	66
27-28 Metalúrgicas de base	40 670	40 595	23	52
29 Máquinas e equipamentos, n.e.	8 067	7 941	50	77
30-33 Equip. eléctrico e de óptica	14 947	14 246	622	79
34-35 Material de transporte	15 845	15 845	0	1
36 Indústrias transformadoras, n.e.	990	990	0	0
40-41 Electricidade, gás e água	8 893	7 493	1 396	4

Quadro 36

Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2007 Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Actividades económicas (CAE - Rev. 2.1)					
Total	138 694	128	507	137 257	801
10-14 Extractivas	737	0	0	737	0
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco	7 258	0	0	7 208	49
17-18 Têxteis	8 358	0	104	8 254	0
19 Couro e produtos do couro	118	0	0	118	0
20 Madeira, cortiça e suas obras	2 198	0	2	2 196	0
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão	9 853	0	0	9 834	19
23 Petrolíferas	312	0	188	125	0
24 Químicas	6 022	0	214	5 809	0
25 Borracha e matérias plásticas	8 718	0	0	8 713	5
26 Minerais não metálicos	5 706	45	0	5 661	0
27-28 Metalúrgicas de base	40 670	0	0	40 648	22
29 Máquinas e equipamentos, n.e.	8 067	1	0	8 066	0
30-33 Equip. eléctrico e de óptica	14 947	0	0	14 947	0
34-35 Material de transporte	15 845	0	0	15 845	0
36 Indústrias transformadoras, n.e.	990	0	0	990	0
40-41 Electricidade, gás e água	8 893	82	0	8 105	706

Quadro 37

Proveitos e ganhos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2007 Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal	138 694	25 441	14 692	27 592	45 515	10 560	14 894
Norte	60 928	19 832	4 893	2 890	771
Centro	29 707	2 011	6 429	2 755	3 898
Lisboa	38 728	1 288	1 192	5 428	16 852	4 165	9 802
Alentejo	6 427	1 135	526	1 627	1 970
Algarve	1 129	1 125	4	0	0
Açores	1 757	48	1 646	56	4	4	0
Madeira	19	3	2	0	0

Quadro 38

Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2007

Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Actividades económicas (CAE - Rev.2.1)							
Total	138 694	25 441	14 692	27 592	45 515	10 560	14 894
10-14 Extractivas	737	210	206	32	0
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco	7 258	1 583	515	2 448	1 734	922	56
17-18 Têxteis	8 358	6 408	222	716	399
19 Couro e produtos do couro	118	14	12	79	0
20 Madeira , cortiça e suas obras	2 198	1 293	119	452	16
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão	9 853	1 282	2 932	3 018	2 042	578	0
23 Petrolíferas	312	0	0	0	0	0	312
24 Químicas	6 022	4 516	174	195	1 122	15	0
25 Borracha e matérias plásticas	8 718	5 910	605	1 972	...	0	...
26 Minerais não metálicos	5 706	12	162	248	...	1 346	...
27-28 Metalúrgicas de base	40 670	2 436	7 057	6 375	0
29 Máquinas e equipamentos, n.e.	8 067	407	1 142	1 883	926
30-33 Equip. eléctrico e de óptica	14 947	464	608	5 093	3 035	3 420	2 327
34-35 Material de transporte	15 845	88	680	4 070	8 763	478	1 766
36 Indústrias transformadoras, n.e.	990	28	246	386
40-41 Electricidade, gás e água	8 893	790	12	623	3	19	7 445

Quadro 39

Investimentos das empresas em gestão e protecção do ambienteUnidade: 10³ EUR

Actividades económicas (CAE - Rev.2.1)	Anos	2005	2006	2007
Total		249 919	348 186	286 469
10-14 Extractivas		3 926	1 465	3 392
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco		13 180	11 124	11 539
17-18 Têxteis		1 609	1 035	839
19 Couro e produtos do couro		324	103	170
20 Madeira , cortiça e suas obras		2 365	5 566	2 608
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão		38 868	23 948	18 514
23 Petrolíferas		85 360	114 415	25 324
24 Químicas		10 509	10 389	11 392
25 Borracha e matérias plásticas		1 888	3 415	2 795
26 Minerais não metálicos		44 653	24 508	21 574
27-28 Metalúrgicas de base		7 739	4 257	11 392
29 Máquinas e equipamentos, n.e.		938	1 498	1 686
30-33 Equip. eléctrico e de óptica		969	1 112	1 006
34-35 Material de transporte		4 872	3 308	3 206
36 Indústrias transformadoras, n.e.		1 158	532	683
40-41 Electricidade, gás e água		31 560	141 511	170 348

Quadro 40

Custos e perdas das empresas em gestão e protecção do ambienteUnidade: 10³ EUR

Actividades económicas (CAE - Rev.2.1)	Anos	2005	2006	2007
Total		137 769	176 601	206 523
10-14 Extractivas		2 916	5 311	4 037
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco		25 063	34 278	35 436
17-18 Têxteis		11 295	11 848	11 609
19 Couro e produtos do couro		2 335	2 927	18 977
20 Madeira , cortiça e suas obras		3 126	1 971	2 207
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão		11 422	13 386	12 450
23 Petrolíferas		8 603	24 669	8 622
24 Químicas		10 630	13 454	17 743
25 Borracha e matérias plásticas		4 335	4 826	5 987
26 Minerais não metálicos		11 739	17 450	17 338
27-28 Metalúrgicas de base		12 915	14 625	13 805
29 Máquinas e equipamentos, n.e.		3 149	4 058	3 730
30-33 Equip. eléctrico e de óptica		4 537	5 910	5 983
34-35 Material de transporte		8 851	8 112	11 038
36 Indústrias transformadoras, n.e.		1 168	1 997	1 574
40-41 Electricidade, gás e água		15 685	11 777	35 986

Quadro 41

Proveitos e ganhos das empresas em gestão e protecção do ambiente

Actividades económicas (CAE - Rev.2.1)	Unidade: 10 ³ EUR			
	Anos	2005	2006	2007
Total		87 336	131 483	138 694
10-14 Extractivas		456	488	737
15-16 Alimentação, bebidas e tabaco		9 744	9 734	7 258
17-18 Têxteis		1 150	1 804	8 358
19 Couro e produtos do couro		46	85	118
20 Madeira, cortiça e suas obras		1 924	853	2 198
21-22 Pasta, papel e cartão; edição e impressão		4 904	5 803	9 853
23 Petrolíferas		321	252	312
24 Químicas		1 233	1 464	6 022
25 Borracha e matérias plásticas		3 146	1 776	8 718
26 Minerais não metálicos		4 756	4 939	5 706
27-28 Metalúrgicas de base		22 685	37 425	40 670
29 Máquinas e equipamentos, n.e.		4 965	10 832	8 067
30-33 Equip. eléctrico e de óptica		9 448	30 769	14 947
34-35 Material de transporte		15 305	17 650	15 845
36 Indústrias transformadoras, n.e.		472	704	990
40-41 Electricidade, gás e água		6 780	6 906	8 893

Quadro 42

Rubricas contabilísticas das empresas em gestão e protecção do ambiente, por NUTS II

Rubricas contabilísticas NUTS II	Unidade: 10 ³ EUR								
	Investimentos			Custos e perdas			Proveitos e ganhos		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Portugal	249 919	348 186	286 469	137 769	176 601	206 523	87 336	131 483	138 694
Norte	15 788	21 870	24 508	38 821	44 560	48 428	27 453	42 244	60 928
Centro	39 701	84 747	118 476	24 835	28 445	57 713	19 478	24 553	29 707
Lisboa	179 903	221 784	130 202	61 458	88 584	71 041	32 773	59 064	38 728
Alentejo	11 158	7 143	8 818	9 912	12 039	24 717	6 589	4 294	6 427
Algarve	441	3 465	1 262	869	606	630	20	69	1 129
Açores	2 242	3 469	2 649	1 185	1 556	1 641	991	1 207	1 757
Madeira	686	5 708	553	690	810	2 352	32	49	19

Quadro 43

Rubricas contabilísticas das empresas por domínios do ambiente

Domínios de ambiente Rubricas contabilísticas	Unidade: 10 ³ EUR				
	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Investimentos					
2005	249 919	166 049	27 337	18 331	38 202
2006	348 186	271 499	29 493	16 639	30 555
2007	286 469	190 964	33 345	26 550	35 610
Custos e perdas					
2005	137 769	14 967	38 016	58 804	25 981
2006	176 601	18 746	56 982	72 716	28 156
2007	206 523	19 428	50 141	96 810	40 143
Proveitos e ganhos					
2005	87 336	1 459	181	85 263	433
2006	131 483	45	700	130 642	96
2007	138 694	128	507	137 257	801

Quadro 44

Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros por agregados económicos, segundo as NUTS II								
Agregados económicos	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
	Unidade: 10 ³ EUR							
Total das Receitas	262 926	67 448	68 319	57 808	38 760	16 421	9 031	5 139
Receitas correntes	248 229	63 636	64 767	55 199	35 559	15 996	7 949	5 124
Contribuições directas dos associados	12 206	3 444	3 296	3 395	1 540	275	253	3
Venda de bens e serviços	102 636	25 765	22 941	23 873	17 420	8 273	2 637	1 727
Transferências correntes	115 942	29 477	33 682	23 650	14 666	6 755	4 546	3 166
Outras receitas correntes	17 445	4 950	4 848	4 280	1 933	692	513	229
Receitas de capital	14 697	3 812	3 553	2 610	3 201	425	1 082	15
Transferências de capital	9 285	2 697	2 604	1 812	681	425	1 058	8
Outras receitas de capital	5 412	1 115	949	798	2 520	0	24	7
Total das Despesas	321 716	77 103	70 020	88 045	40 555	22 511	8 738	14 745
Despesas correntes	292 833	70 043	63 257	82 818	35 436	20 135	7 245	13 899
Despesas com o pessoal	193 220	44 796	38 662	61 684	21 318	10 160	4 971	11 630
Aquisição de bens e serviços	88 215	22 106	22 023	19 330	12 457	8 601	2 192	1 506
Transferências correntes	2 713	247	719	28	600	1 119	0	0
Outras despesas correntes	8 685	2 894	1 853	1 777	1 061	255	81	763
Despesas de capital	28 883	7 059	6 763	5 227	5 119	2 375	1 493	846
Investimentos	25 721	5 949	6 145	4 419	4 796	2 322	1 406	684
Transferências de capital	785	359	9	350	67	0	0	0
Outras despesas de capital	2 377	752	610	458	256	53	87	162

Quadro 45

Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos			
Agregados económicos	Anos		
	2005	2006	2007
	Unidade: 10 ³ EUR		
Total das Receitas	249 115	260 884	262 926
Receitas correntes	228 934	241 683	248 229
Contribuições directas dos associados	10 921	11 797	12 206
Venda de bens e serviços	92 060	95 949	102 636
Transferências correntes	105 215	115 336	115 942
Outras receitas correntes	20 738	18 601	17 445
Receitas de capital	20 182	19 201	14 697
Transferências de capital	14 079	13 937	9 285
Outras receitas de capital	6 103	5 264	5 412
Total das Despesas	321 707	320 676	321 716
Despesas correntes	272 206	280 534	292 833
Despesas com o pessoal	175 105	180 945	193 220
Aquisição de bens e serviços	84 112	88 097	88 215
Transferências correntes	1 720	2 455	2 713
Outras despesas correntes	11 268	9 037	8 685
Despesas de capital	49 501	40 142	28 883
Investimentos	45 366	35 575	25 721
Transferências de capital	706	799	785
Outras despesas de capital	3 428	3 768	2 377

Quadro 46

Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Anos		
	2005	2006	2007
Total das Receitas	249 115	260 884	262 926
Norte	68 734	70 378	67 448
Centro	64 687	69 058	68 319
Lisboa	52 775	56 755	57 808
Alentejo	34 486	36 433	38 760
Algarve	16 549	15 641	16 421
Açores	7 645	8 383	9 031
Madeira	4 239	4 236	5 139
Total das Despesas	321 707	320 676	321 716
Norte	82 065	79 319	77 103
Centro	78 230	75 089	70 020
Lisboa	82 665	87 992	88 045
Alentejo	36 852	35 735	40 555
Algarve	20 508	21 485	22 511
Açores	6 884	6 885	8 738
Madeira	14 503	14 171	14 745

Quadro 47

Investimentos, custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões

2007

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Investimentos	Custos e perdas	Proveitos e ganhos
Regiões			
Portugal	1 018	22 002	23 131
Norte	68	3 904	3 980
Centro	146	2 310	2 473
Lisboa	801	11 908	12 536
Alentejo	0	2 928	3 173
Algarve	3	336	357
Açores e Madeira	0	616	612

Quadro 48

Custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente por rubricas contabilísticas, segundo as regiões

2007

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Regiões						
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira
Custos e perdas	22 002	3 904	2 310	11 908	2 928	336	616
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	1 297	31	20	1 245	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	12 591	2 738	1 442	6 186	1 627	128	469
Impostos	43	1	3	37	1	1	0
Custos com o pessoal	5 386	837	713	2 668	914	110	143
Outros custos e perdas	1 219	205	100	772	121	19	2
Outros custos e perdas financeiras	336	8	20	293	11	2	1
Custos e perdas extraordinários	1 132	84	12	706	255	75	1
Proveitos e ganhos	23 131	3 980	2 473	12 536	3 173	357	612
Vendas	2 253	49	39	1 934	24	0	207
Prestações de serviços	5 099	495	695	3 518	374	0	18
Proveitos suplementares	791	34	53	683	6	8	7
Subsídios à exploração	12 060	3 050	1 469	5 136	1 879	153	373
Trabalhos para a própria empresa	39	0	0	39	0	0	0
Outros proveitos e ganhos operacionais	717	98	27	538	42	12	0
Proveitos e ganhos financeiros	62	5	5	42	8	0	2
Proveitos e ganhos extraordinários	2 109	250	185	646	840	184	4

ENTIDADES GESTORAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS

Quadro 49

Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II (Rv)

2006 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	388 027	628 064	684 022
Norte	147 980	142 082	165 689
Centro	69 221	125 655	134 597
Lisboa	86 203	222 987	261 893
Alentejo	43 553	34 992	38 218
Algarve	29 512	49 858	43 992
Açores	2 824	33 887	17 705
Madeira	8 734	18 602	21 949

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 50

Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2006 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	628 064	279 988	348 075
Norte	142 082	53 780	88 302
Centro	125 655	41 489	84 166
Lisboa	222 987	122 558	100 429
Alentejo	34 992	10 635	24 357
Algarve	49 858	17 127	32 731
Açores	33 887	28 078	5 809
Madeira	18 602	6 321	12 281

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 51

Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2006 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	684 022	638 944	45 078
Norte	165 669	154 855	10 814
Centro	134 597	128 004	6 593
Lisboa	261 892	242 092	19 800
Alentejo	38 218	35 731	2 486
Algarve	43 992	41 123	2 869
Açores	17 705	17 279	426
Madeira	21 949	19 859	2 090

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 52

Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II (Rv)

2006 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	284 519	348 986	263 889
Norte	109 367	90 479	57 480
Centro	93 454	97 367	42 359
Lisboa	9 522	99 232	135 486
Alentejo	22 897	18 666	7 344
Algarve	43 014	27 748	15 588
Açores	2 180	5 538	1 638
Madeira	4 085	9 958	3 993

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 53

Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2006

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	348 986	148 173	200 813
Norte	90 479	33 239	57 240
Centro	97 367	36 058	61 309
Lisboa	99 232	52 680	46 552
Alentejo	18 666	5 751	12 915
Algarve	27 748	10 732	17 016
Açores	5 538	3 392	2 145
Madeira	9 958	6 321	3 637

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 54

Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2006

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	263 889	206 820	57 070
Norte	57 480	44 874	12 606
Centro	42 359	35 964	6 396
Lisboa	135 486	100 397	35 089
Alentejo	7 344	6 446	898
Algarve	15 588	14 073	1 516
Açores	1 638	1 448	190
Madeira	3 993	3 619	374

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 55

Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II (Po)

2007

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	379 436	676 409	704 970
Norte	167 428	160 869	175 078
Centro	59 968	128 282	137 625
Lisboa	51 851	233 630	262 848
Alentejo	22 018	47 295	40 994
Algarve	66 280	45 326	46 605
Açores	4 245	30 367	19 893
Madeira	7 646	30 641	21 928

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 56

Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2007

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	676 409	315 755	360 654
Norte	160 869	69 198	91 672
Centro	128 282	41 451	86 830
Lisboa	233 630	128 541	105 089
Alentejo	47 295	19 471	27 824
Algarve	45 326	16 621	28 705
Açores	30 367	24 420	5 947
Madeira	30 641	16 053	14 588

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 57

Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2007 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	704 970	660 303	44 666
Norte	175 078	162 725	12 353
Centro	137 625	126 055	11 570
Lisboa	262 848	251 832	11 015
Alentejo	40 994	38 202	2 792
Algarve	46 605	41 876	4 728
Açores	19 893	19 345	548
Madeira	21 928	20 268	1 660

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 58

Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II (Po)

2007 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	454 417	392 021	307 507
Norte	191 089	109 045	76 396
Centro	112 764	102 645	51 828
Lisboa	92 683	103 614	140 781
Alentejo	8 936	28 149	9 415
Algarve	36 606	31 747	22 739
Açores	2 319	3 908	1 861
Madeira	10 019	12 913	4 486

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 59

Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2007 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	392 021	169 088	222 933
Norte	109 045	40 431	68 613
Centro	102 645	37 904	64 741
Lisboa	103 614	56 456	47 158
Alentejo	28 149	12 282	15 867
Algarve	31 747	10 081	21 666
Açores	3 908	2 101	1 806
Madeira	12 913	9 832	3 081

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 60

Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2007 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	307 507	234 404	73 103
Norte	76 396	58 621	17 774
Centro	51 828	42 059	9 769
Lisboa	140 781	103 024	37 757
Alentejo	9 415	8 024	1 391
Algarve	22 739	16 759	5 980
Açores	1 861	1 659	202
Madeira	4 486	4 256	230

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

SISTEMAS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Quadro 61

Água captada segundo o tipo de origem			
NUTS III	Água captada segundo a origem		
	Total	Superficial	Subterrânea
Portugal	910 900	552 005	358 895
1 Continente	825 118	550 549	274 569
11 Norte	203 239	177 495	25 744
111 Minho-Lima	14 179	9 142	5 036
112 Cávado	24 577	24 092	485
113 Ave	25 214	23 545	1 669
114 Grande Porto	83 399	82 974	425
115 Tâmega	17 389	13 407	3 982
116 Entre Douro e Vouga	14 122	12 244	1 878
117 Douro	11 898	6 298	5 599
118 Alto Trás-os-Montes	12 461	5 791	6 669
16 Centro	185 157	94 738	90 419
161 Baixo Vouga	19 850	6 610	13 240
162 Baixo Mondego	32 912	24 633	8 279
163 Pinhal Litoral	15 830	5 198	10 633
164 Pinhal Interior Norte	10 211	7 850	2 360
165 Dão-Lafões	16 762	10 411	6 351
166 Pinhal Interior Sul	15 413	1 345	14 068
167 Serra da Estrela	4 395	1 302	3 093
168 Beira Interior Norte	3 562	1 181	2 381
169 Beira Interior Sul	7 367	6 997	371
16A Cova da Beira	6 340	3 341	2 999
16B Oeste	31 984	16 141	15 842
16C Médio Tejo	20 530	9 729	10 801
17 Lisboa	288 080	187 403	100 677
171 Grande Lisboa	220 481	187 403	33 078
172 Península de Setúbal	67 599	0	67 599
18 Alentejo	75 006	25 073	49 934
181 Alentejo Litoral	14 217	4 013	10 204
182 Alto Alentejo	10 150	3 182	6 968
183 Alentejo Central	12 834	5 658	7 176
184 Baixo Alentejo	12 861	9 383	3 478
185 Lezíria do Tejo	24 944	2 837	22 107
15 Algarve	73 636	65 840	7 795
2 Região Autónoma dos Açores	31 255	912	30 343
3 Região Autónoma da Madeira	54 527	543	53 983

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 62

Água tratada segundo o tipo de instalação

2006

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água tratada segundo o tipo de equipamento		
	Total	ETA	PC
Portugal	809 056	573 624	235 432
1 Continente	746 387	522 345	224 043
11 Norte	207 200	127 472	79 728
111 Minho-Lima	12 293	6 856	5 437
112 Cávado	21 664	21 643	21
113 Ave	23 535	21 175	2 360
114 Grande Porto	102 630	39 359	63 271
115 Tâmega	18 863	13 234	5 629
116 Entre Douro e Vouga	13 104	12 853	250
117 Douro	6 958	4 596	2 362
118 Alto Trás-os-Montes	8 152	7 756	397
16 Centro	132 147	104 795	27 352
161 Baixo Vouga	18 191	13 308	4 883
162 Baixo Mondego	23 307	22 079	1 229
163 Pinhal Litoral	10 203	4 552	5 651
164 Pinhal Interior Norte	7 130	6 256	873
165 Dão-Lafões	15 241	14 739	503
166 Pinhal Interior Sul	1 874	1 652	222
167 Serra da Estrela	1 154	1 154	0
168 Beira Interior Norte	2 680	1 226	1 454
169 Beira Interior Sul	1 592	1 515	77
16A Cova da Beira	5 638	5 638	0
16B Oeste	24 676	20 445	4 232
16C Médio Tejo	20 461	12 231	8 230
17 Lisboa	280 557	197 266	83 291
171 Grande Lisboa	220 455	193 001	27 454
172 Península de Setúbal	60 102	4 265	55 837
18 Alentejo	56 297	30 808	25 489
181 Alentejo Litoral	5 882	1 269	4 613
182 Alto Alentejo	7 787	5 879	1 907
183 Alentejo Central	13 104	7 505	5 599
184 Baixo Alentejo	12 628	10 016	2 612
185 Lezíria do Tejo	16 896	6 139	10 757
15 Algarve	70 187	62 004	8 183
2 Região Autónoma dos Açores	16 314	6 102	10 213
3 Região Autónoma da Madeira	46 355	45 178	1 176

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 63

Água distribuída segundo o sector/actividade

2006

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Agrícola e Pecuária	Outros
Portugal	576 895	499 786	7 812	26 084	1 234	41 978
1 Continente	521 014	456 386	5 650	20 603	15	38 360
11 Norte	146 975	130 102	261	3 156	1	13 456
111 Minho-Lima	10 120	9 714	0	204	0	201
112 Cávado	17 706	17 154	136	289	0	127
113 Ave	12 355	11 854	0	0	0	502
114 Grande Porto	68 490	54 072	0	2 437	0	11 981
115 Tâmega	12 708	12 687	21	0	0	0
116 Entre Douro e Vouga	6 490	5 600	102	167	0	621
117 Douro	9 676	9 648	2	16	1	9
118 Alto Trás-os-Montes	9 431	9 373	0	44	0	14
16 Centro	116 787	109 883	1 369	1 920	14	3 602
161 Baixo Vouga	16 990	16 716	183	78	0	13
162 Baixo Mondego	21 783	21 783	0	0	0	0
163 Pinhal Litoral	16 413	15 755	37	68	3	551
164 Pinhal Interior Norte	5 422	5 297	35	56	0	34
165 Dão-Lafões	7 992	7 992	0	0	0	0
166 Pinhal Interior Sul	2 265	2 265	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	1 548	1 548	0	0	0	0
168 Beira Interior Norte	4 674	4 466	151	39	4	14
169 Beira Interior Sul	5 038	3 192	697	0	0	1 149
16A Cova da Beira	3 689	3 452	14	201	7	14
16B Oeste	16 157	14 551	69	831	0	707
16C Médio Tejo	14 815	12 866	182	646	0	1 121
17 Lisboa	176 206	138 426	3 796	13 703	0	20 280
171 Grande Lisboa	129 804	92 822	3 266	13 528	0	20 188
172 Península de Setúbal	46 402	45 604	530	175	0	92
18 Alentejo	42 215	40 522	74	649	0	971
181 Alentejo Litoral	5 438	5 401	0	0	0	37
182 Alto Alentejo	6 271	6 271	0	0	0	0
183 Alentejo Central	9 181	9 181	0	0	0	0
184 Baixo Alentejo	7 451	6 189	5	325	0	932
185 Lezíria do Tejo	13 875	13 480	69	323	0	2
15 Algarve	38 830	37 454	150	1 175	0	52
2 Região Autónoma dos Açores	34 756	27 926	580	2 977	1 220	2 054
3 Região Autónoma da Madeira	21 125	15 474	1 582	2 504	0	1 565

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 64

Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade

2006

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Pecuária	Outros
Portugal	389 815	368 517	5 073	2 235	35	13 954
1 Continente	371 896	354 252	5 019	1 344	13	11 268
11 Norte	110 524	101 361	327	213	0	8 623
111 Minho-Lima	4 761	4 761	0	0	0	0
112 Cávado	10 688	10 461	227	0	0	0
113 Ave	10 573	10 573	0	0	0	0
114 Grande Porto	59 477	50 870	0	0	0	8 607
115 Tâmega	7 595	7 473	13	108	0	0
116 Entre Douro e Vouga	4 358	4 197	87	74	0	1
117 Douro	6 239	6 222	0	11	0	7
118 Alto Trás-os-Montes	6 833	6 804	0	20	0	9
16 Centro	88 502	85 868	2 060	533	13	29
161 Baixo Vouga	17 333	15 883	1 450	0	0	0
162 Baixo Mondego	15 880	15 880	0	0	0	0
163 Pinhal Litoral	7 189	7 189	0	0	0	0
164 Pinhal Interior Norte	3 846	3 768	24	54	0	0
165 Dão-Lafões	6 055	6 055	0	0	0	0
166 Pinhal Interior Sul	942	922	0	20	0	0
167 Serra da Estrela	1 440	1 440	0	0	0	0
168 Beira Interior Norte	5 089	5 034	10	31	3	11
169 Beira Interior Sul	3 138	2 415	558	165	0	0
16A Cova da Beira	4 761	4 452	18	263	10	18
16B Oeste	11 273	11 273	0	0	0	0
16C Médio Tejo	11 558	11 558	0	0	0	0
17 Lisboa	114 612	109 514	2 600	0	0	2 498
171 Grande Lisboa	84 470	79 372	2 600	0	0	2 498
172 Península de Setúbal	30 142	30 142	0	0	0	0
18 Alentejo	29 993	29 282	0	593	0	118
181 Alentejo Litoral	4 293	4 293	0	0	0	0
182 Alto Alentejo	5 999	5 999	0	0	0	0
183 Alentejo Central	7 153	7 153	0	0	0	0
184 Baixo Alentejo	4 460	4 091	0	254	0	115
185 Lezíria do Tejo	8 088	7 747	0	339	0	2
15 Algarve	28 264	28 227	32	6	0	0
2 Região Autónoma dos Açores	4 445	4 341	5	65	22	12
3 Região Autónoma da Madeira	13 474	9 924	50	826	0	2 674

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 65

Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado

2006

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais tratadas por tipo de tratamento						Águas residuais não tratadas
	Total tratado	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado	
Portugal	492 492	71 385	32 373	189 013	93 188	106 532	31 873
1 Continente	476 288	59 143	32 161	186 722	93 082	105 180	26 026
11 Norte	134 878	0	0	56 420	50 842	27 616	3 309
111 Minho-Lima	5 993	0	0	5 731	0	262	342
112 Cávado	11 231	0	0	4 544	4 728	1 960	57
113 Ave	19 717	0	0	3 200	15 970	547	49
114 Grande Porto	58 949	0	0	17 581	28 757	12 611	2 083
115 Tâmega	8 827	0	0	4 215	956	3 656	65
116 Entre Douro e Vouga	12 142	0	0	11 408	0	734	450
117 Douro	9 193	0	0	5 701	431	3 061	76
118 Alto Trás-os-Montes	8 825	0	0	4 041	0	4 785	187
16 Centro	89 465	0	85	58 235	4 344	26 802	4 826
161 Baixo Vouga	22 223	0	0	20 836	0	1 387	39
162 Baixo Mondego	6 084	0	4	1 907	92	4 081	0
163 Pinhal Litoral	10 344	0	38	8 174	172	1 961	0
164 Pinhal Interior Norte	3 708	0	0	1 850	388	1 470	21
165 Dão-Lafões	5 857	0	13	818	27	5 000	48
166 Pinhal Interior Sul	1 263	0	0	779	0	484	0
167 Serra da Estrela	879	0	0	0	0	879	24
168 Beira Interior Norte	4 237	0	0	544	0	3 693	14
169 Beira Interior Sul	6 623	0	0	5 387	0	1 235	4
16A Cova da Beira	1 335	0	0	0	0	1 335	3 474
16B Oeste	12 707	0	0	10 267	245	2 196	1 107
16C Médio Tejo	14 204	0	31	7 673	3 420	3 080	95
17 Lisboa	185 382	59 143	31 803	28 996	32 092	33 349	14 464
171 Grande Lisboa	157 378	59 143	31 803	5 180	28 062	33 190	3 461
172 Península de Setúbal	28 004	0	0	23 816	4 030	159	11 003
18 Alentejo	29 797	0	274	15 720	3 598	10 205	2 659
181 Alentejo Litoral	4 451	0	208	1 696	0	2 548	302
182 Alto Alentejo	7 588	0	0	5 248	0	2 339	162
183 Alentejo Central	5 988	0	11	1 736	2 994	1 247	1 013
184 Baixo Alentejo	4 505	0	55	3 145	604	701	523
185 Lezíria do Tejo	7 265	0	0	3 895	0	3 370	659
15 Algarve	36 766	0	0	27 351	2 207	7 208	768
2 Região Autónoma dos Açores	4 194	693	212	2 220	106	963	1 280
3 Região Autónoma da Madeira	12 010	11 549	0	71	0	389	4 567

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P

Quadro 66

Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor

2006

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Total	Águas costeiras e de transição	Lagos, lagoas e albufeiras	Rios, canais artificiais e outras linhas de água	Solo	Não especificado
Portugal	503 016	216 917	134	241 712	6 491	37 761
1 Continente	481 916	196 922	134	241 293	5 835	37 732
11 Norte	135 118	38 589	0	88 088	2 363	6 078
111 Minho-Lima	6 340	1 764	0	4 144	64	369
112 Cávado	11 296	0	0	11 006	219	71
113 Ave	19 650	0	0	18 904	296	451
114 Grande Porto	59 482	36 814	0	22 338	0	329
115 Tâmega	8 950	0	0	7 280	238	1 432
116 Entre Douro e Vouga	12 594	0	0	12 594	0	0
117 Douro	9 149	0	0	7 616	496	1 037
118 Alto Trás-os-Montes	7 657	11	0	4 207	1 050	2 390
16 Centro	89 681	16 728	134	64 031	3 366	5 422
161 Baixo Vouga	16 658	14 123	0	1 501	0	1 034
162 Baixo Mondego	6 374	1 978	106	3 888	53	348
163 Pinhal Litoral	10 203	0	0	9 900	146	157
164 Pinhal Interior Norte	3 695	0	9	2 977	545	163
165 Dão-Lafões	5 680	0	0	2 865	411	2 403
166 Pinhal Interior Sul	1 292	0	0	1 114	5	173
167 Serra da Estrela	1 018	0	0	708	101	209
168 Beira Interior Norte	4 675	0	0	2 903	1 740	32
169 Beira Interior Sul	7 533	0	0	7 000	243	290
16A Cova da Beira	4 829	0	0	4 758	66	5
16B Oeste	13 435	627	19	12 756	33	0
16C Médio Tejo	14 289	0	0	13 660	23	606
17 Lisboa	184 932	125 344	0	34 181	0	25 406
171 Grande Lisboa	145 948	119 182	0	26 766	0	0
172 Península de Setúbal	38 983	6 162	0	7 415	0	25 406
18 Alentejo	33 363	1 614	0	31 077	37	635
181 Alentejo Litoral	4 835	1 614	0	3 188	15	19
182 Alto Alentejo	7 783	0	0	7 456	10	317
183 Alentejo Central	7 015	0	0	6 989	3	23
184 Baixo Alentejo	5 067	0	0	5 062	3	2
185 Lezíria do Tejo	8 662	0	0	8 382	6	274
15 Algarve	38 823	14 647	0	23 916	68	191
2 Região Autónoma dos Açores	5 398	4 346	0	396	656	0
3 Região Autónoma da Madeira	15 701	15 650	0	22	0	29

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P

Quadro 67

Índices de atendimento			
Proporção de população servida por:			
2006			Unidade: %
NUTS III	Sistema público de abastecimento de água (a)	Sistema público de drenagem de águas residuais (b)	Sistema público de tratamento de águas residuais (c)
Portugal	90,6	75,9	69,7
1 Continente	90,3	77,0	70,7
11 Norte	82,5	66,4	64,0
111 Minho-Lima	84,5	46,2	45,3
112 Cávado	85,3	65,8	65,1
113 Ave	60,7	61,9	75,0
114 Grande Porto	94,1	85,5	79,0
115 Tâmega	70,2	39,6	35,0
116 Entre Douro e Vouga	68,0	35,0	25,3
117 Douro	96,7	82,0	80,1
118 Alto Trás-os-Montes	95,9	83,8	78,1
16 Centro	94,1	70,8	65,1
161 Baixo Vouga	95,8	68,6	65,4
162 Baixo Mondego	97,9	78,0	74,0
163 Pinhal Litoral	94,0	48,6	44,6
164 Pinhal Interior Norte	91,2	55,3	55,1
165 Dão-Lafões	85,2	65,4	62,0
166 Pinhal Interior Sul	95,8	69,9	68,4
167 Serra da Estrela	92,1	63,2	62,2
168 Beira Interior Norte	96,0	83,0	83,4
169 Beira Interior Sul	100,0	93,5	100,0
16A Cova da Beira	88,3	88,1	33,4
16B Oeste	94,0	85,4	75,2
16C Médio Tejo	98,3	64,8	61,8
17 Lisboa	96,7	95,3	83,3
171 Grande Lisboa	97,6	95,9	89,2
172 Península de Setúbal	94,3	93,5	66,3
18 Alentejo	92,0	81,6	73,2
181 Alentejo Litoral	90,5	79,4	72,4
182 Alto Alentejo	96,6	94,4	92,1
183 Alentejo Central	91,8	86,5	70,4
184 Baixo Alentejo	98,1	92,9	85,4
185 Lezíria do Tejo	87,2	67,2	60,2
15 Algarve	92,0	81,4	76,7
2 Região Autónoma dos Açores	99,7	39,1	24,8
3 Região Autónoma da Madeira	95,3	68,9	72,4

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P

(a) Não inclui o município de Paredes de Coura.

(b) Não inclui os municípios do Barreiro, Calheta (Madeira), Paredes de Coura, Santana, São Vicente e Sesimbra.

(c) Não inclui os municípios do Barreiro, Calheta (Madeira), Machico, Paredes de Coura, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Santana e São Vicente.

Quadro 68

Água captada segundo o tipo de origem (Po)

2007

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água captada segundo a origem		
	Total	Superficial	Subterrânea
Portugal	974 823	572 197	402 626
1 Continente	847 969	541 939	306 030
11 Norte	200 599	165 894	34 705
111 Minho-Lima	17 935	5 533	12 402
112 Cávado	48 915	48 345	569
113 Ave	13 964	12 459	1 505
114 Grande Porto	70 970	70 545	425
115 Tâmega	19 215	13 438	5 777
116 Entre Douro e Vouga	1 927	458	1 469
117 Douro	12 970	7 919	5 050
118 Alto Trás-os-Montes	14 704	7 197	7 507
16 Centro	346 992	231 490	115 502
161 Baixo Vouga	24 553	8 820	15 733
162 Baixo Mondego	33 558	19 146	14 411
163 Pinhal Litoral	20 877	2 841	18 037
164 Pinhal Interior Norte	10 791	6 769	4 022
165 Dão-Lafões	15 420	9 688	5 732
166 Pinhal Interior Sul	3 063	1 487	1 575
167 Serra da Estrela	4 396	1 264	3 132
168 Beira Interior Norte	3 512	1 160	2 351
169 Beira Interior Sul	7 661	7 469	192
16A Cova da Beira	6 139	3 443	2 696
16B Oeste	33 612	2 360	31 252
16C Médio Tejo	183 412	167 042	16 370
17 Lisboa	89 454	378	89 076
171 Grande Lisboa	11 829	378	11 451
172 Península de Setúbal	77 626	0	77 626
18 Alentejo	127 512	75 889	51 623
181 Alentejo Litoral	13 618	3 945	9 673
182 Alto Alentejo	9 115	3 277	5 838
183 Alentejo Central	13 983	5 665	8 318
184 Baixo Alentejo	15 667	10 621	5 046
185 Lezíria do Tejo	75 129	52 381	22 748
15 Algarve	83 412	68 288	15 124
2 Região Autónoma dos Açores	40 762	953	39 809
3 Região Autónoma da Madeira	86 092	29 305	56 787

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 69

Água tratada segundo o tipo de instalação (Po)

2007

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água tratada segundo o tipo de equipamento		
	Total	ETA	PC
Portugal	884 843	597 520	287 323
1 Continente	822 322	557 371	264 951
11 Norte	240 042	149 671	90 371
111 Minho-Lima	11 106	2 769	8 337
112 Cávado	46 724	46 237	487
113 Ave	13 356	10 275	3 081
114 Grande Porto	130 120	58 687	71 433
115 Tâmega	15 956	13 803	2 153
116 Entre Douro e Vouga	2 255	1 594	662
117 Douro	10 834	7 118	3 716
118 Alto Trás-os-Montes	9 691	9 188	503
16 Centro	332 774	255 621	77 153
161 Baixo Vouga	20 404	10 082	10 322
162 Baixo Mondego	29 765	23 191	6 574
163 Pinhal Litoral	19 606	2 669	16 936
164 Pinhal Interior Norte	9 347	6 985	2 363
165 Dão-Lafões	15 186	13 786	1 400
166 Pinhal Interior Sul	2 285	1 557	728
167 Serra da Estrela	3 161	1 289	1 872
168 Beira Interior Norte	2 870	1 458	1 413
169 Beira Interior Sul	7 527	7 345	182
16A Cova da Beira	6 462	5 388	1 074
16B Oeste	33 764	8 205	25 559
16C Médio Tejo	182 398	173 667	8 731
17 Lisboa	61 570	5 124	56 446
171 Grande Lisboa	12 939	768	12 171
172 Península de Setúbal	48 631	4 356	44 275
18 Alentejo	107 849	76 408	31 440
181 Alentejo Litoral	7 123	1 269	5 854
182 Alto Alentejo	8 584	5 900	2 685
183 Alentejo Central	10 828	6 487	4 341
184 Baixo Alentejo	11 394	8 140	3 254
185 Lezíria do Tejo	69 919	54 613	15 307
15 Algarve	80 087	70 547	9 540
2 Região Autónoma dos Açores	15 725	5 994	9 731
3 Região Autónoma da Madeira	46 797	34 155	12 642

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 70

Água distribuída segundo o sector/actividade (Po)

2007							Unidade: 10 ³ m ³
NUTS III	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Agrícola e Pecuária	Outros	
Portugal	726 198	584 616	7 668	19 040	4 655	110 219	
1 Continente	587 149	525 337	4 963	5 160	30	51 659	
11 Norte	156 288	144 569	169	403	11	11 138	
111 Minho-Lima	10 882	10 844	0	28	0	9	
112 Cávado	31 735	31 236	43	172	0	285	
113 Ave	12 208	11 752	0	0	0	456	
114 Grande Porto	60 581	51 356	0	0	0	9 225	
115 Tâmega	15 157	15 156	0	0	0	0	
116 Entre Douro e Vouga	7 378	6 003	104	135	0	1 137	
117 Douro	9 113	9 088	0	23	0	3	
118 Alto Trás-os-Montes	9 234	9 133	22	46	11	23	
16 Centro	132 455	126 505	514	2 620	19	2 797	
161 Baixo Vouga	21 264	21 039	175	29	0	21	
162 Baixo Mondego	28 783	28 783	0	0	0	0	
163 Pinhal Litoral	17 268	17 136	35	51	7	39	
164 Pinhal Interior Norte	5 509	5 439	23	47	0	0	
165 Dão-Lafões	8 224	8 222	2	0	0	0	
166 Pinhal Interior Sul	2 016	2 016	0	0	0	0	
167 Serra da Estrela	1 566	1 566	0	0	0	0	
168 Beira Interior Norte	5 478	5 262	153	50	4	9	
169 Beira Interior Sul	6 926	5 515	64	995	0	353	
16A Cova da Beira	3 805	3 546	15	222	8	15	
16B Oeste	17 346	15 485	32	613	0	1 216	
16C Médio Tejo	14 270	12 496	15	614	0	1 144	
17 Lisboa	203 982	167 034	3 087	149	0	33 712	
171 Grande Lisboa	153 935	117 136	3 087	0	0	33 712	
172 Península de Setúbal	50 047	49 898	0	149	0	0	
18 Alentejo	43 539	42 202	47	675	0	616	
181 Alentejo Litoral	5 217	5 217	0	0	0	0	
182 Alto Alentejo	6 781	6 662	4	65	0	49	
183 Alentejo Central	10 272	10 272	0	0	0	0	
184 Baixo Alentejo	7 295	6 467	3	261	0	564	
185 Lezíria do Tejo	13 974	13 584	39	349	0	2	
15 Algarve	50 885	45 028	1 146	1 314	0	3 397	
2 Região Autónoma dos Açores	84 154	45 769	1 539	11 949	4 621	20 276	
3 Região Autónoma da Madeira	54 895	13 511	1 166	1 931	4	38 283	

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 71

Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade (Po)

2007

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Pecuária	Outros
Portugal	413 707	385 595	7 829	4 221	4 221	11 840
1 Continente	394 568	370 978	7 294	3 362	3 362	9 572
11 Norte	112 590	110 176	286	212	212	1 703
111 Minho-Lima	5 892	5 892	0	0	0	0
112 Cávado	16 370	16 171	199	0	0	0
113 Ave	10 714	10 714	0	0	0	0
114 Grande Porto	52 926	51 314	0	0	0	1 612
115 Tâmega	8 781	8 599	10	65	65	42
116 Entre Douro e Vouga	4 692	4 361	78	108	108	37
117 Douro	6 276	6 234	0	20	20	2
118 Alto Trás-os-Montes	6 940	6 892	0	20	20	9
16 Centro	105 441	91 394	3 753	2 748	2 748	4 797
161 Baixo Vouga	17 928	16 261	1 666	0	0	0
162 Baixo Mondego	18 532	18 532	0	0	0	0
163 Pinhal Litoral	7 827	7 817	0	5	5	0
164 Pinhal Interior Norte	4 124	4 124	0	0	0	0
165 Dão-Lafões	13 823	4 750	1 589	1 500	1 500	4 484
166 Pinhal Interior Sul	922	922	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	1 440	1 440	0	0	0	0
168 Beira Interior Norte	6 359	6 262	8	40	40	8
169 Beira Interior Sul	5 435	3 319	18	913	913	273
16A Cova da Beira	5 143	4 524	20	290	290	19
16B Oeste	12 686	12 686	0	0	0	0
16C Médio Tejo	11 223	10 758	451	0	0	14
17 Lisboa	111 689	106 366	2 640	0	0	2 683
171 Grande Lisboa	81 547	76 223	2 640	0	0	2 683
172 Península de Setúbal	30 142	30 142	0	0	0	0
18 Alentejo	31 232	30 053	2	394	394	389
181 Alentejo Litoral	3 471	3 471	0	0	0	0
182 Alto Alentejo	6 375	6 373	2	0	0	0
183 Alentejo Central	7 487	7 484	0	2	2	0
184 Baixo Alentejo	5 433	4 705	0	190	190	348
185 Lezíria do Tejo	8 465	8 020	0	202	202	41
15 Algarve	33 617	32 988	614	7	7	0
2 Região Autónoma dos Açores	4 905	4 307	420	89	89	0
3 Região Autónoma da Madeira	14 233	10 310	114	770	770	2 268

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

Quadro 72

Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado (Po)

2007

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais tratadas por tipo de tratamento						Águas residuais não tratadas
	Total tratado	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado	
Portugal	471 914	62 960	53 383	210 171	106 530	38 871	46 977
1 Continente	457 475	52 326	51 914	208 515	105 964	38 756	40 877
11 Norte	144 387	877	4 784	72 490	56 130	10 107	5 924
111 Minho-Lima	6 501	0	93	6 232	0	176	342
112 Cávado	14 665	0	172	3 217	10 363	913	63
113 Ave	28 102	0	331	12 019	15 634	118	49
114 Grande Porto	60 732	0	420	25 297	29 318	5 698	2 894
115 Tâmega	8 709	0	908	7 017	0	785	262
116 Entre Douro e Vouga	8 402	0	12	7 668	0	723	461
117 Douro	9 031	363	1 347	6 307	815	200	111
118 Alto Trás-os-Montes	8 244	514	1 502	4 733	0	1 494	1 742
16 Centro	91 730	0	12 077	48 840	8 329	22 484	12 896
161 Baixo Vouga	16 717	0	66	14 482	0	2 170	9 064
162 Baixo Mondego	8 218	0	234	4 383	3 055	546	312
163 Pinhal Litoral	9 948	0	130	1 305	0	8 513	0
164 Pinhal Interior Norte	3 701	0	873	1 423	129	1 276	90
165 Dão-Lafões	10 021	0	4 094	1 637	81	4 209	47
166 Pinhal Interior Sul	1 110	0	383	455	0	272	0
167 Serra da Estrela	712	0	566	29	0	116	24
168 Beira Interior Norte	6 440	0	3 925	583	0	1 933	91
169 Beira Interior Sul	5 150	0	430	4 549	0	172	0
16A Cova da Beira	1 585	0	160	2	0	1 424	2 440
16B Oeste	16 533	0	964	12 661	1 239	1 669	721
16C Médio Tejo	11 595	0	253	7 332	3 826	185	108
17 Lisboa	161 387	51 444	32 770	44 893	32 227	54	18 785
171 Grande Lisboa	137 988	51 300	32 291	25 871	28 526	0	3 506
172 Península de Setúbal	23 399	144	478	19 022	3 701	54	15 280
18 Alentejo	28 477	6	2 144	14 672	6 878	4 777	2 822
181 Alentejo Litoral	3 844	0	405	2 634	19	786	302
182 Alto Alentejo	7 525	0	502	3 154	2 839	1 030	196
183 Alentejo Central	5 952	0	211	1 674	3 432	635	1 059
184 Baixo Alentejo	4 792	6	409	3 388	587	402	730
185 Lezíria do Tejo	6 363	0	616	3 823	0	1 924	535
15 Algarve	31 495	0	140	27 621	2 401	1 334	450
2 Região Autónoma dos Açores	3 921	693	1 449	1 538	125	115	1 534
3 Região Autónoma da Madeira	10 517	9 940	19	117	441	0	4 567

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P

Quadro 73

Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor (Po)

2007

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Total	Águas costeiras e de transição	Lagos, lagoas e albufeiras	Rios, canais artificiais e outras linhas de água	Solo	Não especificado
Portugal	513 490	196 464	771	238 058	10 935	67 261
1 Continente	493 404	177 785	771	237 617	10 273	66 959
11 Norte	150 643	39 132	468	100 457	3 978	6 608
111 Minho-Lima	6 982	1 556	0	4 551	41	834
112 Cávado	14 629	0	25	14 424	171	10
113 Ave	28 044	0	27	27 468	455	95
114 Grande Porto	60 342	37 576	0	22 553	103	111
115 Tâmega	8 343	0	411	6 563	355	1 014
116 Entre Douro e Vouga	14 133	0	0	12 622	1 511	0
117 Douro	9 804	0	0	7 470	444	1 889
118 Alto Trás-os-Montes	8 365	0	6	4 807	897	2 655
16 Centro	89 636	7 295	197	59 262	6 191	16 691
161 Baixo Vouga	11 888	242	0	1 584	0	10 062
162 Baixo Mondego	7 843	2 744	106	4 556	53	384
163 Pinhal Litoral	9 062	0	0	8 759	146	157
164 Pinhal Interior Norte	3 539	0	16	2 845	510	168
165 Dão-Lafões	7 513	0	0	2 955	427	4 132
166 Pinhal Interior Sul	1 292	0	3	1 114	5	170
167 Serra da Estrela	1 018	0	0	708	101	209
168 Beira Interior Norte	7 760	0	7	2 491	4 652	610
169 Beira Interior Sul	5 363	0	0	4 990	183	191
16A Cova da Beira	4 829	0	0	4 762	67	0
16B Oeste	16 909	4 310	63	12 518	16	3
16C Médio Tejo	12 621	0	2	11 983	31	605
17 Lisboa	187 822	118 180	0	29 100	0	40 542
171 Grande Lisboa	141 069	112 992	0	19 265	0	8 812
172 Península de Setúbal	46 753	5 188	0	9 835	0	31 730
18 Alentejo	31 998	833	105	28 925	36	2 099
181 Alentejo Litoral	3 977	833	0	3 120	15	9
182 Alto Alentejo	7 754	0	53	5 723	11	1 966
183 Alentejo Central	7 305	0	45	7 257	3	0
184 Baixo Alentejo	5 030	0	7	5 002	2	19
185 Lezíria do Tejo	7 932	0	0	7 823	5	104
15 Algarve	33 305	12 346	0	19 872	68	1 019
2 Região Autónoma dos Açores	4 949	3 650	0	406	662	231
3 Região Autónoma da Madeira	15 136	15 029	0	36	0	72

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P

Quadro 74

Índices de atendimento (Po) Proporção de população servida por:			
2007			Unidade: %
NUTS III	Sistema público de abastecimento de água (a)	Sistema público de drenagem de águas residuais (b)	Sistema público de tratamento de águas residuais (c)
Portugal	90,9	76,7	68,8
1 Continente	90,6	78,0	69,7
11 Norte	84,0	69,1	59,4
111 Minho-Lima	89,4	57,0	45,2
112 Cávado	84,1	65,3	61,4
113 Ave	65,5	61,1	34,3
114 Grande Porto	97,3	90,8	84,2
115 Tâmega	71,2	38,8	29,3
116 Entre Douro e Vouga	60,6	35,2	25,5
117 Douro	96,8	91,2	86,1
118 Alto Trás-os-Montes	96,0	83,4	82,1
16 Centro	92,8	72,3	65,9
161 Baixo Vouga	93,1	68,0	62,4
162 Baixo Mondego	93,9	75,4	71,3
163 Pinhal Litoral	92,5	53,1	45,3
164 Pinhal Interior Norte	91,5	56,2	54,4
165 Dão-Lafões	83,5	70,3	68,4
166 Pinhal Interior Sul	96,2	71,4	70,5
167 Serra da Estrela	99,7	63,8	65,0
168 Beira Interior Norte	94,6	87,5	80,5
169 Beira Interior Sul	99,7	94,1	96,3
16A Cova da Beira	88,8	88,4	54,4
16B Oeste	95,0	87,9	76,5
16C Médio Tejo	96,4	66,4	62,4
17 Lisboa	96,9	93,3	84,7
171 Grande Lisboa	97,1	95,1	88,4
172 Península de Setúbal	96,5	88,0	73,8
18 Alentejo	92,4	83,2	73,4
181 Alentejo Litoral	89,6	80,2	72,8
182 Alto Alentejo	97,2	94,6	92,3
183 Alentejo Central	92,6	89,3	69,7
184 Baixo Alentejo	98,2	94,3	84,0
185 Lezíria do Tejo	88,1	69,2	61,9
15 Algarve	91,8	80,3	78,4
2 Região Autónoma dos Açores	98,1	37,0	28,6
3 Região Autónoma da Madeira	94,3	63,8	71,7

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P

(a) Não inclui o município de Paredes de Coura.

(b) Não inclui os municípios do Barreiro, Calheta (Madeira), Paredes de Coura, Santana e São Vicente.

(c) Não inclui os municípios do Barreiro, Calheta (Madeira), Machico, Paredes de Coura, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Santana e São Vicente.

Quadro 75

Rácio de distribuição de água e de drenagem de águas residuais per capita dia		
2007		Unidade: litros
NUTS III	Abastecimento de água	Águas residuais drenadas
Portugal	206,4	140,6
1 Continente	175,4	138,1
11 Norte	136,4	119,4
111 Minho-Lima	137,6	116,9
112 Cávado	251,3	167,0
113 Ave	97,5	91,7
114 Grande Porto	133,1	124,6
115 Tâmega	104,0	110,5
116 Entre Douro e Vouga	115,9	127,0
117 Douro	121,6	88,9
118 Alto Trás-os-Montes	121,9	105,4
16 Centro	163,9	167,5
161 Baixo Vouga	156,7	180,8
162 Baixo Mondego	252,6	202,7
163 Pinhal Litoral	191,5	151,0
164 Pinhal Interior Norte	119,9	146,2
165 Dão-Lafões	92,6	184,9
166 Pinhal Interior Sul	139,7	86,1
167 Serra da Estrela	89,9	129,1
168 Beira Interior Norte	144,0	180,8
169 Beira Interior Sul	257,4	214,0
16A Cova da Beira	128,6	174,6
16B Oeste	138,3	109,3
16C Médio Tejo	175,3	200,3
17 Lisboa	205,3	120,2
171 Grande Lisboa	214,5	116,0
172 Península de Setúbal	181,5	133,2
18 Alentejo	169,6	135,1
181 Alentejo Litoral	165,8	123,3
182 Alto Alentejo	161,8	156,4
183 Alentejo Central	179,0	135,3
184 Baixo Alentejo	159,5	123,8
185 Lezíria do Tejo	174,3	134,5
15 Algarve	356,3	268,8
2 Região Autónoma dos Açores	963,0	148,8
3 Região Autónoma da Madeira	646,4	277,4

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P

Quadro 76

Número de estações de tratamento de águas residuais

2007

Unidade: número

NUTS III	Nível de tratamento das estações de tratamento de águas residuais				
	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado
Portugal	4 389	143	2 607	1 072	75
1 Continente	4 204	137	2 446	1 063	72
11 Norte	1 642	124	953	405	25
111 Minho-Lima	49	0	15	25	0
112 Cávado	80	0	28	26	12
113 Ave	102	0	46	37	5
114 Grande Porto	112	0	82	23	6
115 Tâmega	270	0	181	45	0
116 Entre Douro e Vouga	26	0	7	7	0
117 Douro	499	46	305	121	2
118 Alto Trás-os-Montes	504	78	289	121	0
16 Centro	1 745	0	1 171	295	26
161 Baixo Vouga	28	0	5	16	0
162 Baixo Mondego	73	0	12	42	6
163 Pinhal Litoral	31	0	10	4	0
164 Pinhal Interior Norte	195	0	136	33	2
165 Dão-Lafões	472	0	323	62	6
166 Pinhal Interior Sul	84	0	64	9	0
167 Serra da Estrela	83	0	71	4	0
168 Beira Interior Norte	355	0	316	13	0
169 Beira Interior Sul	129	0	94	25	0
16A Cova da Beira	71	0	26	1	0
16B Oeste	152	0	90	52	4
16C Médio Tejo	72	0	24	34	8
17 Lisboa	116	12	28	63	9
171 Grande Lisboa	73	11	18	36	8
172 Península de Setúbal	43	1	10	27	1
18 Alentejo	611	1	280	246	8
181 Alentejo Litoral	113	0	53	41	1
182 Alto Alentejo	144	0	89	30	2
183 Alentejo Central	98	0	40	38	3
184 Baixo Alentejo	188	1	77	99	2
185 Lezíria do Tejo	68	0	21	38	0
15 Algarve	90	0	14	54	4
2 Região Autónoma dos Açores	172	2	160	4	2
3 Região Autónoma da Madeira	13	4	1	5	1

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

RESÍDUOS NÃO URBANOS

Quadro 77

Total de resíduos não urbanos por actividades económicas, segundo o nível de perigo

Unidade: 10³ t

Actividades económicas (CAE Rev. 2.1)	Total de resíduos			Resíduos não perigosos			Resíduos perigosos		
	2004	2005	2006 Po	2004	2005	2006 Po	2004	2005	2006 Po
Total	24 692	31 083	30 285	22 442	28 475	24 222	2 250	2 608	6 063
A : Agricultura, Pecuária e Florestas	676	711	195	676	710	176	0	1	19
B : Pescas	18	21	14	18	21	14	0	0	0
C : Extractiva	4 761	4 968	3 563	3 229	3 241	2 050	1 532	1 727	1 513
DA : Alimentares, Bebidas e Tabaco	1 051	1 085	1 036	1 018	1 055	1 003	33	29	33
DB + DC : Têxteis e Peles	1 885	1 944	1 936	1 857	1 917	1 921	28	27	15
DD : Madeira e Cortiça	1 457	1 837	896	1 455	1 786	826	2	51	70
DE : Papel, Cartão e Impressão	1 616	1 542	1 124	1 609	1 528	1 057	8	14	67
DF : Petrolíferas	61	19	25	34	5	15	26	14	10
DG + DH : Químicas, Borracha e Plásticos	285	341	346	215	273	226	69	68	120
DI : Produtos Minerais Não Metálicos	2 550	2 461	3 438	2 543	2 456	3 418	8	5	21
DJ : Metalúrgicas de Base e Produtos Metálic	700	803	969	617	736	841	83	68	128
DK + DL + DM : Máquinas, Material de Transj	388	396	938	342	342	864	45	54	74
DN : Outras Indústrias (a)	134	131	203	130	126	98	4	6	105
E : Electricidade, Gás e Água	815	1 021	462	801	1 009	444	13	12	18
F : Construção	2 626	5 213	3 607	2 609	5 196	2 890	17	16	717
G a Q : Comércio e Serviços (b)	4 202	7 368	10 352	3 995	6 985	7 229	207	383	3 123
37 : Reciclagem	113	110	517	106	102	514	7	8	3
51.57 : Comércio de Sucatas e Desperdícios	16	173	26	16	168	25	0	5	1
90 : Recolha e Tratamento de Águas Residua	1 339	938	637	1 171	820	613	168	118	24

Fonte: 2004 e 2005 MRRI, INR / 2006 SIRER, APA.

(a) Não inclui divisão "37 Reciclagem".

(b) Não inclui classe "51.57 Comércio de sucatas e desperdícios" e divisão "90 Recolha e tratamento de águas residuais e resíduos".

Quadro 78

Total de resíduos não urbanos por tipo de resíduos, segundo o nível de perigo

Unidade: 10³ t

Tipo de resíduos (EWCStat Rev. 3.0)	Total de resíduos			Resíduos não perigosos			Resíduos perigosos		
	2004	2005	2006 Po	2004	2005	2006 Po	2004	2005	2006 Po
Total	24 692	31 083	30 285	22 442	28 475	24 222	2 250	2 608	6 063
01.1 : Solventes usados	71	60	61	//	//	//	71	60	61
01.2 : Resíduos ácidos, alcalinos ou salinos	98	83	226	38	39	72	60	44	154
01.3 : Óleos usados	88	91	2 296	//	//	//	88	91	2 296
01.4 : Catalisadores químicos usados	0	0	3	0	0	1	0	0	2
02 : Resíduos de reacções químicas	221	205	485	188	144	305	33	61	180
03.1 : Depósitos e resíduos químicos	958	1 412	2 306	778	1 199	1 046	180	214	1 260
03.2 : Lamas de efluentes industriais	1 036	1 325	466	895	1 083	349	141	243	117
05 : Resíduos de prestação de cuidados de s:	16	0	242	16	0	43	0	0	199
06 : Resíduos metálicos	659	1 140	2 365	659	1 140	2 365	0	0	0
07.1 : Resíduos de vidro	296	335	476	296	335	476	0	0	0
07.2 : Resíduos de papel e cartão	709	937	2 380	709	937	2 380	//	//	//
07.3 : Resíduos de borracha	94	96	1 066	94	96	1 066	//	//	//
07.4 : Resíduos de plásticos	234	323	996	234	323	996	//	//	//
07.5 : Resíduos de madeira	2 661	2 895	1 232	2 660	2 855	1 168	1	40	64
07.6 : Resíduos têxteis	964	964	476	964	964	476	//	//	//
07.7 : Resíduos contendo PCB	0	0	0	//	//	//	0	0	0
08 : Equipamento fora de uso (a)	74	198	225	43	134	148	31	64	77
08.1 : Veículos fora de uso	12	4	10	0	1	2	12	3	8
08.41 : Resíduos de pilhas e acumuladores	11	16	198	1	1	36	10	15	162
09 : Resíduos de origem animal e vegetal (b)	2 368	2 491	729	2 368	2 491	729	//	//	//
09.11 : Resíduos de origem animal de prepar:	417	697	318	417	697	318	//	//	//
09.3 : Fezes, urina e estrume de animais	154	94	136	154	94	136	//	//	//
10.1 : Resíduos domésticos e similares	772	480	2 009	772	480	2 009	//	//	//
10.2 : Materiais mistos e não diferenciados	463	748	778	463	747	775	0	0	4
10.3 : Resíduos de triagem	124	93	424	122	93	424	1	0	1
11 : Lamas comuns (c)	777	1 205	892	777	1 205	892	//	//	//
11.3 : Lamas de dragagem	0	4	0	0	4	0	//	//	//
12 : Resíduos minerais (d)	10 127	14 133	9 292	8 613	12 422	7 843	1 515	1 711	1 450
12.4 : Resíduos de combustão	1 092	934	187	1 036	904	167	56	30	20
12.6 : Solos contaminados e lamas de dragaç	11	18	7	//	//	//	11	18	7
13 : Resíduos solidificados, estabilizados ou \	181	103	4	140	92	2	41	12	2

Fonte: 2004 e 2005 MRRI, INR / 2006 SIRER, APA.

(a) Não inclui resíduos do item "08.1 Veículos fora de uso" e do item "08.41 Resíduos de pilhas e acumuladores".

(b) Não inclui resíduos do item "09.11 Resíduos de origem animal de preparados e produtos alimentares" e do item "09.3 Fezes, urina e estrume de animais".

(c) Não inclui resíduos do item "11.3 Lamas de dragagem".

(d) Não inclui resíduos do item "12.4 Resíduos de combustão" e do item "12.6 Solos contaminados e lamas de dragagem poluídas".

Quadro 79

Total de resíduos não urbanos remetidos para incineração

Unidade: 10³ t

Tipo de resíduos (EWCStat Rev. 3.0)	Total de resíduos incinerados			Resíduos incinerados com recuperação de energia (R1)			Resíduos incinerados sem recuperação de energia (D10)		
	2004	2005	2006 Po	2004	2005	2006 Po	2004	2005	2006 Po
Total	1 695	1 706	1 713	1 621	1 620	715	74	86	998
Total de Resíduos Não Perigosos (NP)	1 634	1 634	1 583	1 563	1 554	613	71	80	970
Total de Resíduos Perigosos (P)	62	72	130	58	66	101	4	6	28
01+02+03 : Resíduos químicos (NP)	68	61	27	66	60	26	2	1	1
01+02+03 : Resíduos químicos (P) (a)	58	71	36	54	65	21	4	6	15
01.3 : Óleos usados (P)	3	0	77	3	0	77	0	0	0
05 : Resíduos da prestação de cuidados de saúde e biológico	16	0	10	0	0	1	16	0	10
05 : Resíduos da prestação de cuidados de saúde e biológico	0	0	13	0	0	0	0	0	13
07.7 : Resíduos contendo PCB (P)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.1 : Resíduos domésticos e similares (NP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2 : Materiais mistos e não diferenciados (NP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2 : Materiais mistos e não diferenciados (P)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.3 : Resíduos de triagem (NP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.3 : Resíduos de triagem (P)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 : Lamas comuns (NP)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
06+07+08+09+12+13 : Outros resíduos (NP)	1 549	1 573	1 546	1 497	1 494	587	52	79	959
06+07+08+09+12+13 : Outros resíduos (P) (b)	1	0	4	1	0	4	0	0	0

Fonte: 2004 e 2005 MRRI, INR / 2006 SIRER, APA.

(a) Não inclui resíduos do item "01.3 Óleos usados (Perigosos)".

(b) Não inclui resíduos do item "07.7 Resíduos contendo PCB (Perigosos)".

Quadro 80

Total de resíduos não urbanos remetidos para valorização, excepto valorização energética

Unidade: 10³ t

Tipo de resíduos (EWCStat Rev. 3.0)	Total de resíduos valorizados (R2+R3+R4+R5+R6+R7+R8+R9+R10+R11), excepto valorização energética		
	2004	2005	2006 Po
Total	10 119	10 723	8 299
Total de Resíduos Não Perigosos (NP)	9 637	10 176	6 649
Total de Resíduos Perigosos (P)	482	547	1 650
01.3 : Óleos usados (P)	61	56	1 395
06 : Resíduos metálicos (NP)	558	837	1 974
06 : Resíduos metálicos (P)	0	0	0
07.1 : Resíduos de vidro (NP)	231	189	405
07.1 : Resíduos de vidro (P)	0	0	0
07.2 : Resíduos de papel e cartão (NP)	335	535	781
07.3 : Resíduos de borracha (NP)	43	41	90
07.4 : Resíduos de plástico (NP)	98	81	178
07.5 : Resíduos de madeira (NP)	1 109	1 311	681
07.6 : Resíduos têxteis (NP)	56	117	144
09 : Resíduos de origem animal e de origem vegetal (NP) (a)	349	441	229
09.11 : Resíduos de origem animal de preparados e produtos alimentares (NP)	270	308	195
09.3 : Fezes, urina e estrume de animais (NP)	151	88	136
12 : Resíduos minerais (NP)	4 588	4 949	406
12 : Resíduos minerais (P)	318	391	1
01+02+03+05+08+10+11+13 : Outros resíduos (NP)	1 850	1 279	1 430
01+02+03+05+07.5+07.7+08+10+11+13 : Outros resíduos (P) (b)	102	100	253

Fonte: 2004 e 2005 MRRI, INR / 2006 SIRER, APA.

(a) Não inclui resíduos do item "09.11 Resíduos de origem animal de preparados e produtos alimentares (Não Perigosos)" e do item "09.3 Fezes, urina e estrume de animais (Não Perigosos)".

(b) Não inclui resíduos do item "01.3 Óleos usados (Perigosos)".

Quadro 81

Total de resíduos não urbanos remetidos para eliminação, excepto incineração

Unidade: 10³ t

Tipo de resíduos (EWCStat Rev. 3.0)	Total de resíduos eliminados			Resíduos eliminados por deposição no solo ou introdução no subsolo			Eliminação por tratamento do solo ou descarga para massas de água		
	2004	2005	2006 Po	2004	2005	2006 Po	2004	2005	2006 Po
Total	8 071	11 705	10 499	7 904	11 528	10 174	167	177	326
Total de Resíduos Não Perigosos (NP)	6 718	10 288	8 919	6 594	10 128	8 593	123	160	326
Total de Resíduos Perigosos (P)	1 353	1 417	1 581	1 310	1 400	1 581	43	17	0
01+02+03 : Resíduos químicos (NP)	478	851	214	377	731	212	101	120	2
01+02+03 : Resíduos químicos (P) (a)	79	68	28	51	51	28	28	17	0
01.3 : Óleos usados (P)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
09 : Resíduos de origem animal e de origem vegetal	247	423	312	245	404	255	1	19	57
09.11 : Resíduos de origem animal de preparados	31	45	56	28	42	56	3	3	0
09.3 : Fezes, urina e estrume de animais (NP)	3	0	0	0	0	0	3	0	0
10.1 : Resíduos domésticos e similares (NP)	263	412	1 041	253	412	1 040	10	0	1
10.2 : Materiais mistos e não diferenciados (NP)	54	49	361	54	49	131	0	0	229
10.2 : Materiais mistos e não diferenciados (P)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.3 : Resíduos de triagem (NP)	82	72	317	82	72	317	0	0	0
10.3 : Resíduos de triagem (P)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 : Lamas comuns (NP)	103	85	171	101	69	157	2	16	14
12 : Resíduos minerais (NP)	4 359	7 144	6 004	4 357	7 143	5 982	2	1	22
12 : Resíduos minerais (P)	1 237	1 341	1 447	1 222	1 341	1 447	15	0	0
05+06+07+08+13 : Outros resíduos (NP)	1 098	1 208	444	1 096	1 207	443	2	1	1
05+06+07+08+13 : Outros resíduos (P)	37	8	105	37	8	105	0	0	0

Fonte: 2004 e 2005 MRRI, INR / 2006 SIRER, APA.

(a) Não inclui resíduos do item "01.3 Óleos usados (Perigosos)".

(b) Não inclui resíduos do item "09.11 Resíduos de origem animal de preparados e produtos alimentares (Não Perigosos)" e do item "09.3 Fezes, urina e estrume de animais (Não Perigosos)".

RESÍDUOS URBANOS

Quadro 82

Resíduos urbanos por operação de gestão					
2006					
Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos	Total	Aterro	Valorização Energética	Valorização Orgânica (a)	Recolha Selectiva (b)
					Unidade: Toneladas
Portugal (c)	4 803 800	3 053 047	977 483	301 749	471 522
Continente	4 641 105	3 040 953	854 578	298 600	446 974
Norte	1 525 575	886 313	360 252	151 290	127 720
Amave	183 916	40 917	//	126 989	16 010
BRAVAL	105 340	94 821	//	12	10 507
Lipor	522 489	83 151	360 252	24 077	55 009
REBAT	53 839	51 840	//	60	1 939
RESAT	39 232	36 714	//	//	2 518
RESIDOURO	36 312	35 098	//	//	1 214
Resíduos do Nordeste	58 730	54 602	//	//	4 128
RESULIMA	128 667	120 718	//	152	7 797
SULDOURO	182 845	168 740	//	//	14 105
Vale do Douro Norte	44 404	41 990	//	//	2 414
VALORMINHO	36 434	34 294	//	//	2 140
Valsousa	133 367	123 428	//	//	9 939
Centro	1 060 968	963 366	0	26 136	71 466
ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA	77 867	48 837	//	26 136	2 894
ERSUC (d)	396 897	371 074	//	//	25 823
Planalto Beirão	131 623	124 773	//	//	6 850
Raia-Pinhhal	42 073	36 626	//	//	5 447
RESIOESTE (e)	197 652	182 550	//	//	15 102
Resitejo (f)	92 514	87 066	//	//	5 448
VALORLIS	122 342	112 440	//	//	9 902
Lisboa	1 362 176	556 279	494 326	113 596	197 975
AMARSUL	359 512	331 676	//	2 231	25 605
Amtes-Tratolixo	455 032	178 408	54 349	102 915	119 360
VALORSUL	547 632	46 195	439 977	8 450	53 010
Alentejo	364 256	336 960	0	0	27 296
Ambital	64 963	59 465	//	//	5 498
Amcal	14 566	13 584	//	//	982
Gesamb	87 414	79 893	//	//	7 521
Resialentejo	51 932	46 455	//	//	5 477
Resiurb	63 721	61 911	//	//	1 810
VALNOR (g)	81 660	75 652	//	//	6 008
Algarve	328 128	298 033	//	7 578	22 517
ALGAR	328 128	298 033	//	7 578	22 517
Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x
Região Autónoma da Madeira	162 695	12 094	122 905	3 149	24 548
Valor Ambiente	162 695	12 094	122 905	3 149	24 548

Fonte: SIRER / APA.

(a) Inclui Resíduos Urbanos Biodegradáveis recolhidos selectivamente.

(b) Inclui recolha selectiva multimaterial (ecopontos e porta-a-porta) e recolha selectiva em ecocentros

(c) Não inclui dados da Região Autónoma dos Açores.

(d) Inclui 4 municípios da região Norte: Arouca, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Vale de Cambra

(e) Inclui 2 municípios da região Alentejo: Azambuja e Rio Maior.

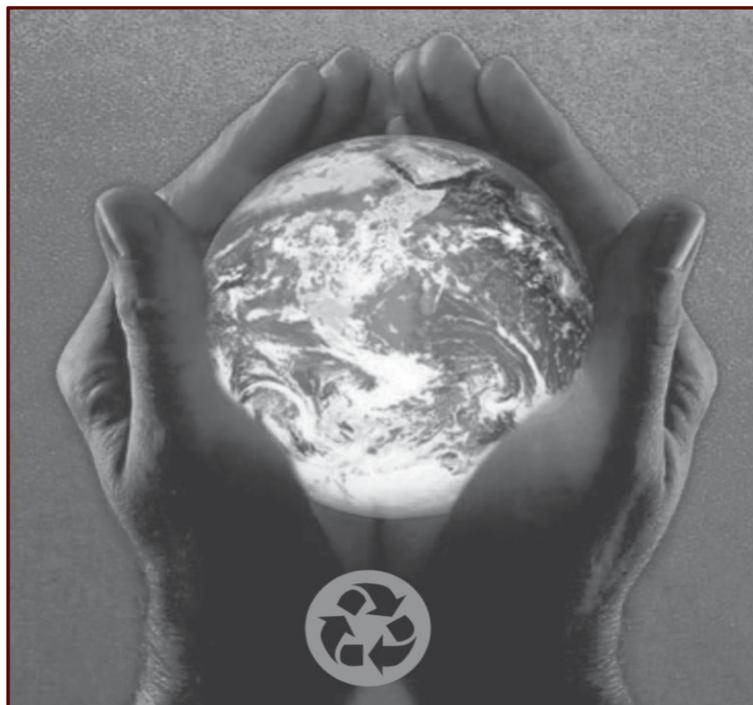
(f) Inclui 3 municípios da região Alentejo: Chamusca, Golegã e Santarém.

(g) Inclui 4 municípios da região Centro: Abrantes, Mação, Sardoal e Vila de Rei

Quadro 83

Resíduos urbanos por operação de gestão					
2007					Unidade: Toneladas
Regiões	Total	Aterro	Valorização Energética	Valorização Orgânica	Recolha Selectiva
Portugal	5 007 000	3 150 139	967 542	489 670	399 649

Fonte: APA.



**Metodologias,
Conceitos e
Nomenclaturas**

METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

3.1. METODOLOGIAS

3.1.1. Despesas com a protecção do ambiente

3.1.1.1. Administrações Públicas

Os sectores institucionais adoptados pelo Sistema de Contas Nacionais, como unidades estatísticas fundamentais, caracterizam-se pelo seu comportamento e autonomia de decisão. Às Administrações Públicas compete a produção de serviços não mercantis destinados à colectividade, bem como, a realização de operações de redistribuição, do rendimento e das riquezas nacionais. O sistema de Contabilidade Nacional em vigor na União Europeia considera o sector institucional “Administrações Públicas” dividido em subsectores, dos quais se destacam a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Segundo o “Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente” (SERIEE), as unidades consideradas no sector institucional Administrações Públicas, cuja função principal é a gestão e protecção do ambiente, podem dividir-se em duas categorias: produtores característicos especializados e não especializados. Identificam-se na primeira categoria as unidades que produzem serviços não mercantis directamente ligados à gestão e protecção do ambiente. Na segunda categoria, ou seja, nos produtores característicos não especializados, consideram-se as unidades que prestam serviços de gestão e protecção do ambiente, como actividade auxiliar de uma actividade principal, secundária ou única não característica, e nas quais se incluem as unidades correspondentes às Administrações Públicas (Central, Regional e Local e respectivas Instituições Sem Fins Lucrativos).

A recolha de dados relativos à despesa das Administrações Públicas em gestão e protecção do ambiente provém de várias fontes, nomeadamente da Conta Geral do Estado, Contas das Regiões Autónomas e Contas de Gerência de alguns Serviços e Fundos Autónomos, bem como de inquéritos realizados junto de unidades estatísticas dos sectores em observação.

São utilizadas as nomenclaturas inerentes ao Sistema de Contabilidade Nacional, à Classificação Económica das Receitas e das Despesas da Contabilidade Pública e à Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente para a classificação dos domínios de gestão e protecção do ambiente.

Administração Central

Em Portugal, a Administração Central é um dos principais sectores institucionais responsáveis por significativos fluxos financeiros na área de gestão e protecção do ambiente. Englobando o Estado e demais organismos centrais, a sua competência exerce-se a nível nacional, incluindo igualmente alguns organismos autónomos que, embora exercendo a actividade a nível local, constituem meios de acção da Administração Central e são por esta financiados, a título principal.

Para a recolha de dados financeiros considera-se as unidades pertencentes aos subsectores institucionais: Estado e Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central. Deste modo, são analisadas a Conta Geral do Estado e as Contas de Gerência de algumas instituições deste nível de administração.

Administração Regional

A Administração Regional reúne os Órgãos dos Governos Regionais (Açores e Madeira) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional. A informação é recolhida com base nas Contas das Regiões e nas Contas de Gerência dos Serviços e Fundos Autónomos seleccionados.

Administração Local

A Administração Local reúne diversos órgãos dos quais se destacam – os municípios, os Serviços Autónomos da Administração Local e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) da Administração Local. Estas últimas, de acordo com o sistema de informação definido pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) para o ambiente, têm um tratamento individualizado, agrupando as ISFL da Administração Central e Local.

A informação de natureza económica recolhida pelo “Inquérito ao Ambiente – Financiamento das Actividades de Gestão e Protecção” foi substituída pelo “Inquérito aos Municípios – Protecção do Ambiente”, efectuada por via postal, com periodicidade anual, de âmbito nacional e exaustiva (totalidade dos municípios). Esta alteração deveu-se, por um lado satisfazer novas necessidades de informação decorrentes da aplicação do Plano de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e da aplicação do Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, às autarquias locais, e por outro excluir do instrumento de notação a informação relativa ao domínio Gestão de Águas Residuais que passou a ser recolhida pelo Instituto da Água, I. P. (INAG, I.P.). No âmbito da parceria

estabelecido entre o INE e o INAG, I.P., é permitido ao INE a difusão de informação relevante do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR). A informação recolhida refere-se às receitas e despesas efectuadas por administração directa pelos Municípios.

O “Inquérito aos Municípios – Protecção do Ambiente” obteve uma taxa de resposta de 100%, correspondente aos 308 Municípios do País.

3.1.1.2. Empresas

Empresas com actividades de monitorização, prestação, redução ou eliminação da poluição

O “Inquérito ao Sector dos Bens e Serviços do Ambiente” (IBSA) surge em resultado de necessidades expressas pelos utilizadores das Estatísticas do Ambiente. Nesse sentido procurou-se dar sequência às anteriores edições do “Inquérito às Eco-empresas” que decorreram, com periodicidade irregular, entre 1997 e 2002.

Com esta nova edição do projecto pretendeu aprofundar-se igualmente a abordagem mais recente ao sector em estudo, em consonância com as principais linhas de orientação a nível da União Europeia. Nesse sentido, utilizou-se uma nova classificação de domínios de ambiente, a qual reflecte e individualiza a perspectiva da “Gestão de Recursos”.

Trata-se de um inquérito anual, efectuado por via postal e via Web, que visa a obtenção de dados sobre as actividades de protecção do ambiente realizadas pelas empresas. As actividades incidem essencialmente sobre a produção de bens e prestação de serviços com o fim de promover a protecção ambiental, isto é, reduzir o impacto poluente da actividade industrial que desenvolvem e/ou reduzir a depleção dos recursos naturais.

São recolhidos dados sobre a distribuição do VVN segundo os tipos de bens produzidos e/ou de serviços prestados classificados por domínios de ambiente, assim como segundo a natureza dos clientes da empresa. A recolha de informação incide igualmente sobre o número de pessoas ao serviço da empresa com funções de ambiente, segundo o sexo, grupos profissionais e regime de trabalho.

O questionário pretende seguir as mais recentes orientações do Manual do Sector de Bens e Serviços do Eurostat quanto à caracterização do Sector tal como o VVN (peso por domínio de ambiente e actividade) e emprego (desagregação do género).

Unidades inquiridas: Empresas do Ficheiro de Unidades Estatísticas do INE, APEMETA (Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais) e Directório Nacional de Ambiente e Recursos Naturais.

Quadro 1

Inquérito ao Sector de Bens e Serviços do Ambiente			
Taxa de resposta em 2007			
Unidades inquiridas			
Com resposta	%	Com actividade ambiental	%
2 815	72	1 715	44

A taxa de resposta foi de 72%, sendo que cerca de 44% das empresas desenvolveram actividades relativas à produção de bens, tecnologias e serviços relacionados com a gestão da poluição e/ou recursos. Actividades de gestão e protecção do ambiente desenvolvidas pela Indústria

Empresas de Bens e Serviços de Ambiente

O “Inquérito às Empresas - Gestão e Protecção do Ambiente” (IEGPA) é um inquérito anual efectuado por via electrónica e postal a uma amostra de empresas cuja actividade económica se inclua nos sectores económicos, correspondentes às seguintes secções da CAE Rev. 2.1: C - Indústria extractiva; D - Indústria transformadora e E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água.

Para além de referências metodológicas do EUROSTAT, este inquérito decorre da aplicação do Regulamento CE Nº 58/97 de 20 de Dezembro de 1996, sobre as Estatísticas Estruturais das Empresas, em particular no que se refere às variáveis de ambiente – 21 11 0 investimento em equipamentos e instalações fim-de-linha destinados ao controlo e redução da poluição; 21 12 0 investimentos em equipamentos limpos integrados e reconversão para processos limpos; 21 14 0 despesas correntes em actividades de controlo e redução da poluição. Desta forma, o inquérito incide sobre as actividades económicas industriais consideradas mais “agressivas” para o ambiente e, como tal, susceptíveis de gerar a maior parte e os mais significativos investimentos em actividades de protecção ambiental, no que se refere à esfera da iniciativa empresarial.

Com base na amostra obtida, os dados estimados são representativos para o conjunto dos sectores de actividade abrangidos, no que se refere ao esforço financeiro suportado na luta que desenvolvem contra a poluição. Para selecção do universo das unidades estatísticas a inquirir foi utilizado o Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE.

O processo de selecção obedeceu à seguinte metodologia:

Base de amostragem: Empresas do Universo de referência do Inquérito Anual às Empresas 2007 (IEH).

Todas as empresas com 1 ou mais pessoas ao serviço e classificadas nas Secções C, D e E da CAE Rev.2.1, com excepção de unidades pertencentes à Divisão 37 da Secção D.

Estratificação: O universo foi estratificado de acordo com as variáveis actividade económica, região e dimensão, medida pelo número de pessoas ao serviço, atendendo aos seguintes critérios:

CAE: Classificação das Actividades Económicas – Revisão 2.1 a dois dígitos (nível Divisão).

NUTS: Nível II da nomenclatura, representando as sete regiões do país - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

EPS: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 1 a 19 pessoas ao serviço;
- (2) 20 a 49 pessoas ao serviço;
- (3) 50 a 99 pessoas ao serviço;
- (4) 100 a 249 pessoas ao serviço;
- (5) 250 a 499 pessoas ao serviço;
- (6) 500 a 999 pessoas ao serviço;
- (7) 1000 ou mais pessoas ao serviço.

Foram inquiridos exhaustivamente os estratos constituídos por empresas com 50 ou mais pessoas ao serviço.

Repartição da amostra: O número de empresas a inquirir por estrato, foi calculado com base na variável volume de negócios, utilizando a seguinte fórmula:

$$n_h = \frac{N_h S_h \sqrt{X_h}}{\sum_{i=1}^H N_i S_i \sqrt{X_i}} \times n, \quad h = 1, 2, \dots, H$$

em que:

- h índice de estrato;
- nh dimensão da amostra, no estrato h;
- Nh dimensão do universo, no estrato h;
- Sh desvio padrão da variável volume de negócios, no estrato h;
- Xh total da variável volume de negócios, no estrato h;
- n dimensão total da amostra;
- H número total de estratos, no universo.

Seleção da Amostra: Com vista a aliviar a carga estatística das empresas sujeitas a múltiplos inquéritos tem vindo a ser implementado um processo de tiragem coordenada de amostras. A coordenação das amostras consiste em controlar a sobreposição de várias amostras retiradas a partir da mesma base de amostragem, salvaguardando a probabilidade de selecção de cada empresa.

Ao coordenar negativamente a amostra do IEGPA com a amostra do IEH2007, tentou-se na medida do possível evitar que as empresas dos estratos não observados exhaustivamente fossem seleccionadas para ambas as amostras.

A técnica de coordenação das amostras apoia-se na atribuição de números aleatórios. A selecção da amostra foi efectuada, em cada estrato, mediante selecção sequencial aleatória simples sem reposição.

A cada empresa presente no universo de referência do IEH, de onde foi retirado o universo do IEGPA, afectou-se um número aleatório com distribuição uniforme no intervalo [0, 1].

O procedimento utilizado para a selecção da amostra de dimensão nh , em cada um dos estratos constituídos h , consistiu em:

- Ordenar de forma decrescente os números aleatórios X_i , atribuídos a cada uma das empresas i ;
- Seleccionar as primeiras nh empresas do estrato, o que corresponde à tiragem das nh empresas com maiores números aleatórios atribuídos.

Ainda que a estratificação dos dois inquéritos não tenha sido idêntica, o método de selecção garante uma redução substancial na sobreposição das amostras pelo facto de, em cada estrato constituído para o IEH2007 terem sido seleccionadas as empresas com menores números aleatórios, ao passo que para o IEGPA foram seleccionadas as empresas com maiores números aleatórios afectos.

Apesar da coordenação negativa das duas amostras há sempre a sobreposição resultante da parte observada exaustivamente em ambos os inquéritos, acima de um determinado limiar de pessoal ao serviço, ou de estratos de dimensão reduzida.

A fiabilidade das estimativas obtidas no inquérito, foi estimada através dos coeficientes de variação *à posteriori*, calculados a partir das respostas obtidas conjuntamente com as respostas imputadas.

Estimadores: O estimador do total da variável X , para cada estrato, é dado por:

$$\hat{X}_h = \frac{N_h}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} x_{ih}, \quad \text{com } i=1, 2, \dots, n_h \text{ onde:}$$

h índice de estrato;

N_h dimensão do universo no estrato h ;

nh número de empresas da amostra que responderam ao inquérito;

x_{ih} valor da variável X , da empresa i , no estrato h ;

$\frac{N_h}{n_h}$ coeficiente de extrapolação.

O estimador do total da variável X , para uma agregação de estratos, é a soma dos estimadores dos totais em cada estrato, dado por:

$$\hat{X} = \sum_h \hat{X}_h \text{ onde } \hat{X}_h \text{ representa o estimador da variável } X, \text{ nos estratos } h, \text{ que se agregaram.}$$

O estimador da variância do total, é dado por:

$$\hat{Var}(\hat{X}) = \sum_{h=1}^H \frac{N_h}{n_h} (N_h - n_h) s_h^2$$

sendo,

$$s_h^2 = \frac{1}{n_h - 1} \cdot \sum_{i=1}^{n_h} (x_{hi} - \bar{x}_h)^2$$

a variância calculada a partir dos valores da amostra, para cada um dos estratos.

Coeficiente de variação: O coeficiente de variação (C.V.) de um estimador é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. No caso do estimador do total, o C.V. (em %) é dado por:

$$C.V.(\hat{X}) = \frac{\sqrt{\widehat{Var}(\hat{X})}}{\hat{X}} \cdot 100\%$$

Ao calcular o coeficiente de variação de uma estimativa pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade, de conter o verdadeiro valor que se pretende estimar. Segundo a teoria da amostragem, os limites do intervalo de confiança são:

$$[\hat{X} \pm C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}], \text{ para um nível de confiança de 68\%;}$$

$$[\hat{X} \pm 1,96 \times C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}], \text{ para um nível de confiança de 95\%.}$$

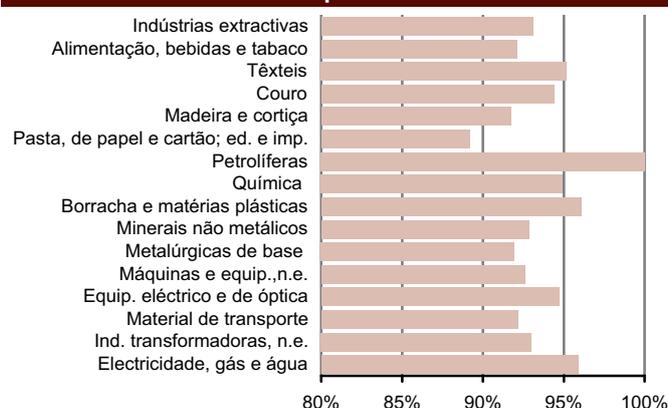
O preenchimento dos campos de natureza contabilística foi feito com base nas indicações contidas no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

A taxa de resposta global situou-se nos 93%. Ao nível das regiões NUTS II, a Região Autónoma da Madeira e a região do Algarve registaram as taxas de resposta mais baixas, respectivamente, 86% e 90%.

Tratamento de não resposta: Para contornar o problema das não respostas foi efectuada imputação. Para a imputação do IEGPA 2007, assumiu-se que a distribuição das não respostas era idêntica à das respostas no que respeita ao desenvolvimento de actividades de Gestão e Protecção do Ambiente (GPA), bem como a repartição pelos domínios de ambiente inquiridos. O número de empresas a imputar, com valores de GPA, foi calculado por agrupamento CAE2 e EPS a partir da percentagem detectada nas respostas, mediante a expressão seguinte, com arredondamento para o inteiro imediatamente superior:

Figura 1

Inquérito ao Ambiente - Gestão e Protecção do Ambiente - Taxa de resposta em 2007



$$\text{Imputação com GPA} = \frac{\text{Não resposta}}{\text{Respostas com actividade}} \cdot \text{Respostas obtidas}$$

A cada empresa não respondente, cujo quesito deve ser imputado, os valores a imputar são dados pelo produto do respectivo quesito *per capita* do agrupamento considerado a que a mesma pertence, pelo seu pessoal ao serviço, ou seja, *quesito a imputar = quesito per capita x NPSinicial*

$$\text{sendo, } \text{quesito per capita} = \frac{\sum_{resp} \text{quesito}}{\sum_{resp} NPS}$$

em que,

$\sum_{resp} \text{quesito}$ é a soma do quesito em causa referente às respostas obtidas, por agrupamento CAE2 e EPS

$\sum_{resp} NPS$ representa o número de pessoas ao serviço das empresas que responderam, por agrupamento CAE2 e EPS

A distribuição das imputações pelos 7 domínios de GPA considerados para apuramento, foi calculada através da expressão, arredondada por excesso:

$$\text{Imputação por domínio } D = \text{Imputações com GPA} \cdot \left(\frac{\text{Resp. domínio } D}{\text{Resp. com actividade}} \right)$$

Para o efeito, foram gerados 7 números aleatórios, tendo as empresas sido seleccionadas por amostragem aleatória sequencial simples, de forma independente para cada um dos 7 domínios, em moldes idênticos aos descritos no parágrafo sobre a selecção da amostra.

Nas agregações em que o número de empresas a imputar era superior ao número máximo das imputações por domínio, introduziu-se uma variante para garantir que fosse seleccionado exactamente o número calculado de empresas a imputar, com actividade de GPA. Nestes casos, foram gerados apenas 6 números aleatórios, tendo-se optado por coordenar negativamente a selecção dos dois domínios com maior número de imputações a efectuar. O primeiro aleatório gerado u_1 foi atribuído para a selecção das empresas às quais seria imputado o domínio mais frequente nas respostas obtidas, e para seleccionar as empresas a imputar com o domínio de frequência imediatamente a seguir utilizou-se o aleatório $u_2 = 1 - u_1$.

No final, obteve-se em cada agrupamento por CAE2 e EPS a distribuição pretendida pelos 7 domínios.

As respostas obtidas conjuntamente com as respostas imputadas foram extrapoladas em cada um dos 586 estratos, definidos inicialmente pelo cruzamento das variáveis CAE2, EPS e NUT2, utilizando como coeficiente de extrapolação o quociente entre a dimensão do universo e a dimensão da amostra seleccionada.

Foi criada uma variável para identificar na base de dados os registos que foram imputados.

3.1.1.3. Instituições Sem Fins Lucrativos

As ISFL da Administração Central e Local são constituídas por organismos dotados de personalidade jurídica, que exercem actividades não mercantis e cujos recursos provêm, na sua maioria, dos financiamentos do Estado, dos órgãos regionais ou dos municípios.

As instituições que desempenham papel activo na gestão e protecção do ambiente, foram classificadas em “Associações e outras Entidades de Bombeiros” e em “Organizações Não Governamentais de Ambiente”.

Associações e outras Entidades de Bombeiros

Dadas as actividades desenvolvidas por estas instituições na gestão e protecção do ambiente, cujo papel de combate aos fogos florestais é de importância vital para a conservação e protecção da natureza e das espécies, afigurou-se indispensável recolher directamente informação sobre as mesmas. A partir da presente edição, o INE inicia a utilização de dados de fonte administrativa proveniente da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), entidade responsável pela criação e manutenção do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses. Uma vez que as atribuições da ANPC se restringem às associações humanitárias de bombeiros e respectivos corpos de bombeiros do território continental, o INE realizou, em simultâneo, um inquérito junto dos corpos de bombeiros municipais e privativos do continente com base no ficheiro cedido pela ANPC, e das regiões autónomas, para recolha de dados físicos e financeiros relativos às actividades desenvolvidas.

A taxa de resposta obtida na edição de 2007 por via postal foi de 100%, valor idêntico à componente física da via administrativa enquanto a da componente financeira situou-se nos 75%.

Para os dados financeiros o tratamento de não resposta correspondeu à imputação do índice de preços no consumidor de 2007 aos não respondentes da presente edição face aos respondentes do ano de 2006.

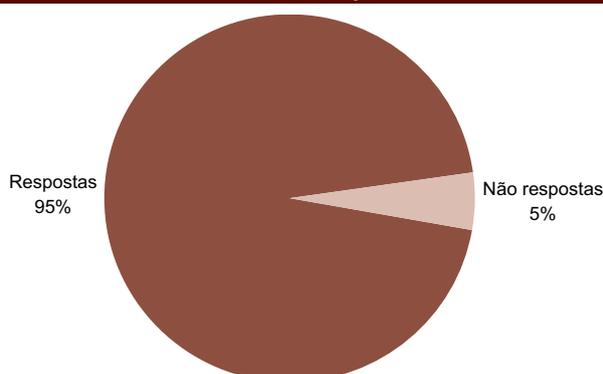
Organizações Não Governamentais de Ambiente

Tendo em conta as actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, através de acções de sensibilização e de esclarecimento junto das populações, tornou-se necessário recolher directamente essa informação. Assim, com base no ficheiro cedido pela Agência Portuguesa do Ambiente, responsável pela organização do Registo Nacional das ONGA, realizou-se, um inquérito junto a estas organizações. Na presente edição o inquérito foi reformulado e surgiu da necessidade, por um lado em adequar as rubricas financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e por outro de satisfazer novas necessidades de informação.

A taxa de resposta obtida na edição de 2007 foi de 95%.

Figura 2

Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente - Taxa de resposta em 2007



3.1.1.4. Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de águas residuais

À semelhança da edição do ano anterior, o INE continua a utilizar fontes administrativas no que respeita a dados económico-financeiros e de caracterização física e de funcionamento sobre os sistemas urbanos de abastecimento público de água e de drenagem e tratamento de águas residuais. Neste capítulo divulgam-se os dados definitivos de 2006 e os dados preliminares de 2007 do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR). Dado ao número variável de entidades gestoras participantes no INSSAR ser variável de ano para ano não se apresenta quadros com dados de evolução temporal.

3.1.1.4.1. Dados de caracterização económica e financeira

A informação apresentada está repartida, de acordo com a natureza do serviço prestado pelas entidades gestoras: abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais. Para evitar duplicação de dados, não foram considerados os custos nem os proveitos com a compra/venda de água a outras entidades gestoras, na medida em que já foram indirectamente incluídos nos custos/proveitos das entidades que vendem/compram água a outras entidades gestoras. O mesmo critério foi aplicado para a recepção e descarga de águas residuais.

Na edição de 2007 foram identificadas 349 entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água e de águas residuais repartidas por associação de municípios, associação de utilizadores, empresa municipal ou intermunicipal, empresa privada, empresa pública ou de capitais públicos, município e serviços municipalizados.

O tratamento de não resposta foi aplicado às variáveis “Custos” e “Proveitos” e correspondeu à imputação dos dados de 2006 aos não respondentes da presente edição. No que se refere à variável “Investimentos”, não foi aplicada qualquer tratamento de não resposta, dado à natureza inconstante desta variável.

Para mais informações e detalhes consulte a área do website do INAG que disponibiliza toda a informação sobre a operação INSAAR [<http://insaar.inag.pt/>].

No quadro 2 apresenta-se o número de entidades gestoras contactadas e a contagem dos participantes na edição do INSAAR 2007.

Quadro 2

Participação das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e águas residuais no que respeita a elementos de caracterização económico-financeira em 2007

Tipologia de serviço	Entidades gestoras existentes	Entidades gestoras que remeteram ou preencheram dados	Percentagem de respostas obtidas
Total identificadas	349	248	71%

3.1.1.4.2. Dados de caracterização física e de funcionamento

A informação apresentada reporta-se a dados recolhidos no contexto da edição 2007 do INSAAR, e diz respeito às principais componentes dos sistemas públicos urbanos de Abastecimento de Água e de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais.

Para mais informações e detalhes consulte a área do website do INAG que disponibiliza toda a informação sobre a operação INSAAR [<http://insaar.inag.pt/>].

Quadro 3

Participação das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e águas residuais no que respeita a elementos de caracterização física e de funcionamento em 2007

Tipologia de serviço	Entidades gestoras existentes	Entidades gestoras que remeteram ou preencheram dados	Percentagem de respostas obtidas
Total identificadas	348	294	84%

3.1.3. Estatísticas de Resíduos Não Urbanos

Os quadros sobre a produção de resíduos não urbanos em Portugal Continental, resultam de estimativas realizadas com base em dados enviados pelos estabelecimentos de empresas dos vários sectores económicos, através do SIRER (Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos) administrado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Para efeitos de delimitação do universo de unidades estatísticas de observação considerou-se todas as unidades constantes do Universo de Referência do Inquérito Harmonizado às Empresas de 2006 (URIEH2006), à semelhança de procedimento adoptado para os dados de resíduos industriais 2004 e 2005 disponibilizados na última publicação da estatísticas do Ambiente. Consideraram-se todas as unidades estatísticas do URIEH2006, com excepção das que obedeciam às seguintes características:

- Empresas com menos de 10 pessoas ao serviço;
- Empresas com menos de 25 000 euros de volume de negócios;
- Empresas com forma jurídica correspondente a "Empresário em Nome Individual".

3.1.3.1. Estratificação do universo de referência de unidades estatísticas para apuramento

O universo URIEH2006 foi estratificado de acordo com as combinações possíveis, de agrupamentos por actividade económica principal das unidades empresariais com os agrupamentos por dimensão das empresas, medida pelo número de pessoas ao serviço. Os agregados por actividade económica para a constituição dos estratos figuram no quadro 4 e os grupos por escalão de pessoas ao serviço constam no quadro 5. No quadro 4 apresentamos o número total de empresas existentes e a contagem de empresas que enviaram dados e foram consideradas para apuramento.

Quadro 4

Número de empresas e respostas obtidas por sectores de actividade

Actividades económicas (CAE Rev. 2.1)	Número total de empresas			Número de empresas que enviaram dados			Representatividade por sector (%)		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Total	44 822	45 010	40 312	7 496	7 532	8 344	16,7	16,7	20,7
A : Agricultura, Pecuária e Florestas	731	795	652	51	62	123	7,0	7,8	18,9
B : Pescas	138	144	127	9	11	9	6,5	7,6	7,1
C : Extractiva	345	337	307	182	170	147	52,8	50,4	47,9
DA : Alimentares, Bebidas e Tabaco	1 687	1 744	1 663	672	701	526	39,8	40,2	31,6
DB + DC : Têxteis e Peles	4 885	4 985	4 324	1 369	1 329	1 055	28,0	26,7	24,4
DD : Madeira e Cortiça	916	905	804	457	435	306	49,9	48,1	38,1
DE : Papel, Cartão e Impressão	920	890	802	426	439	403	46,3	49,3	50,2
DF : Petrolíferas	2	1	1	2	1	1	100,0	100,0	100,0
DG + DH : Químicas, Borracha e Plásticos	793	773	734	503	486	453	63,4	62,9	61,7
DI : Produtos Minerais Não Metálicos	1 182	1 137	1 004	751	675	453	63,5	59,4	45,1
DJ : Metalúrgicas de Base e Produtos Metálicos	1 687	1 703	1 536	864	931	819	51,2	54,7	53,3
DK + DL + DM : Máquinas, Material de Transporte, Eléctrico e de Óptica	1 623	1 594	1 485	841	818	747	51,8	51,3	50,3
DN : Outras Indústrias (a)	1 211	1 228	1 099	441	439	312	36,4	35,7	28,4
E : Electricidade, Gás e Água	114	123	95	45	47	55	39,5	38,2	57,9
F : Construção	7 137	7 656	6 626	181	211	479	2,5	2,8	7,2
G a Q : Comércio e Serviços (b)	21 285	20 815	18 872	647	702	2 338	3,0	3,4	12,4
37 : Reciclagem	49	52	51	34	34	40	69,4	65,4	78,4
51.57 : Comércio de Sucatas e Desperdícios	39	42	38	7	15	16	17,9	35,7	42,1
90 : Recolha e Tratamento de Águas Residuais e Resíduos	78	86	92	14	26	62	17,9	30,2	67,4

Fonte: 2004 e 2005 MRRI, INR / 2006 SIRER, APA.

(a) Não inclui divisão "37 Reciclagem".

(b) Não inclui classe "51.57 Comércio de sucatas e desperdícios" e divisão "90 Recolha e tratamento de águas residuais e resíduos".

Quadro 5

Número de empresas e respostas obtidas por escalões de pessoas ao serviço

Número de ordem de escalão e limites de escalonamento das empresas segundo o número de pessoas ao serviço	Número total de empresas			Número de empresas que enviaram dados			Representatividade por escalão (%)		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Total	44 822	45 010	40 312	7 496	7 532	8 344	16,7	16,7	20,7
(1) : empresas com 10 a 49 pessoas ao serviço	37 869	38 634	34 124	4 977	5 128	5 514	13,1	13,3	16,2
(2) : empresas com 50 a 249 pessoas ao serviço	6 031	5 536	5 383	2 144	2 035	2 370	35,5	36,8	44,0
(3) : empresas com 250 a 499 pessoas ao serviço	557	499	487	236	238	275	42,4	47,7	56,5
(4) : empresas com 500 a 999 pessoas ao serviço	208	193	175	87	80	99	41,8	41,5	56,6
(5) : empresas com 1000 ou mais pessoas ao serviço	157	148	143	52	51	86	33,1	34,5	60,1

Fonte: 2004 e 2005 MRRI, INR / 2006 SIRER, APA.

3.1.3.2. Apuramento dos resultados.

Coefficientes de extrapolação:

Foram calculados, para cada um dos estratos constituídos, os coeficientes de extrapolação dados pelo quociente entre o número de empresas existentes no universo e o número de respostas obtidas. O coeficiente de extrapolação é obtido pela seguinte fórmula:

$$\text{Coeficiente de Extrapolação}_h = \frac{N_h}{n_h}$$

em que

h - Índice representativo do estrato;

N_h - Número de empresas do universo no estrato h ;

n_h - Número de empresas consideradas que enviaram dados no estrato h ;

Estimador do total:

O estimador do total dos resíduos de tipo r , produzidos pelas empresas de cada estrato h , é dado por

$$\hat{X}_{hr} = \sum_{i=1}^{n_h} \frac{N_h}{n_h} \cdot x_{hir}$$

em que:

x_{hir} - Quantidade dos resíduos de tipo r , produzido pela empresa i , do estrato h ;

r - Índice de tipo de resíduo

i - Índice de empresa;

h - Índice de estrato;

N_h - Número de empresas do universo, no estrato h ;

n_h - Número de empresas que enviaram dados, no estrato h .

O estimador do total dos resíduos de tipo r , obtém-se pela soma dos estimadores de todos os estratos, referentes a esse tipo de resíduos, ou seja,

$$\hat{X}_r = \sum_{h=1}^H \hat{X}_{hr}$$

sendo:

H - Número de estratos constituídos

Genericamente, os totais de cada um dos quadros de dados apresentados, são obtidos por soma dos estimadores para as diferentes agregações pretendidas de tipos de resíduos r , ou seja,

$$\hat{X}_{AG} = \sum_r \hat{X}_r$$

3.2. CONCEITOS

Abastecimento de água: um sistema de abastecimento de água é um conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Considera-se “quantidade e qualidade adequadas” aquelas que satisfazem as exigências quantitativas e qualitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

Actividade característica: considera-se qualquer actividade, principal ou secundária, das unidades de produção especializadas na gestão e protecção do ambiente, ou actividade auxiliar de actividades consideradas principais ou secundárias, não ligadas à protecção do ambiente. Compreende as modificações integradas empreendidas, cujo principal objectivo é a gestão e protecção do ambiente. Os produtos das actividades características, são chamados “serviços característicos”. Segundo a “Classificação Estatística Europeia das Actividades de Protecção do Ambiente”, repartem-se por nove domínios.

Actividades de gestão e protecção do ambiente: qualquer actividade que vise manter ou restabelecer, pela prevenção, a limpeza do meio ambiente. Incluem-se, igualmente, as actividades visando a conservação das espécies selvagens e do seu “habitat”, a conservação dos “sítios”, assim como as actividades de investigação e desenvolvimento, de controle e análise das condições ecológicas.

Actividade principal: entende-se por actividade principal a de maior importância, medida pelo valor a preços de venda dos produtos vendidos ou produzidos ou dos serviços prestados no período de referência. Na impossibilidade da determinação do maior volume de vendas das actividades exercidas, considera-se como principal a que ocupa com carácter de permanência o maior número de pessoas ao serviço.

Actividade secundária: actividade exercida pela empresa ou estabelecimento para além da actividade principal.

Adequabilidade do tratamento face à qualidade da água bruta: consoante a sua qualidade, as águas superficiais destinadas à produção de água para consumo humano, são classificadas nas categorias A1, A2 e A3, de acordo com as normas de qualidade fixadas no Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto. A cada categoria corresponde um esquema de tratamento distinto, de forma a tornar as águas superficiais aptas para consumo humano (Classe A1 – tratamento físico e desinfecção; Classe A2 – tratamento físico, químico e desinfecção; Classe A3 – tratamento físico, químico de afinação e desinfecção)

Águas residuais: são águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não são consideradas as águas de arrefecimento.

Águas residuais tratadas: apenas se considera águas residuais tratadas aquelas cujo tratamento é efectuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

Aterro: instalação de eliminação para a deposição de resíduos acima ou abaixo da superfície natural (isto é, deposição subterrânea), incluindo: - as instalações de eliminação internas (isto é, os aterros onde o produtor de resíduos efectua a sua própria eliminação de resíduos no local da produção), - uma instalação permanente (isto é, por um período superior a um ano) usada para armazenagem temporária, mas excluindo:

- instalações onde são descarregados resíduos com o objectivo de os preparar para serem transportados para outro local de valorização, tratamento ou eliminação;

- a armazenagem de resíduos previamente à sua valorização ou de tratamento por um período geralmente inferior a três anos;

- a armazenagem de resíduos previamente à sua eliminação por um período inferior a um ano.

Bacharelato: curso de 3 anos, comprovativo de uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas actividades profissionais, conducente ao grau de bacharel.

Caudais captados: quantidade de água obtida através dos pontos de captação de águas superficiais ou subterrâneas efectivamente utilizados. O caudal de exploração considerado deve ser o caudal máximo que em cada momento garanta as boas condições de funcionamento dos equipamentos e a disponibilidade continuada dos recursos hídricos onde se processa a captação.

Compostagem: processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmida, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo.

Custos directos de exploração e gestão: custos com a operação e manutenção das infra-estruturas associadas aos serviços de abastecimento de água ou de drenagem e tratamento de águas residuais, incluindo ainda custos com facturação, leitura de contadores, atendimento ao cliente, contribuições e taxas, entre outros. Não se incluem nos custos directos de exploração e gestão custos com amortizações e reintegrações de infra-estruturas ou custos com a aquisição de água a outras entidades gestoras/descarga de águas residuais em outras entidades gestoras.

Custos gerais: custos não imputáveis directamente aos serviços de abastecimento de água ou de drenagem e tratamento de águas residuais associados, nomeadamente, a órgãos de gestão ou departamentos administrativos e financeiros, incluindo custos com telefones, gastos de secretaria, pessoal, limpeza, amortizações de equipamentos, edifícios ou automóveis, entre outros.

Despesa consolidada: despesa efectuada no sector, sendo eliminados os fluxos entre as diversas unidades componentes do mesmo sector institucional.

Destino final dos resíduos: fase última da sequência de operações (meios e/ou processos) de eliminação e/ou valorização dos resíduos, pela qual se considera que os resíduos sujeitos a um dado tratamento atingiram um grau de nocividade o mais reduzido possível, ou mesmo nulo. Nos casos em que um resíduo é sujeito a operações de eliminação e valorização em simultâneo, deve ser especificado em termos relativos, as quantidades submetidas a cada tipo de operação.

Doutoramento: processo conducente ao grau de doutor realizado numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo do conhecimento. Consiste na elaboração de uma tese de investigação inovadora e original, contribuindo para o progresso do conhecimento, podendo envolver a prestação de provas complementares quando a regulamentação aplicável o impuser.

Drenagem de águas residuais: entende-se por sistema de drenagem de águas residuais um sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a colecta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio receptor (solo ou água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo, na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

Eliminação de resíduos: qualquer operação que visa dar um destino final adequado aos resíduos nos termos previstos na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de eliminação conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Empresa: entidade jurídica (pessoa singular e colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais.

Ensino básico: nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção do aluno em esquemas orientados para a vida activa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Ensino secundário: nível de educação escolar que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida activa – Cursos tecnológicos. Ambos os tipos de cursos têm a duração de três anos, correspondentes ao 10, 11º e 12º anos de escolaridade.

Ensino Superior: ensino que compreende as universidades, as escolas universitárias não integradas, os institutos politécnicos e as escolas superiores politécnicas não integradas. Nível de ensino que compreende o ensino universitário e o ensino politécnico ao qual têm acesso indivíduos habilitados com um curso do ensino secundário, ou equivalente, que, façam prova de capacidade para a sua frequência, bem como os indivíduos maiores de 25 anos que, não estando habilitados com um curso do ensino secundário ou equivalente, e não sendo titulares de um curso do ensino superior, façam prova, especialmente adequada, para a sua frequência.

Entidade gestora: entidade responsável pela exploração e funcionamento, e eventualmente também pela concepção, construção e manutenção, dos sistemas de abastecimento público de água, dos sistemas de águas residuais e/ou dos sistemas de resíduos urbanos, ou de parte destes sistemas (Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto).

Equipamento e instalações fim-de-linha: instalações específicas e/ou equipamentos, ou partes distintas de maquinaria, funcionando no término do processo de produção, destinadas a tratar, prevenir (evitar), reduzir ou medir a poluição.

Estação de tratamento de água (ETA): conjunto de equipamentos que garante à água condições de qualidade que permita a sua utilização para abastecimento público (água potável).

Estação de tratamento de águas residuais (ETAR): instalação que permita a reciclagem e a reutilização das águas residuais de acordo com parâmetros ambientais aplicáveis ou outras normas de qualidade. São os locais onde se sujeita as águas residuais a processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização.

Fossa séptica: bacia de sedimentação primária de esgotos que, em áreas onde não existem sistemas de drenagem e estações de tratamento das águas residuais, evitam a contaminação das fontes de abastecimento de água e salvaguardam a higiene pública.

Gestão da Poluição: Actividades de prevenção, medição, redução, eliminação, correcção dos efeitos da poluição e de qualquer outro dano ao ambiente, nomeadamente à atmosfera, solos, rios assim como problemas associados à gestão dos resíduos, poluição sonora e ameaças aos ecossistemas. Notas: Excluem-se medidas tomadas por razões de higiene e segurança dos locais de trabalho ou as que visam o aumento da eficiência (por exemplo a redução de matérias-primas) ou rentabilidade da produção e melhoria da qualidade dos produtos e/ou serviços.

Gestão dos Recursos: Gestão de recursos de modo sustentável como a conservação de recursos naturais que estão sujeitos a esgotamento pelo consumo humano, visando a limitação ou minimização do seu uso. Notas: Refere-se ao aproveitamento da energia renovável, poupança de energia, gestão da água potável, entre outras actividades.

Fabricação de bens de equipamento: Compreende o fabrico de bens de equipamento, que se destinam em regra, a uma utilização prolongada no tempo, e que constituem immobilizados corpóreos adquiridos por outras empresas, organismos públicos, famílias, etc. São equipamentos que no decurso da sua utilização concorrem para um fim de protecção do ambiente, como por exemplo filtros para o tratamento de emissões para a atmosfera, estações de tratamento de águas residuais, equipamentos para triagem e redução de resíduos sólidos, etc.

Fabricação de produtos: Considera-se o fabrico de produtos que sejam utilizados e consumidos no decurso de actividades de protecção ambiental, como por exemplo, agentes químicos e biológicos aplicados no tratamento de águas residuais e/ou de resíduos sólidos.

Incineração: tratamento térmico de resíduos no qual a energia de matérias combustadas é transformada em energia térmica. Os compostos combustíveis são transformados em gases de combustão que se libertam na forma de gases de chaminé. A matéria inorgânica não combustível mantém-se na forma de escórias ou cinzas volantes.

Inquérito exaustivo: são inquiridas a totalidade das unidades estatísticas de um dado universo.

Instalação, montagem e/ou comércio de equipamentos ou produtos concebidos para acções de protecção ambiental: Compreende as actividades de construção e instalação de equipamentos aplicados em actividades de protecção ambiental, designadamente: construção e instalação de estações de tratamento de águas residuais, estações de transferência de resíduos e aterros, centrais para aproveitamento de energias renováveis, etc. Compreende ainda actividades de comércio de equipamentos e produtos aplicados em acções de protecção do ambiente, como por exemplo, agentes químicos e biológicos para o tratamento de águas residuais, emissões atmosféricas ou resíduos sólidos.

Investimentos: inclui as aquisições de immobilizado, assim como os trabalhos para a própria empresa que se traduzam num aumento efectivo do valor immobilizado (à excepção do IVA dedutível). Incluem-se os bens corpóreos, tais como terrenos, edifícios e novas construções, transformações e grandes reparações, aquisição de maquinaria, veículos, assim como os bens incorpóreos (software, patentes, etc.). Não são deduzidas as ajudas ao investimento. No caso das empresas, os investimentos classificam-se em equipamentos e instalações "Fim de linha" e "Tecnologias integradas".

Licenciatura: curso de 4 a 6 anos, comprovativo de uma sólida formação científica, técnica e cultural que permita o aprofundamento de conhecimentos numa determinada área do saber e de um adequado desempenho profissional, conducente ao grau de licenciado.

Mestrado: curso com a duração máxima de 4 semestres, compreendendo a frequência do curso de especialização e a apresentação de uma dissertação original, comprovativo de um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e a capacidade para a prática de investigação. Podem candidatar-se ao grau de mestre os indivíduos detentores do grau de licenciado com a classificação mínima de 14 valores ou, excepcionalmente, após apreciação curricular, licenciados com classificação inferior.

Número médio de pessoas ao serviço: somatório do pessoal ao serviço na última semana completa de cada mês de actividade, a dividir pelo número de meses de actividade da instituição.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA): são as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

Origem subterrânea: são as águas obtidas em nascentes, galerias de minas, poços ou furos, ou seja, águas retidas, e que podem ser recuperadas, através de uma formação geológica. Todos os depósitos de água permanentes e temporários recarregados natural ou artificialmente no subsolo, tendo qualidade suficiente para garantir pelo menos uma utilização sazonal. Esta categoria inclui as camadas freáticas, bem como as camadas profundas sob pressão ou não, contidas em solos porosos ou fracturados. A água subterrânea inclui água injectada, nascentes, concentradas ou difusas, que podem estar submersas. Excluem-se os bancos de filtração (cobertos por águas de superfície).

Origem superficial: são as águas obtidas da água que escorre, ou estagna, à superfície do solo: em cursos de água naturais, tais como rios, ribeiros, regatos, etc., e cursos de água artificiais tais como canais para rega, uso industrial, navegação, sistemas de drenagem, aluviões (águas sub-superficiais) e reservatórios naturais e artificiais. Exclui-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais e, as águas das zonas de transição, tais como pântanos salobros, lagoas e estuários.

Outros custos e perdas: do total dos custos e perdas, inclui apenas os que estão directa ou indirectamente ligados aos investimentos, cujo principal objectivo seja a gestão e protecção do ambiente. Inclui: custos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos (energia, materiais, manutenção, transporte, informação, seguros, etc., à excepção dos trabalhos especializados), produtos “verdes” e impostos (à excepção do IVA dedutível). Estão excluídas as amortizações e provisões do exercício, assim como, os custos e perdas financeiros.

Outros proveitos: proveitos resultantes da prestação de serviços associados ao abastecimento de água e à drenagem e tratamento de águas residuais não considerados nos proveitos do tarifário do serviço a sectores e nos proveitos resultantes do serviço entre entidades gestoras. Os serviços considerados são, nomeadamente, colocação, transferência e reafecção de medidores de caudal, vistorias e ensaios, limpeza de fossas sépticas individuais, juros de mora, entre outros.

Outros proveitos e ganhos: proveitos e ganhos não contabilizados nas outras rubricas e que resultam directamente das actividades de gestão e protecção do ambiente, nomeadamente os que decorrem da reutilização dos produtos resultantes do processo de produção. Os proveitos e ganhos devem ser estimados pelo valor da economia de custos, devido à utilização destes produtos. São incluídas, igualmente, as ajudas ao investimento concedidas pelo Estado e outros entes públicos ou outras entidades, no âmbito da implementação de medidas de gestão e protecção do ambiente.

Posto de Cloragem (PC): Instalação ou dispositivo destinado a fazer a adição de cloro à água de abastecimento para desinfecção da mesma, podendo fazer também correcção do pH ou a correcção dos valores de agressividade da água, por processos físico-químicos, através da adição à água a tratar de hidróxido de cálcio, carbonato de sódio, óxido de cálcio, hidróxido de sódio, dióxido de carbono e outro reagente.

Pessoal ao serviço: pessoas que no período de referência efectuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para a instituição, independentemente do vínculo que tinham.

Pessoal não remunerado: indivíduos que exercem uma actividade na empresa/instituição e que, por não estarem vinculadas por um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, não recebem uma remuneração regular, em dinheiro e/ou géneros pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido.

Pessoal remunerado: indivíduos que exercem uma actividade na empresa/instituição nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, que lhes confere o direito a uma remuneração regular em dinheiro e/ou géneros. Inclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada sendo por esta directamente remunerados, mas mantendo o vínculo à empresa/instituição de origem.

Exclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada, sendo remunerados pela empresa/instituição de origem e mantendo com ela o vínculo laboral.

Pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avalia em 50% ou mais do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com a execução de actividades de gestão e protecção do ambiente.

Pessoas minoritária ou ocasionalmente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avalia em menos de 50% do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com actividades de gestão e protecção do ambiente.

Prestação de serviços de protecção ambiental: refere-se apenas a serviços executados para outras empresas, no âmbito das actividades de gestão, redução e controlo de poluição (ex.: tratamento dos resíduos industriais produzidos por terceiros, tratados na própria empresa).

Produto adaptado: produtos adaptados a medidas de protecção ambiental, e que obedecem às duas premissas seguintes:

- por um lado, sejam produtos com um impacto menos poluente no decurso do seu consumo ou utilização, face a outros produtos de propósito equivalente, mas mais prejudiciais ao ambiente ou cujo efeito sobre o ambiente não é desprezável;
- por outro lado, o seu custo seja mais elevado do que o dos produtos normais equivalentes.

Produto conexo: são todos aqueles, que por natureza, servem um objectivo de protecção ambiental (exemplo: conversores catalíticos, fossas sépticas, produtos biológicos para fossas sépticas, contentores de desperdícios, condutas de escape, janelas redutoras de ruído, etc.).

Produtores especializados: unidades económicas que desenvolvem acções de protecção do ambiente como principal actividade.

Produtos “verdes”: produtos que, em fase de consumo corrente ou final, são menos poluentes, comparativamente a outros existentes no mercado, e que verifiquem um objectivo de protecção do ambiente (exemplo: gasolina s/ chumbo, detergentes sem fosfatos, fuel com baixo teor de sulfurosos, óleo lubrificante biodegradável, etc.).

Proveitos do tarifário: proveitos resultantes da aplicação das componentes variável e fixa da estrutura tarifária.

Qualificação funcional dos recursos humanos: recursos humanos ao serviço da entidade gestora em 31 de Dezembro, segundo a hierarquia funcional utilizada no Balanço Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade e em função do vínculo à entidade patronal. Para o enquadramento dos efectivos nos níveis de qualificação, foi utilizada a classificação estabelecida nos diplomas legais aplicáveis a cada entidade gestora. A imputação do número de funcionários por tipo de serviço é feita segundo os seguintes critérios:

- os funcionários que se dedicam a tarefas apenas sobre um tipo de sistema são imputados nesse tipo;
- os funcionários que executam tarefas sobre mais que um tipo de sistema ou contribuem para a gestão global da entidade gestora, quando ela tem responsabilidade de exploração de mais de um tipo de sistema, são imputados proporcionalmente ao tempo dedicado a cada um.

Inclui todos os trabalhadores ligados à empresa por um contrato de trabalho no período de referência e que auferem do estabelecimento uma remuneração base. Inclui os trabalhadores temporariamente ausentes no período de referência por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a 1 mês. Exclui os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas, ausentes por doença ou acidentes de trabalho de duração superior a 1 mês, pagos exclusivamente à comissão, colocados por empresas de trabalho temporário e ao abrigo de um contrato de aprendizagem.

Resíduo Não Urbano: Compreende todos os resíduos não abrangidos pelo conceito de resíduo urbano. Engloba, essencialmente, resíduos produzidos no exercício de actividades económicas com processos produtivos que geram resíduos não similares aos resíduos produzidos pelas famílias nas suas habitações. Inclui resíduos agrícolas, resíduos de construção e demolição, resíduos de extractivas e mineiras, resíduos hospitalares e resíduos industriais.

Resíduo Urbano: Compreende o resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações.

Taxas: taxas pagas a entidades públicas ou instituições diversas, para recolha, transporte e tratamento das águas residuais e/ou resíduos sólidos, ou relativamente a outra actividade de protecção do ambiente (exemplo: taxa de saneamento).

Tecnologias integradas: equipamentos e/ou instalações ou partes de equipamento e/ou instalações, tendo sofrido modificações no sentido da diminuição da poluição. Contrariamente ao equipamento e instalações “Fim de linha”, estes encontram-se integrados no processo de produção. É contabilizado apenas o custo adicional decorrente das especificidades do equipamento ou construção. O valor é estimado, por exemplo, comparando com outras soluções alternativas existentes no mercado, mas que não verifiquem as normas de protecção do ambiente existentes, ou a implementar.

Tecnologias limpas ou menos poluentes: equipamentos e/ou instalações, onde se tenha operado modificações no sentido da diminuição da poluição. Incluem-se igualmente, os equipamentos que permitem uma racionalização de consumo dos recursos naturais, nomeadamente, o recurso água.

Trabalhos especializados: valor total dos custos em trabalhos especializados relacionados com a gestão e protecção do ambiente pago a organismos públicos ou a entidades privadas (exemplo: despesas de recolha, eliminação ou tratamento de resíduos produzidos, pagas seja a uma empresa especializada, seja a um serviço municipal/público de transporte ou de tratamento de resíduos)..

Transporte de resíduos: qualquer operação que vise transferir fisicamente os resíduos do local onde é gerado para outro local de destino final (incluindo locais de transferência onde se efectua a triagem ou reacondicionamento dos resíduos). Habitualmente, quando se trata de sistemas urbanos de recolha de resíduos, considera-se que o transporte se inicia após a recolha do último contentor e termina com a descarga dos resíduos na instalação de valorização ou eliminação.

Tratamento de água para abastecimento: processo que torna apta a ser utilizada para consumo humano, a água captada de qualquer fonte.

Tratamento de águas residuais: o tratamento de águas residuais consiste em processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização. A definição do tipo de tratamento consta do anexo XI do Regulamento Geral de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais (LNEC/CSPOT versão de 1991), parcialmente reproduzido no quadro seguinte. O sistema de lagunagem é considerado tratamento primário, secundário ou terciário, conforme permita tratamentos sucessivamente mais afinados.

Quadro 6

Tipos de tratamento de águas residuais	
Tipo de tratamento	Operações de tratamento
Preliminar	Gradagem
	Tamisagem
	Desarenamento
Primário	Remoção de gorduras
	Sedimentação primária
	Flotação
Secundário	Coagulação
	Lamas activadas
	Leitos bacterianos
Terciário	Desinfecção
	Tratamento para sólidos em suspensão, nutrientes e componentes orgânicos refractários
Quaternário	Redução de salinidade

Valorização de resíduos: qualquer operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de valorização conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Venda de resíduos e/ou materiais reciclados: proveitos e ganhos resultantes de uma actividade de gestão e protecção do ambiente.

Volume de negócios: Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades, conseqüentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

3.3. NOMENCLATURAS

3.3.1. Classificação Estatística Europeia das Actividades de Protecção do Ambiente

Domínio 1 – Protecção da Qualidade do Ar & Clima

Compreende todas as actividades referentes aos processos de produção, às actividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objectivo é o de reduzir a poluição atmosférica, assim como, às actividades de medição e controle das emissões de gases que afectam a camada do ozono. Inclui-se igualmente, os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias, que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despeiramento e outras técnicas, assim como, as actividades que aumentem a dispersão dos gases, por forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos.

Domínio 2 – Gestão de Águas Residuais

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição da água. Inclui-se, igualmente, os sistemas de colectores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar as águas residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como o tratamento das águas de arrefecimento.

Domínio 3 – Gestão de Resíduos

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através dos resíduos. Inclui-se igualmente, as actividades de recolha dos resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, seja por empresas do sector público ou privado, empresas especializadas ou pela administração pública, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento ou de eliminação. A recolha dos resíduos municipais pode ser selectiva (efectuada de uma maneira específica, para um dado produto), ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos), não incluindo os serviços de limpeza (desentulho) no período de Inverno. São também consideradas as actividades de eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioactivos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamento físico-químicos, incineração, tratamento biológico ou qualquer outro tipo de tratamento).

Domínio 4 – Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais

Compreende as actividades de protecção do ambiente, implicando a construção, manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, purificação de águas subterrâneas, assim como a protecção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Inclui-se igualmente, as actividades directamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas, e reforço das instalações de armazenamento e transporte de produtos poluentes, assim como o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as actividades de protecção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e prevenção e correcção da salinidade dos solos.

Domínio 5 – Protecção contra o Ruído & Vibrações (excepto protecção dos locais de trabalho)

Compreende medidas e actividades de controlo e redução de ruído ou vibrações, gerados por actividades industriais ou transportes. Actividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.) bem como medidas e acções aplicadas em instalações públicas (piscinas, etc.), escolas, etc., são incluídas. Exclui-se, medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho. Inclui-se as actividades relativas às instalações anti-ruído: écrans, terraplenagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas ou dos caminhos-de-ferro urbanos.

Domínio 6 – Protecção da Biodiversidade e Paisagem

Compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do “habitat”, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Inclui-se igualmente, as actividades de protecção visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como as actividades de protecção e gestão da floresta, actividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afectadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São, igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, actividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização e limpeza da poluição em sítios aquáticos.

Domínio 7 – Protecção contra as Radiações

Compreende as actividades que visam reduzir ou eliminar os efeitos nefastos das radiações emitidas por um qualquer emissor, à excepção das centrais nucleares e das instalações militares. Exclui-se as medidas tomadas em locais de trabalho.

Domínio 8 – Investigação & Desenvolvimento

Compreende as actividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objectivo de aumentar o stock de conhecimentos humanos, visando a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

Domínio 9 – Outras Actividades de Protecção do Ambiente

Compreende as actividades de administração geral e orientação virada para o suporte das decisões tomadas no quadro das actividades de protecção do ambiente, quer seja por unidades públicas ou privadas. Inclui-se igualmente, as actividades cujo principal objectivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação em gestão e protecção do ambiente. São excluídas as actividades do sistema educativo geral.

3.3.2. Domínios de Ambiente

A. Gestão da Poluição

Idem *Classificação das Actividades de Protecção do Ambiente (3.3.1)*.

B. Gestão de Recursos

B1 – Gestão da Água

Domínio da “Gestão de Recursos” referente a actividades de concepção, construção e instalação de sistemas, bem como de serviços vocacionados para a recolha, purificação e distribuição de água potável para consumo humano, para actividades industriais, comerciais entre outras. Notas: Incluem-se actividades de conservação, redução, consumo e melhoria da reutilização da água.

B2 – Materiais e Produtos Reciclados

Domínio da “Gestão de Recursos” que diz respeito à produção de equipamentos, tecnologias, materiais específicos e/ou à concepção, construção, instalação e a prestação de outros serviços relacionados com a produção de novos materiais ou produtos diferenciáveis como reciclados, a partir de resíduos e desperdícios, ou a preparação destes materiais ou produtos para posterior consumo. Notas: Incluem-se o papel reciclado e outros produtos reciclados. Exclui-se a recuperação de energia que se considera no domínio da Gestão e Optimização de Energia.

B3 - Gestão e Optimização de Energia

Domínio da “Gestão de Recursos” que inclui quaisquer actividades de programação, construção e instalação de sistemas, gestão ou prestação de serviços para produção, recolha e/ou transmissão de energia a partir de fontes renováveis, assim como para reduzir o consumo de calor e de energia (redução do uso de vapor) e/ou minimizar as perdas de calor e de energia (co-geração). Notas: A energia renovável tem origem em processos naturais que são constantemente reabastecidos. Existem várias formas de energia renovável com origem directa ou indirecta do sol ou do calor gerado nas camadas mais profundas da Terra. Inclui a energia gerada a partir do sol, vento, marés, ondas, geotermia, biogás, biodiesel entre outras fontes.

B4 - Gestão dos Recursos Florestais

Domínio da “Gestão de Recursos” que considera quaisquer actividades relacionadas com programas e projectos de reflorestação e gestão da floresta numa base de sustentação a longo prazo. Notas: Incluem-se a administração e uso da floresta de modo a manter a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração bem como o potencial para preencher funções ecológicas, económicas e sociais não provocando danos aos ecossistemas. Inclui-se a floresta que tenha certificação.

B5 - Outras Actividades de Gestão de Recursos

Domínio da “Gestão de Recursos” que se refere a serviços que envolvam a protecção e gestão de património natural e cultural, ou a educação e interpretação do ambiente natural que não represente uma ameaça ou degradação do mesmo. Notas: Incluem-se actividades relacionadas com a gestão de recursos naturais não incluída em nenhum dos domínios anteriores.

3.3.3 Operações de Eliminação

- i) Deposição sobre o solo ou no seu interior, por exemplo em aterro sanitário;
- ii) Tratamento no solo, por exemplo biodegradação de efluentes líquidos ou de lamas de depuração nos solos;
- iii) Injecção em profundidade, por exemplo injecção de resíduos por bombagem em poços, cúpulas salinas ou depósitos naturais;
- iv) Lagunagem, por exemplo descarga de resíduos líquidos ou de lamas de depuração em poços, lagos naturais ou artificiais;
- v) Depósitos subterrâneos especialmente concebidos, por exemplo deposição em alinhamentos de células que são seladas e isoladas umas das outras e do ambiente;
- vi) Descarga em massas de águas, com excepção dos mares e dos oceanos;
- vii) Descarga para os mares e ou oceanos, incluindo inserção nos fundos marinhos;
- viii) Tratamento biológico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii);
- ix) Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii), por exemplo evaporação, secagem ou calcinação;
- x) Incineração em terra;
- xi) Incineração no mar;
- xii) Armazenagem permanente, por exemplo armazenagem de contentores numa mina;
- xiii) Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de i) a xii);
- xiv) Reembalagem anterior a uma das operações enumeradas de i) a xii);
- xv) Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de i) a xiv), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada;

Operações de Valorização:

- i) Utilização principal como combustível ou outros meios de produção de energia;
- ii) Recuperação ou regeneração de solventes;
- iii) Reciclagem ou recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes, incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas;
- iv) Reciclagem ou recuperação de metais e de ligas;
- v) Reciclagem ou recuperação de outras matérias inorgânicas;
- vi) Regeneração de ácidos ou de bases;
- vii) Recuperação de produtos utilizados na luta contra a poluição;
- viii) Recuperação de componentes de catalisadores;
- ix) Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos;
- x) Tratamento no solo em benefício da agricultura ou para melhorar o ambiente;
- xi) Utilização de resíduos obtidos em virtude das operações enumeradas de i) a x);
- xii) Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de i) a xi);
- xiii) Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de i) a xii), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada.



Anexos

1 Identifique com um X o(s) Domínio(s) de Ambiente, referentes à(s) acção(ões) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal

	Cod		
1.1 Protecção do Ar e Clima	1030	<input type="checkbox"/>	→ Preencha o Quadro 2.
1.2 Gestão de Resíduos	1035	<input type="checkbox"/>	→ Preencha o Quadro 3.
1.3 Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais	1040	<input type="checkbox"/>	→ Preencha o Quadro 4.
1.4 Redução de Ruídos e Vibrações	1045	<input type="checkbox"/>	→ Preencha o Quadro 5.
1.5 Protecção da Biodiversidade e Paisagem	1050	<input type="checkbox"/>	→ Preencha o Quadro 6.
1.6 Investigação e Desenvolvimento	1055	<input type="checkbox"/>	→ Preencha o Quadro 7.
1.7 Outras Actividades de Protecção do Ambiente	1060	<input type="checkbox"/>	→ Preencha o Quadro 8.

Instruções

Domínio "Protecção do Ar e Clima" - Compreende todas as actividades referentes aos processos de produção, às actividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objectivo é o de reduzir a poluição atmosférica. Inclui ainda as actividades de medição e controlo das emissões de gases que afectam a camada do ozono, assim como, as actividades que aumentem a dispersão dos gases, de forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos. Compreende igualmente os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoejamento e outras técnicas.

2 Protecção do Ar e Clima	Cod	EUROS
2.1 Receitas Correntes (2.1.1 + ... + 2.1.7)	2005	<input type="text"/>
2.1.1 Taxas de poluição do ar (04.01.23.99)	2010	<input type="text"/>
2.1.2 Multas por poluição do ar (04.02.04)	2015	<input type="text"/>
2.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	2020	<input type="text"/>
2.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	2025	<input type="text"/>
2.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	2030	<input type="text"/>
2.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	2035	<input type="text"/>
2.1.7 Outras receitas correntes	2040	<input type="text"/>
2.2 Receitas de Capital (2.2.1 + ... + 2.2.6)	2045	<input type="text"/>
2.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	2050	<input type="text"/>
2.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	2055	<input type="text"/>
2.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	2060	<input type="text"/>
2.2.4 Activos financeiros (11)	2065	<input type="text"/>
2.2.5 Passivos financeiros (12)	2070	<input type="text"/>
2.2.6 Outras receitas de capital	2075	<input type="text"/>
2.3 Total das Receitas (2.1 + 2.2)	2080	<input type="text"/>
2.4 Despesas Correntes (2.4.1 + ... + 2.4.5)	2085	<input type="text"/>
2.4.1 Despesas com o pessoal (01)	2090	<input type="text"/>
2.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	2095	<input type="text"/>
2.4.3 Transferências correntes (04)	2100	<input type="text"/>
2.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	2105	<input type="text"/>
2.4.5 Outras despesas correntes	2110	<input type="text"/>
2.5 Despesas de Capital (2.5.1 + ... + 2.5.5)	2115	<input type="text"/>
2.5.1 Investimentos (07.01)	2120	<input type="text"/>
2.5.2 Transferências de capital (08)	2125	<input type="text"/>
2.5.3 Activos financeiros (09)	2130	<input type="text"/>
2.5.4 Passivos financeiros (10)	2135	<input type="text"/>
2.5.5 Outras despesas de capital	2140	<input type="text"/>
2.6 Total das Despesas (2.4 + 2.5)	2145	<input type="text"/>
2150 2.7 Observações:		<input type="text"/>
		<input type="text"/>
		<input type="text"/>

Instruções

Domínio "Gestão de Resíduos" - Compreende as modificações nos processos de produção, a adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através de resíduos. Incluem-se igualmente, as actividades de recolha de resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, sejam empresas do sector público ou privado ou empresas especializadas, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento, estações de triagem, empresas de valorização ou de eliminação. Inclui a varredura e limpeza urbana. A recolha de resíduos municipais pode ser selectiva (efectuada de uma maneira específica, para um dado produto) ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos). São também consideradas as actividades de tratamento e eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioactivos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamentos físico-químicos, incineração, tratamento biológico, colocação em aterro ou qualquer outro tipo de tratamento).

► **3.6.3 Transferências correntes e 3.7.4 Transferências de capital** - devem ser incluídas as verbas que a Câmara Municipal transfere para os serviços municipalizados no âmbito deste domínio.

3 Gestão de Resíduos	Cod	EUROS										
Identifique com um X a(s) actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:												
3.1 Recolha de resíduos	3005	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se respondeu Não , indique a entidade gestora: _____										
3.2 Tratamento de resíduos	3010	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não _____										
3.3 Receitas Correntes (3.3.1 + ... + 3.3.7)	3015	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.3.1 Taxas de resíduos sólidos (04.01.23.99)	3020	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.3.2 Multas por despejos ilegais de resíduos (04.02.04)	3025	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.3.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	3030	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.3.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	3035	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.3.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	3040	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.3.6 Venda de bens e serviços correntes - tarifas de resíduos sólidos (07.02.09.02)	3045	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.3.7 Outras receitas correntes	3050	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.4 Receitas de Capital (3.4.1 + ... + 3.4.6)	3055	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.4.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	3060	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.4.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	3065	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.4.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	3070	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.4.4 Activos financeiros (11)	3075	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.4.5 Passivos financeiros (12)	3080	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.4.6 Outras receitas de capital	3085	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.5 Total das Receitas (3.3 + 3.4)	3090	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.6 Despesas Correntes (3.6.1 + ... + 3.6.5)	3095	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.6.1 Despesas com o pessoal (01)	3100	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.6.2 Aquisição de bens e serviços (02)	3105	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.6.3 Transferências correntes (04)	3110	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.6.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	3115	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.6.5 Outras despesas correntes	3120	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.7 Despesas de Capital (3.7.1 + ... + 3.7.7)	3125	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.7.1 Investimentos - Infra-estruturas para tratamento de resíduos sólidos (07.01.04.11)	3130	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.7.2 Investimentos - Material de transporte para a recolha de resíduos (07.01.06.01)	3135	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.7.3 Investimentos - Equipamento básico de recolha de resíduos (07.01.10.01)	3140	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.7.4 Transferências de capital (08)	3145	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.7.5 Activos financeiros (09)	3150	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.7.6 Passivos financeiros (10)	3155	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.7.7 Outras despesas de capital	3160	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3.8 Total das Despesas (3.6 + 3.7)	3165	<table border="1" style="width: 100%; height: 15px; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 10%;"> </td><td style="width: 10%;"> </td> </tr> </table>										
3170 3.9 Observações:	_____ _____ _____											

Instruções

Domínio "Redução de Ruídos e Vibrações" - Compreende as medidas e as actividades de controlo e redução de ruído ou vibrações gerados por actividades industriais ou transportes. São incluídas as actividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.), bem como medidas e acções, desenvolvidas com o mesmo objectivo, e aplicadas em instalações públicas (piscinas, escolas, etc.). Incluem-se as actividades relativas às instalações anti-ruído (ecrãs, terraplanagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas, dos caminhos-de-ferro urbanos e aeroportos), bem como, as verbas relacionadas com a elaboração e monitorização das cartas de ruído. Excluem-se as medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho.

5 Redução de Ruídos e Vibrações		Cod	EUROS
5.1 Receitas Correntes (5.1.1 + ... + 5.1.7)	5005	
5.1.1 Taxas de poluição sonora (04.01.23.99)	5010	
5.1.2 Multas por poluição sonora (04.02.04)	5015	
5.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	5020	
5.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	5025	
5.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	5030	
5.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	5035	
5.1.7 Outras receitas correntes	5040	
5.2 Receitas de Capital (5.2.1 + ... + 5.2.6)	5045	
5.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	5050	
5.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	5055	
5.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	5060	
5.2.4 Activos financeiros (11)	5065	
5.2.5 Passivos financeiros (12)	5070	
5.2.6 Outras receitas de capital	5075	
5.3 Total das Receitas (5.1 + 5.2)	5080	
5.4 Despesas Correntes (5.4.1 + ... + 5.4.5)	5085	
5.4.1 Despesas com o pessoal (01)	5090	
5.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	5095	
5.4.3 Transferências correntes (04)	5100	
5.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	5105	
5.4.5 Outras despesas correntes	5110	
5.5 Despesas de Capital (5.5.1 + ... + 5.5.5)	5115	
5.5.1 Investimentos (07.01)	5120	
5.5.2 Transferências de capital (08)	5125	
5.5.3 Activos financeiros (09)	5130	
5.5.4 Passivos financeiros (10)	5135	
5.5.5 Outras despesas de capital	5140	
5.6 Total das Despesas (5.4 + 5.5)	5145	
5.7 Observações:	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <div style="display: flex; align-items: flex-start;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-right: 5px;">5150</div> <div style="flex-grow: 1;"> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> </div> </div> </div>		

Instruções

Domínio "Protecção da Biodiversidade e Paisagem" – Compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do habitat, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como, a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Incluem-se igualmente as actividades de protecção que visam a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como, as actividades de protecção e gestão da floresta, (as actividades que visam introduzir espécies da fauna e da flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção), a remodelação de paisagens afectadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, as actividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, de eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização, de limpeza de poluição em sítios aquáticos, bem como, de limpeza do litoral e praias.

Excluem-se as actividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

► Para as Câmaras Municipais que possuem Corpos de Bombeiros de natureza municipal (Sapadores e não Sapadores), são consideradas todas as receitas e despesas relacionadas com a sua actividade, o mais desagregado possível.

► **6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora** - Exemplos: fogo posto nas florestas, destruição de habitats e espécies da fauna e da flora em vias de extinção, danos nos sítios naturais protegidos por lei, etc.

► **6.4.3 Transferências correntes e 6.5.4 Transferências de capital** - incluem-se as transferências efectuadas pela Câmara Municipal para Corpos de Bombeiros Voluntários (valores registados nas contas 04.07.01 - Transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos e 08.07.01 - Transferências de capital para Instituições sem fins lucrativos).

6 Protecção da Biodiversidade e Paisagem		Cod	EUROS
6.1 Receitas Correntes (6.1.1 + ... + 6.1.7)	6005		
6.1.1 Taxas de protecção/conservação da biodiversidade e paisagens (04.01.23.99)	6010		
6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora (04.02.04)	6015		
6.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	6020		
6.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	6025		
6.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	6030		
6.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	6035		
6.1.7 Outras receitas correntes	6040		
6.2 Receitas de Capital (6.2.1 + ... + 6.2.6)	6045		
6.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	6050		
6.2.2 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	6055		
6.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	6060		
6.2.4 Activos financeiros (11)	6065		
6.2.5 Passivos financeiros (12)	6070		
6.2.6 Outras receitas de capital	6075		
6.3 Total das Receitas (6.1 + 6.2)	6080		
6.4 Despesas Correntes (6.4.1 + ... + 6.4.5)	6085		
6.4.1 Despesas com o pessoal (01)	6090		
6.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	6095		
6.4.3 Transferências correntes (04)	6100		
6.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	6105		
6.4.5 Outras despesas correntes	6110		
6.5 Despesas de Capital (6.5.1 + ... + 6.5.7)	6115		
6.5.1 Investimentos - Prevenção e combate a incêndios florestais (07.01)	6120		
6.5.2 Investimentos - Prot. das espécies e habitats, áreas protegidas e reservas naturais (07.01)	6125		
6.5.3 Investimentos - Outros (07.01)	6130		
6.5.4 Transferências de capital (08)	6135		
6.5.5 Activos financeiros (09)	6140		
6.5.6 Passivos financeiros (10)	6145		
6.5.7 Outras despesas de capital	6150		
6.6 Total das Despesas (6.4 + 6.5)	6155		
6.7 Observações:	6160		

Instruções

Domínio "Investigação e Desenvolvimento" - Compreende as actividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objectivo de aumentar o capital de conhecimentos humanos, que visam a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

7 Investigação e Desenvolvimento	Cod	EUROS						
7.1 Receitas Correntes (7.1.3 + ... + 7.1.7)	7005	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.1.1 Taxas		_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.1.2 Multas		_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	7010	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	7015	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	7020	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	7025	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.1.7 Outras receitas correntes	7030	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.2 Receitas de Capital (7.2.1 + ... + 7.2.6)	7035	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	7040	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	7045	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	7050	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.2.4 Activos financeiros (11)	7055	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.2.5 Passivos financeiros (12)	7060	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.2.6 Outras receitas de capital	7065	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.3 Total das Receitas (7.1 + 7.2)	7070	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.4 Despesas Correntes (7.4.1 + ... + 7.4.5)	7075	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.4.1 Despesas com o pessoal (01)	7080	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	7085	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.4.3 Transferências correntes (04)	7090	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	7095	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.4.5 Outras despesas correntes	7100	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.5 Despesas de Capital (7.5.1+ ... + 7.5.5)	7105	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.5.1 Investimentos (07.01)	7110	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.5.2 Transferências de capital (08)	7115	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.5.3 Activos financeiros (09)	7120	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.5.4 Passivos financeiros (10)	7125	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.5.5 Outras despesas de capital	7130	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
7.6 Total das Despesas (7.4 + 7.5)	7135	_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _						
<table border="1"> <tr> <td data-bbox="177 1731 240 1765">7140</td> <td data-bbox="240 1731 1461 1765">7.7 Observações: _____</td> </tr> <tr> <td colspan="2" data-bbox="177 1765 1461 1832">_____</td> </tr> <tr> <td colspan="2" data-bbox="177 1832 1461 1899">_____</td> </tr> </table>	7140	7.7 Observações: _____	_____		_____			
7140	7.7 Observações: _____							

Domínio "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" - Compreende as actividades de administração geral e orientação/regulamentação que visam o suporte das decisões tomadas no quadro das actividades de protecção do ambiente, quer as mesmas sejam tomadas por unidades públicas ou por unidades privadas. Incluem-se igualmente as actividades cujo principal objectivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação relativa à gestão e protecção do ambiente, nomeadamente nas campanhas de sensibilização e de educação ambiental, junto da população escolar, e nas campanhas de publicação, de divulgação e formação profissional relativa à temática ambiental (excepto formação relativa à saúde no trabalho).

Excluem-se as actividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

8 Outras Actividades de Protecção do Ambiente	Cod	EUROS
8.1 Receitas Correntes (8.1.1 + ... + 8.1.7)	8005	_____
8.1.1 Taxas (04.01.23.99)	8010	_____
8.1.2 Multas (04.02.99)	8015	_____
8.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	8020	_____
8.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	8025	_____
8.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	8030	_____
8.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	8035	_____
8.1.7 Outras receitas correntes	8040	_____
8.2 Receitas de Capital (8.2.1 + ... + 8.2.6)	8045	_____
8.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	8050	_____
8.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	8055	_____
8.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	8060	_____
8.2.4 Activos financeiros (11)	8065	_____
8.2.5 Passivos financeiros (12)	8070	_____
8.2.6 Outras receitas de capital	8075	_____
8.3 Total das Receitas (8.1 + 8.2)	8080	_____
8.4 Despesas Correntes (8.4.1 + ... + 8.4.5)	8085	_____
8.4.1 Despesas com o pessoal (01)	8090	_____
8.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	8095	_____
8.4.3 Transferências correntes (04)	8100	_____
8.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	8105	_____
8.4.5 Outras despesas correntes	8110	_____
8.5 Despesas de Capital (8.5.1 + ... + 8.5.5)	8115	_____
8.5.1 Investimentos (07.01)	8120	_____
8.5.2 Transferências de capital (08)	8125	_____
8.5.3 Activos financeiros (09)	8130	_____
8.5.4 Passivos financeiros (10)	8135	_____
8.5.5 Outras despesas de capital	8140	_____
8.6 Total das Despesas (8.4 + 8.5)	8145	_____
8.7 Observações:	8150	_____


 INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
 (LEI Nº 6/89 DE 15 DE ABRIL) DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
 REGISTADO NO INE SOB O Nº **9846** VÁLIDO ATÉ **2008/12/31**
IBSA - Inquérito ao Sector de Bens e Serviços de Ambiente
Referência dos dados:
2007
(espaço reservado para identificação do NIF da empresa)

 INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
 Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
 Av. António José de Almeida 1000-043 LISBOA

DRI.IAP.L4-[cga]

Resposta electrónica: <https://webinq.ine.pt/aderentes>

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 6/89, DE 15 DE ABRIL

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:

Tel. xxx xxx xxx Fax xxx xxx xxx

e-mail: xxxxxxxxxxx@ine.pt

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA: Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a recepção, devidamente preenchido de acordo com as instruções.

I Identificação da unidade inquirida (preencher apenas para corrigir ou completar os dados)

 Número de Identificação Fiscal (NIF) Homepage: **www.**
 Designação social
 Distrito/Ilha Município Freguesia
 Endereço
 Localidade Código Postal -
 Telefone Fax e-mail
II Situação da unidade inquirida no período de referência dos dados

Situação na actividade <input type="checkbox"/> BC005	Actividade Económica Principal (CAE Rev. 2.1) <input type="text"/> BC001
Aguarda início de actividade <input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Em actividade <input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
BC010 Actividade suspensa em <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
Actividade cessada em <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="checkbox"/>	Ocorreu algum facto relevante (fusão, cisão ou outro) durante o período de referência dos dados? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Nº meses de actividade no período de referência <input type="text"/> <input type="text"/> BC007	BC025 Indique qual: <input type="text"/> BC020 Data <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>

III Observações

 Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julgue convenientes **BC030**
IV Responsável pelo preenchimento

 Nome contacto **BC040**
 Endereço
 Localidade Código Postal -
 Telefone Fax e-mail
 Cargo * NIF
 Assinatura Data / /

*NIF da entidade responsável pelo preenchimento, se diferente da unidade inquirida

1 Volume de Negócios (VNN) por domínios de ambiente e tipo de actividade da empresa

Por favor assinale a **percentagem do VNN da(s) actividade(s) desenvolvidas e sua distribuição pelos vários domínios de ambiente**
(Ver conceitos e exemplos de actividades dos Domínios abaixo mencionados nas instruções de preenchimento)

Domínios	Actividades desenvolvidas pela empresa				Total da formação do VNN por domínios de ambiente (%)
	Fabricação de produtos (%)	Fabricação de bens de equipamento (%)	Instalação, montagem e/ou comércio de equipamentos ou produtos (%)	Prestação de serviços (%)	
1	2	3	4	5	6
A. Gestão da Poluição					
A 1 · Protecção da Qualidade do Ar e Clima	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
A 2 · Gestão de Águas Residuais	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
A 3 · Gestão de Resíduos	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
A 4 · Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
A 5 · Redução de Ruídos e Vibrações	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
A 6 · Protecção da Biodiversidade e Paisagem	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
A 7 · Investigação e Desenvolvimento	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
A 8 · Protecção Contra as Radiações	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
A 9 · Outras actividades de Gestão da Poluição	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
B. Gestão dos Recursos					
B 1 · Gestão da Água	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
B 2 · Materiais e Produtos Reciclados	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
B 3 · Gestão e optimização de Energia	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
B 4 · Gestão dos Recursos Florestais	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
B 5 · Outras actividades de Gestão de Recursos	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
C. Outra(s) actividade(s) não associada(s) ao ambiente					
.....	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□
D. Total da formação do VNN em percentagem, por tipo de actividade					
.....	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□□□□,□□	□100□,0□

ATENÇÃO: CASO TENHA INSCRITO 100% NO QUESITO C, DO QUADRO 1, "Outra(s) actividade(s) não associada(s) ao ambiente", TERMINE AQUI O PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO.

2 Distribuição do Volume de Negócios (VVN) resultante da produção de bens e serviços de ambiente segundo os mercados

Por favor assinale a percentagem do VVN, resultante das actividades desenvolvidas na área do ambiente, associada à representatividade dos mercados

Mercados	Peso dos mercados na formação do VVN (%)
1	2

1 . Economia Nacional , %

1.1. Empresas , %

1.2. Administrações Públicas (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3) , %

1.2.1. Administração Central , %

1.2.2. Administração Regional , %

1.2.3. Administração Local , %

1.3. Outros , %

Total | % (1.1+1.2+1.3)

2 . Resto do Mundo , %

2.1. União europeia , %

2.2 Países terceiros , %

Total | % (2.1+2.2)

3 . Total | % (1+2)



PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS

ANO DE 2007

**INQUÉRITO ÀS EMPRESAS - GESTÃO E
PROTECÇÃO DO AMBIENTE**

PREENCHA ESTE QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES
PARA ESCLARECIMENTO DE EVENTUAIS DÚVIDAS CONTACTE:
INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa
Telf: 21 842 61 00 Fax: 21 842 63 58
e-mail: iegpa@ine.pt

DRI.IAP.L4-490

ATENÇÃO

**DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA
ATÉ 15 DIAS ÚTEIS
APÓS A DATA DE RECEPÇÃO**

Poderá responder por via electrónica em:
<http://webinq.ine.pt/aderentes>

1 Identificação e caracterização da empresa

Número de Identificação Fiscal (NIF) _____ Homepage w w w. _____

Designação social _____

Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____ (1)

Endereço _____

Localidade _____

Código Postal _____ - _____

Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

Actividade Económica Principal (CAE-Rev.2.1) _____ (1)

2 Situação da empresa

2.1 (Assinale com x a quadrícula correspondente) _____ (1)

2.2 Aguarda início de actividade _____

2.3 Em actividade _____

2.4 Actividade suspensa em _____ (dd) / (mm) / (aaaa) _____

2.5 Dissolvida em _____ (dd) / (mm) / (aaaa) _____

2.6 Número de meses de actividade no exercício de 2007 _____

3 Contrapartidas financeiras para gestão de resíduos:

A empresa efectuou no ano, o pagamento de contrapartidas financeiras para efeitos de gestão de resíduos, a entidades gestoras de resíduos? (Identifique com X)

Exemplos: **Sociedade Ponto Verde** (Embalagens), **Valormed** (Embalagens Medicamentos), **Valorcar** (Veículos em Fim de Vida), **Valorpneu** (Pneus Usados), **Ecopilhas** (Pilhas e Acumuladores), **Sogilub** (Óleos Usados), **AMB3E** (Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos), **ERP Portugal** (Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos), **Valorfito/Sigeru** (Embalagens de Resíduos Fitosanitários)

3.1 Sim

3.2 Não

4 Atitude da empresa face ao ambiente, por imposição da legislação ou voluntariamente no ano de 2007 (Identifique com X)

	Sim	Não
4.1 No ano de 2007 executou actividades ou contratou serviços de terceiros, com o objectivo de reduzir ou minimizar efeitos nocivos ao ambiente inerentes à actividade da empresa. _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2 No ano de 2007 realizou investimentos em Tecnologias e/ou Equipamentos, (Fim-de-linha e/ou Integrados) com o fim de reduzir ou minimizar eventuais impactos ambientais. _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**CASO TENHA ASSINALADO "NÃO" EM TODOS OS QUESITOS DO QUADRO 3 e 4, TERMINOU O PREENCHIMENTO.
REMETA O INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DO INE, PARA A MORADA INDICADA.
TENDO ASSINALADO "SIM" EM ALGUM DOS QUESITOS DO QUADRO 3 e 4, PROSSIGA PARA O QUADRO 5.**

5 Identifique com X o(s) Domínio(s) de Gestão e Protecção do Ambiente, referentes à(s) acção(ões) desenvolvida(s)

(Ver conceitos e exemplos de actividades dos Domínios abaixo mencionados nas instruções de preenchimento)

5.1 Protecção do Ar e Clima _____	<input type="checkbox"/>	→	(preencha o quadro 6)
5.2 Gestão de Águas Residuais _____	<input type="checkbox"/>	→	(preencha o quadro 7)
5.3 Gestão de Resíduos _____	<input type="checkbox"/>	→	(preencha o quadro 8)
5.4 Redução de Ruídos e Vibrações _____	<input type="checkbox"/>	→	(preencha o quadro 9)
5.5 Prot. e Rec. dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais _____	<input type="checkbox"/>	→	(preencha o quadro 10)
5.6 Protecção da Biodiversidade e Paisagem _____	<input type="checkbox"/>	→	(preencha o quadro 11)
5.7 Outros Domínios de Protecção do Ambiente _____	<input type="checkbox"/>	→	(preencha o quadro 12)

6 Domínio Protecção do Ar e Clima		Unidade: euros
6.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (6.1.1+6.1.2)		
6.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
6.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
6.2 Custos e perdas (6.2.1+6.2.2+6.2.3)		
6.2.1 Contratação de trabalhos especializados (6.2.1.1+6.2.1.2)		
6.2.1.1 Administração Pública		
6.2.1.2 Sector Privado		
6.2.2 Taxas		
das quais:		
6.2.2.1 Administração Local		
6.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
6.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		
6.3 Proveitos e ganhos (6.3.1+6.3.2)		
6.3.1 Prestação de Serviços		
6.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		
7 Domínio Gestão de Aguas Residuais		Unidade: euros
7.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (7.1.1+7.1.2)		
7.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
7.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
7.2 Custos e perdas(7.2.1+7.2.2+7.2.3)		
7.2.1 Contratação de trabalhos especializados (7.2.1.1+7.2.1.2)		
7.2.1.1 Administração Pública		
7.2.1.2 Sector Privado		
7.2.2 Taxas		
das quais:		
7.2.2.1 Administração Local		
7.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
7.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		
7.3 Proveitos e ganhos (7.3.1+7.3.2)		
7.3.1 Prestação de Serviços		
7.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		
8 Domínio Gestão de Resíduos		Unidade: euros
8.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (8.1.1+8.1.2)		
8.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
8.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
8.2 Custos e perdas (8.2.1+8.2.2+8.2.3)		
8.2.1 Contratação de trabalhos especializados (8.2.1.1+8.2.1.2)		
8.2.1.1 Administração Pública		
8.2.1.2 Sector Privado		
dos quais:		
8.2.1.2.1 Contrapartidas financeiras para gestão de resíduos, a entidades gestoras de resíduos*		
8.2.2 Taxas		
das quais:		
8.2.2.1 Administração Local		
8.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
8.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		
8.3 Proveitos e ganhos (8.3.1+8.3.2+8.3.3)		
8.3.1 Venda de resíduos e/ou materiais reciclados		
8.3.2 Prestação de serviços		
8.3.3 Outros proveitos e ganhos		

*Nota: Exemplos de sociedades gestoras de resíduos: Soc. Ponto Verde, Valormed, Valorcar, Valorpneu, Ecopilhas, AMB3E, ERP Portugal, Valorfito/Sigeru.

9 Domínio Redução de Ruídos e Vibrações		Unidade: euros
9.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (9.1.1+9.1.2)		<input type="text"/>
9.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		<input type="text"/>
9.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		<input type="text"/>
9.2 Custos e perdas (9.2.1+9.2.2+9.2.3)		<input type="text"/>
9.2.1 Contratação de trabalhos especializados (9.2.1.1+9.2.1.2)		<input type="text"/>
9.2.1.1 Administração Pública		<input type="text"/>
9.2.1.2 Sector Privado		<input type="text"/>
9.2.2 Taxas		<input type="text"/>
das quais:		
9.2.2.1 Administração Local		<input type="text"/>
9.2.3 Outros custos e perdas		<input type="text"/>
dos quais:		
9.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		<input type="text"/>
9.3 Proveitos e ganhos (9.3.1+9.3.2)		<input type="text"/>
9.3.1 Prestação de Serviços		<input type="text"/>
9.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		<input type="text"/>
10 Domínio Protecção e Recuperação dos Solos, de Aguas Subterrâneas e Superficiais		Unidade: euros
10.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (10.1.1+10.1.2)		<input type="text"/>
10.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		<input type="text"/>
10.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		<input type="text"/>
10.2 Custos e perdas (10.2.1+10.2.2+10.2.3)		<input type="text"/>
10.2.1 Contratação de trabalhos especializados (10.2.1.1+10.2.1.2)		<input type="text"/>
10.2.1.1 Administração Pública		<input type="text"/>
10.2.1.2 Sector Privado		<input type="text"/>
10.2.2 Taxas		<input type="text"/>
das quais:		
10.2.2.1 Administração Local		<input type="text"/>
10.2.3 Outros custos e perdas		<input type="text"/>
dos quais:		
10.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		<input type="text"/>
10.3 Proveitos e ganhos (10.3.1+10.3.2)		<input type="text"/>
10.3.1 Prestação de Serviços		<input type="text"/>
10.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		<input type="text"/>
11 Domínio Protecção da Biodiversidade e Paisagem		Unidade: euros
11.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (11.1.1+11.1.2)		<input type="text"/>
11.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		<input type="text"/>
11.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		<input type="text"/>
11.2 Custos e perdas (11.2.1+11.2.2+11.2.3)		<input type="text"/>
11.2.1 Contratação de trabalhos especializados (11.2.1.1+11.2.1.2)		<input type="text"/>
11.2.1.1 Administração Pública		<input type="text"/>
11.2.1.2 Sector Privado		<input type="text"/>
11.2.2 Taxas		<input type="text"/>
das quais:		
11.2.2.1 Administração Local		<input type="text"/>
11.2.3 Outros custos e perdas		<input type="text"/>
dos quais:		
11.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		<input type="text"/>
11.3 Proveitos e ganhos (11.3.1+11.3.2)		<input type="text"/>
11.3.1 Prestação de Serviços		<input type="text"/>
11.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		<input type="text"/>

12 Domínio Outros Domínios de Protecção do Ambiente		Unidade: euros
12.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)(12.1.1+12.1.2)		<input type="text"/>
12.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____		<input type="text"/>
12.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____		<input type="text"/>
12.2 Custos e perdas (12.2.1+12.2.2+12.2.3)		<input type="text"/>
12.2.1 Contratação de trabalhos especializados (12.2.1.1+12.2.1.2)		<input type="text"/>
12.2.1.1 Administração Pública		<input type="text"/>
12.2.1.2 Sector Privado		<input type="text"/>
12.2.2 Taxas		<input type="text"/>
das quais:		
12.2.2.1 Administração Local		<input type="text"/>
12.2.3 Outros custos e perdas		<input type="text"/>
dos quais:		
12.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		<input type="text"/>
12.3 Proveitos e ganhos (12.3.1+12.3.2)		<input type="text"/>
12.3.1 Prestação de Serviços		<input type="text"/>
12.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		<input type="text"/>
Domínios em que a empresa desenvolveu actividades		
(Assinale com x a quadrícula correspondente)		
A. Investigação & Desenvolvimento		<input type="checkbox"/>
B. Protecção contra as Radiações		<input type="checkbox"/>
C. Outras Actividades de Gestão e Protecção do Ambiente		<input type="checkbox"/>

13 Número de Pessoas ao Serviço com Funções na Área do Ambiente			
Categorias Funcionais	Número Médio de Pessoas ao Serviço com Funções na Área do Ambiente		Total de pessoas ocupadas com funções de ambiente em "Equivalentes a Tempo Completo"
	Maioritariamente ocupadas	Minoritaria ou ocasionalmente ocupadas	
13.1 Dirigentes	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>
13.2 Quadros, Técnicos Médios e Superiores	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>
13.3 Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>
13.4 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>
13.5 Operários, Aprendizizes e Praticantes	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> , <input type="text"/>

14. Observações: _____

Responsável pelo Preenchimento:
Nome (LEGÍVEL) _____ Telefone: _____
Serviço _____ Fax: _____
Assinatura _____ E-mail _____ Data: ____ / ____ / ____

INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 6/89 DE 15 DE ABRIL) DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9641 VÁLIDO ATÉ 31/12/2008.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS

ANO DE 2007

**INQUÉRITO AO AMBIENTE
ACÇÃO DOS CORPOS DE BOMBEIROS**

PREENCHA ESTE QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES
PARA ESCLARECIMENTO DE EVENTUAIS DÚVIDAS CONTACTE:
INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa
Telf: 21 842 61 00 Fax: 21 842 63 58
E-mail: ambiente@ine.pt

ATENÇÃO
DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA
ATÉ 15 DIAS ÚTEIS
APÓS A DATA DE RECEPÇÃO

1 DADOS GERAIS																				
1.1 IDENTIFICAÇÃO																				
Número de Identificação Fiscal (NIF) <input type="text"/>		<input type="text"/>																		
Designação <input type="text"/>																				
Distrito/Ilha <input type="text"/>		Município <input type="text"/>		Freguesia <input type="text"/>																
Endereço <input type="text"/>																				
Localidade <input type="text"/>																				
Código Postal <input type="text"/>		<input type="text"/>			Telefone <input type="text"/>															
Homepage: www. <input type="text"/>		Fax <input type="text"/>		E-mail <input type="text"/>																
1.2 CARACTERIZAÇÃO				1.3 TIPO DE INTERVENÇÃO																
(assinalar com um x a quadrícula correspondente)				(assinalar com um x a quadrícula correspondente)																
NATUREZA (1) <input type="text"/>				ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO (2) <input type="text"/>																
. Municipal <input type="checkbox"/>				. Municipal <input type="checkbox"/>																
. Bombeiros Sapadores <input type="checkbox"/>				. Área de acção restrita <input type="checkbox"/>																
. Não Sapadores <input type="checkbox"/>																				
. Associativa <input type="checkbox"/>																				
. Privativa <input type="checkbox"/>																				
1.4 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS																				
SERVIÇO	Código	N.º DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS (5)																		
1		2																		
TOTAL (1+2+3+4)	1030	<input type="text"/>																		
1. INCÊNDIOS (1.1+1.2)	1035	<input type="text"/>																		
1.1. Florestais	1045	<input type="text"/>																		
1.2. Outros (3)	1050	<input type="text"/>																		
2. SAÚDE	1065	<input type="text"/>																		
3. SOCORROS A NÁUFRAGOS	1070	<input type="text"/>																		
4. OUTROS SERVIÇOS (4)	1075	<input type="text"/>																		
<table border="1"> <tr> <td colspan="2">N.º DE HORAS CONSAGRADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (6) <input type="text"/></td> <td colspan="5"><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="5">02</td> </tr> </table>							N.º DE HORAS CONSAGRADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (6) <input type="text"/>		<input type="text"/>							02				
N.º DE HORAS CONSAGRADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (6) <input type="text"/>		<input type="text"/>																		
		02																		
2 RECURSOS HUMANOS (7)																				
Natureza das Associações e Outras Entidades de Bombeiros	Código	N.º de pessoas que estavam no quadro de comando e no quadro activo no Corpo de Bombeiros																		
		Total	Homens		Mulheres															
			Remunerados	Não remunerados	Remuneradas	Não remuneradas														
1		2	3	4	5	6														
1. Municipal																				
1.1 Bombeiros Sapadores	2020	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>														
1.2 Não Sapadores	2005	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>														
2. Associativa	2010	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>														
3. Privativa	2015	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>														

Nota: Os quadros ou rubricas assinaladas com um índice numérico contêm notas explicativas.

3 RECEITAS E DESPESAS (8)		
3.1 RECEITAS		
RUBRICAS	Código	Valor (Euros)
1		2
1. RECEITAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5 + 1.6)	4005	<input type="text"/>
1.1 Contribuições Directas dos Associados	4010	<input type="text"/>
1.2 Rendimentos de Propriedade	4015	<input type="text"/>
1.3 Transferências Correntes (1.3.1 + 1.3.2 + ... + 1.3.5)	4020	<input type="text"/>
1.3.1 da Administração Central	4025	<input type="text"/>
1.3.2 da Administração Regional e Local	4030	<input type="text"/>
1.3.3 das Empresas	4235	<input type="text"/>
1.3.4 dos Particulares	4240	<input type="text"/>
1.3.5 do Exterior	4040	<input type="text"/>
1.4 Venda de Bens	4245	<input type="text"/>
1.5 Venda de Serviços	4250	<input type="text"/>
1.6 Outras Receitas Correntes	4060	<input type="text"/>
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)	4065	<input type="text"/>
2.1 Venda de Bens de Investimento	4070	<input type="text"/>
2.2 Transferências de Capital (2.2.1 + 2.2.2 + ... + 2.2.5)	4075	<input type="text"/>
2.2.1 da Administração Central	4080	<input type="text"/>
2.2.2 da Administração Regional e Local	4085	<input type="text"/>
2.2.3 das Empresas	4255	<input type="text"/>
2.2.4 dos Particulares	4260	<input type="text"/>
2.2.5 do Exterior	4095	<input type="text"/>
2.3 Outras Receitas de Capital	4100	<input type="text"/>
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4105	<input type="text"/>
3.2 DESPESAS		
RUBRICAS	Código	Valor (Euros)
1		2
1. DESPESAS CORRENTES (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	4110	<input type="text"/>
1.1 Despesas com o pessoal	4115	<input type="text"/>
1.2 Aquisição de Bens	4265	<input type="text"/>
1.3 Aquisição de Serviços	4270	<input type="text"/>
1.4 Transferências Correntes	4150	<input type="text"/>
1.5 Outras Despesas Correntes	4170	<input type="text"/>
2. DESPESAS DE CAPITAL (2.1 + 2.2 + 2.3)	4175	<input type="text"/>
2.1 Investimentos (2.1.1 + 2.1.2)	4180	<input type="text"/>
2.1.1 Instalação de Serviços, Material de Transporte, Aparelhos, Máquinas e Equipamentos, para Combate a Incêndios	4275	<input type="text"/>
2.1.2 Outros Investimentos	4200	<input type="text"/>
2.2 Transferências de Capital	4205	<input type="text"/>
2.3 Outras Despesas de Capital	4225	<input type="text"/>
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)	4230	<input type="text"/>

Nota: Os quadros ou rubricas assinaladas com um índice numérico contém notas explicativas.

OBSERVAÇÕES: _____

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

NOME (Legível): _____

SERVIÇO: _____ TEL.: _____

LOCALIDADE: _____ FAX: _____

ASSINATURA: _____ E-MAIL: _____

**Envie, em anexo ao questionário preenchido para resposta,
uma cópia da "Conta de Gerência / POC - Balancete Analítico".**

3 Número de Pessoas ao Serviço (√)		Unidade: Nº					
Grupos Profissionais	Cod	Número Médio de Pessoas ao Serviço			Total de Horas de Trabalho Efectuadas Durante o Ano		
		Total 1	A Tempo Completo 2	A Tempo Parcial 3	Trabalhador a Tempo Completo 4	Trabalhador a Tempo Parcial 5	
3.1 Total (3.2 + 3.3)	3005						
3.2 Pessoal Remunerado (3.2.1 + ... + 3.2.3)	3010						
3.2.1 Dirigentes	3015						
3.2.2 Quadros e Técnicos Médios e Superiores	3020						
3.2.3 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços	3025						
3.3 Pessoal não Remunerado (3.3.1 + 3.3.2)	3030						
3.3.1 Dirigentes	3035						
3.3.2 Outros colaboradores	3040						

4 Número de Pessoas ao Serviço por Sexo/Escalação Etária/Nível de Escolaridade		Unidade: Nº															
Nível de Escolaridade	Cod	Sexo	Total geral 1	Pessoal Remunerado			Pessoal não Remunerado										
				Dirigentes	Quadros e Técnicos Médios e Superiores	Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços	Total	Dirigentes	Outros colaboradores	Total							
4.1 Total geral (H + M)	4005	HM															
4.2 H (4020 + ... + 4060)	4010	H															
Total M (4025 + ... + 4065)	4015	M															
4.2.1 Nenhum nível de instrução	4020	H															
	4025	M															
4.2.2 Ensino Básico	4030	H															
	4035	M															
4.2.3 Ensino Secundário	4040	H															
	4045	M															
4.2.4 Ensino Superior (Bacharelato e Licenciatura)	4050	H															
	4055	M															
4.2.5 Ensino Superior (Mestrado e Doutoramento)	4060	H															
	4065	M															

► Atenção: Os valores que registou em 3.1 - Total de pessoas ao serviço e em 4.1 - Total geral (H+M) têm de ser iguais.

5 Actividades Desenvolvidas (✓)

Unidade: N°

Tipo de Actividades Desenvolvidas	Cod	DOMÍNIOS DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE																		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9										
5.1 Total (5.2 + ... + 5.8)	5005																			
5.2 Publicações, Estudos Técnicos e Pareceres	5010																			
5.3 Acções junto dos Media	5015																			
5.4 Acções de Formação	5020																			
5.5 Educação Ambiental/ Ateliers/Oficinas	5025																			
5.6 Congressos, Seminários	5030																			
5.7 Ecoturismo/ Passeios de Natureza	5035																			
5.8 Outras Actividades	5040																			
Especifique:	5045																			

6 Activo Bruto (Imobilizações)

Unidade: Euro

Rubricas	Cod	DOMÍNIOS DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE																		
		1	2	3	4	5	6													
6.1 Total de Imobilizações (6.2 + 6.3 + 6.4)	6005																			
6.2 Imobilizações Incorpóreas das quais:	6010																			
6.2.1 Despesas de Investigação e Desenvolvimento	6015																			
6.3 Imobilizações Corpóreas (6.3.1 + ... + 6.3.6)	6020																			
6.3.1 Terrenos e Recursos Naturais	6025																			
6.3.2 Edifícios e Outras Construções	6030																			
6.3.3 Equipamento Básico	6035																			
6.3.4 Equipamento de Transporte	6040																			
6.3.5 Equipamento Administrativo	6045																			
6.3.6 Outras	6050																			
6.4 Investimentos Financeiros	6055																			

7 **Demonstração de Resultados (√)**

Designação	Código de Contas POC	Cod	Euros
Custos e Perdas			
7.1 Total dos Custos e Perdas (7.2 + ... + 7.8)		7005	<input type="text"/>
7.2 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	61	7010	<input type="text"/>
7.3 Fornecimentos e Serviços Externos	62	7015	<input type="text"/>
Dos quais:			
7.3.1 Custos com a Recolha e Tratamento de Águas Residuais		7020	<input type="text"/>
7.3.2 Custos com a Recolha e Tratamento de Resíduos		7025	<input type="text"/>
7.4 Impostos	63	7030	<input type="text"/>
Dos quais:			
7.4.1 Taxas de Conservação de Esgotos		7035	<input type="text"/>
7.5 Custos com o Pessoal (7.5.1 + 7.5.2)	64	7040	<input type="text"/>
7.5.1 Remunerações	641 + 642	7045	<input type="text"/>
7.5.2 Outros Custos com o Pessoal	643 a 649	7050	<input type="text"/>
7.6 Outros Custos e Perdas	65/66/67	7055	<input type="text"/>
7.7 Outros Custos e Perdas Financeiras	68	7060	<input type="text"/>
7.8 Custos e Perdas Extraordinários	69	7065	<input type="text"/>
Proveitos e Ganhos			
7.9 Total dos Proveitos e Ganhos (7.10 + ... + 7.17)		7070	<input type="text"/>
7.10 Vendas	71	7075	<input type="text"/>
7.11 Prestações de Serviços	72	7080	<input type="text"/>
7.12 Proveitos Suplementares	73	7085	<input type="text"/>
7.13 Subsídios à Exploração (7.13.1 + ... + 7.13.5)	74	7090	<input type="text"/>
7.13.1 Estado e outros entes públicos		7095	<input type="text"/>
7.13.2 Empresas		7100	<input type="text"/>
7.13.3 Instituições sem fins lucrativos		7105	<input type="text"/>
7.13.4 Particulares		7110	<input type="text"/>
7.13.5 Exterior		7115	<input type="text"/>
7.14 Trabalhos para a Própria Empresa	75	7120	<input type="text"/>
7.15 Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	76	7125	<input type="text"/>
7.16 Proveitos e Ganhos Financeiros	78	7130	<input type="text"/>
7.17 Proveitos e Ganhos Extraordinários	79	7135	<input type="text"/>
Dos quais:			
7.17.1 Subsídios para investimentos (7.17.1.1 + ... + 7.17.1.5)	7983	7140	<input type="text"/>
7.17.1.1 Estado e outros entes públicos		7145	<input type="text"/>
7.17.1.2 Empresas		7150	<input type="text"/>
7.17.1.3 Instituições sem fins lucrativos		7155	<input type="text"/>
7.17.1.4 Particulares		7160	<input type="text"/>
7.17.1.5 Exterior		7165	<input type="text"/>

► **7.13.1 e 7.17.1.1 Estado e outras entes públicos** - incluir as verbas recebidas da Agência Portuguesa do Ambiente, dos Governos Cívicos, dos Municípios, das Juntas de Freguesia, entre outras entidades públicas.